



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

**APOIO SOCIAL, ACONTECIMENTOS DE VIDA NEGATIVOS E ADAPTAÇÃO
EM FAMÍLIAS COM MENORES EM RISCO PSICOSSOCIAL**

Dissertação para obtenção do grau de mestre em Psicologia Clínica e
da Saúde

Carmen Suzel Pais Macedo

Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Cristina Nunes

2012



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

**APOIO SOCIAL, ACONTECIMENTOS DE VIDA NEGATIVOS E ADAPTAÇÃO
EM FAMÍLIAS COM MENORES EM RISCO PSICOSSOCIAL**

Dissertação para obtenção do grau de mestre em Psicologia Clínica e
da Saúde

Carmen Suzel Pais Macedo

Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Cristina Nunes

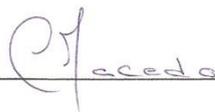
2012

**APOIO SOCIAL, ACONTECIMENTOS DE VIDA NEGATIVOS E ADAPTAÇÃO
EM FAMÍLIAS COM MENORES EM RISCO PSICOSSOCIAL**

Declaração de Autoria

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que venha a ser dado crédito ao autor e editor.



Copyright Carmen Suzel Pais Macedo

AGRADECIMENTOS

Desejo prestar o mais profundo reconhecimento à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Faro, pela disponibilidade manifestada para a formalização institucional do protocolo com a Universidade do Algarve, permitindo assim, que a investigação inerente ao presente trabalho pudesse ser realizada sob a égide daquela Instituição, com uma palavra de muita estima para a sua Presidente Dra. Conceição Rosa.

Um caloroso e muito sentido agradecimento às famílias entrevistadas, que de uma forma humilde, generosa e honesta acederam colaborar na investigação que suporta o estudo realizado, superando as mais difíceis adversidades instaladas nas suas vidas, muitas vezes tão distantes da dignidade humana devida a qualquer cidadão.

Com uma admiração muito especial, quero manifestar o maior agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Cristina Nunes, pelo seu valioso e sempre presente apoio, encorajamento e doudas sugestões e correções indispensáveis à progressão e finalização do meu trabalho.

À Diana Costa e à Lara Nunes, quero expressar e agradecer a disponibilidade e muito valiosa partilha de experiências e conhecimento, que muito contribuíram para o melhoramento e desenvolvimento deste trabalho.

A todos os meus colegas e amigos, que durante a preparação do trabalho, me incentivaram especialmente nos momentos mais exigentes, manifestando contributos de alívio e alento para prosseguir, o meu muito obrigado.

À minha família, eternamente agradecida pelo enorme carinho e compreensão, apoio e ajuda, como referência basilar, que tem sido ao longo da minha vida.

A todos o meu profundo e sincero agradecimento.

RESUMO

No contexto atual de proteção à infância, as famílias em situação de risco psicossocial constituem uma realidade, com a qual as instituições e os profissionais se deparam e ainda pouco estudada em Portugal. As famílias têm de lidar com inúmeros acontecimentos de vida negativos que comprometem o adequado exercício das suas funções parentais. Neste trabalho analisámos o perfil psicossocial, a coesão e adaptação familiar, os acontecimentos de vida stressantes e de risco das suas trajetórias de vida e circunstâncias atuais, o seu impacto emocional, o apoio social percebido das famílias com menores em risco, a forma como se associam entre si e com as diversas características sociodemográficas.

Foram entrevistados 51 participantes, 33 do sexo feminino e 18 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 16 e os 57 anos de idade, resultando uma média de idade de 36,33 anos (DP = 7,98), acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Faro.

Foram avaliadas as seguintes dimensões: adaptação e coesão familiar, acontecimentos de vida stressantes ou negativos, apoio social percebido em situações normativas e de risco e o perfil psicossocial dos participantes.

Os resultados mostraram que as famílias com menores em risco psicossocial apresentam elevada taxa de desemprego, precaridade educativa, económica e profissional, elevado número de acontecimentos de vida negativos atuais e passados relacionados sobretudo com problemas psicológicos, económicos, profissionais e conjugais que são vivenciados com elevado impacto emocional. Ao nível do funcionamento familiar, os níveis de coesão foram superiores aos de adaptação familiar. Os participantes reportaram uma necessidade mais elevada de apoio emocional do que informativo ou material. A fonte de apoio social das famílias é constituída principalmente por familiares e amigos, que experienciaram um reduzido apoio de profissionais. As famílias evidenciaram importantes necessidades, entre as quais o apoio social e as intervenções psicossociais assumem um papel essencial nos contextos familiares de risco.

Palavras-chave: Famílias e Menores em Risco Psicossocial, Acontecimentos de Vida Stressantes ou Negativos, Coesão e Adaptação Familiar e Apoio Social Percebido.

ABSTRACT

In the current context of child protection, families at psychosocial risk constitute a reality that institutions and professionals face and still understudied in Portugal. Families have to deal with numerous negative life events that compromise their optimum exercise of their parental functions.

In this study we analyze the psychosocial profile, risk and stressful life events of their life histories and current circumstances, their emotional impact, family adaptability and cohesion, perceived social support from families with children at risk, the way in which they are associate between them and with several sociodemographical characteristics.

We interview 51 participants, 33 females and 18 males, aged between 16 and 57, with a mean age of 36,33 years (SD = 7,98), followed by the Commission for the Protection of Children and Young in Faro.

We assessed the following dimensions: family adaptability and cohesion, stressful or negative life events, perceived social support at risk and normative situations, and psychosocial profile of participants.

The results showed that families with children at psychosocial risk reported high unemployment, precariousness education, economic and labor, high number of negative life events in the present and the past mainly related to psychological, economic, occupational and marital problems that are experienced whit high emotional impact. At the level family functioning, cohesion levels were superior to family adaptability. Participants reported greater emotional needs of support than information or material. The source of social support of families consists mainly of family and friends, who have experienced low support from professionals. Families revealed important needs, including social support and psychosocial interventions play an essential role in family contexts of risk.

Key-Words: Families and children at psychosocial risk, stressful or negative life events, family adaptability and cohesion and perceived social support.

ÍNDICE

Introdução	2
Capítulo 1. Famílias com Menores em Risco	8
1.1. Famílias com Menores em Risco Psicossocial	8
1.2. Enquadramento Jurídico-Legal das Crianças e Jovens em Perigo	11
1.2.1. Preservação Familiar e Menores em Risco Psicossocial	13
1.3. Modelos Teóricos de Risco e Proteção	15
1.4. Fatores de Risco e Fatores de Proteção para as Famílias em Situação de Risco Psicossocial	18
1.5. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco	21
1.5.1. Perspetiva Quantitativa dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco	22
1.5.2. Perspetiva Qualitativa dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco	23
1.6. Considerações sobre as Implicações no Desenvolvimento dos Menores de Famílias em Situação de Risco Psicossocial	24
Capítulo 2. Coesão e Adaptação Familiar	28
2.1. Modelo Circumplexo dos Sistemas Familiares e Conjugais	28
2.2. Modelo Circumplexo Familiar Tridimensional	30
2.3. Coesão e Adaptação em Famílias de Risco	32
Capítulo 3. Família e Apoio Social	39
3.1. Definição de Apoio Social	39
3.2. Família e Redes de Apoio Social Informal e Formal	42
3.3. Apoio Social e Contextos Familiares de Risco	45
Capítulo 4. Objetivos do estudo	51
Capítulo 5. Método	53
5.1. Desenho do estudo	53
5.2. Amostra	53
5.2.1. Técnica de Amostragem	53
5.3. Instrumentos	54
5.3.1. Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares	54
5.3.2. Coesão e Adaptação Familiar (FACES III)	54
5.3.3. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados (ISER)	55
5.3.4. Apoio Social Percebido (ASSIS)	55
5.4. Procedimentos	56

5.4.1. Recolha de dados	57
5.4.2. Análise dos dados.....	57
Capítulo 6. Apresentação dos Resultados	59
6.1. Dados Sociodemográficos e Familiares.....	59
6.1.1. Caracterização Sociodemográfica	59
6.1.2. Caracterização Familiar	61
6.2. Níveis de Coesão e Adaptação Familiar.....	65
6.3. Índices dos Acontecimentos de Vida Stressantes Atuais e Passados (ISER)	66
6.3.1. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente).....	66
6.3.2. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados (ISER Passado).....	68
6.3.3. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados (Risco Total) ...	70
6.4. Níveis de Apoio Social Percebido.....	71
6.5. Relação entre as Variáveis Sociodemográficas, a Coesão e Adaptação Familiar, os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados e o Apoio Social Percebido	77
6.6. Níveis de Coesão e Adaptação Familiar e Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados em função das características sociodemográficas e familiares dos participantes	93
6.7. Diferenças nos Níveis de Apoio Social Percebido em função das características sociodemográficas.....	104
Capítulo 7. Discussão dos Resultados	124
7.1. Perfil Psicossocial das Famílias.....	124
7.2. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco	127
7.3. Coesão e Adaptação Familiar.....	131
7.4. Apoio Social Percebido.....	134
7.5. Relação entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, a Coesão e Adaptação Familiar e o Apoio Social Percebido	140
Capítulo 8. Conclusões e Limitações do Estudo	143
Capítulo 9. Referências Bibliográficas.....	147

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Fatores de Risco e Proteção para as Famílias em Situação de Risco Psicossocial	20
Tabela 2. Dimensões, instrumentos e respectivas características.....	56
Tabela 3. Média, desvios-padrão, mínimos e máximos dos anos de relação entre os cônjuges e o número de filhos dos participantes	61
Tabela 4. Médias, desvios-padrão, mínimos e máximos da composição do agregado familiar	62
Tabela 5. Médias, desvios-padrão, mínimos e máximos dos rendimentos dos participantes e do agregado familiar	63
Tabela 6. Médias, desvios-padrão, mínimos e máximos do tamanho da habitação e de sobrelotação.....	64
Tabela 7. Médias, desvios-padrão, mínimos e máximos da Coesão e Adaptação Familiar (N=51)	65
Tabela 8. Correlações entre as dimensões da Coesão e Adaptação Familiar (N=51).....	65
Tabela 9. Descritivos das dimensões dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (N=51).....	67
Tabela 10. Correlações entre as dimensões dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (N=51).....	68
Tabela 11. Descritivos das dimensões dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados (N = 51).....	69
Tabela 12. Médias, desvios padrões e correlações entre as dimensões dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados (N=51)	69
Tabela 13. Correlações entre Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente) e Passados (ISER Passado)	70
Tabela 14. Descritivos das dimensões dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados (Risco Total) (N=51).....	70
Tabela 15. Correlações entre as dimensões dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados (Risco Total) (N=51).....	71
Tabela 16. Dimensão e composição da rede social de apoio	72
Tabela 17. Médias, desvio-padrão da Necessidade e Satisfação segundo as dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo.....	73
Tabela 18. Médias, desvio-padrão, mínimos e máximos relativos à Rede de Risco (i.e. rede social de apoio face às situações stressantes e de risco)	74
Tabela 19. Correlações entre o Apoio Social Percebido e as respectivas dimensões (N=51).....	76
Tabela 21. Correlações entre as variáveis sociodemográficas	78
Tabela 22. Correlações entre a Coesão e Adaptação Familiar (FACES) e as variáveis Sociodemográficas	80

Tabela 23. Correlações entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados (ISER Passado) e Atuais (ISER Presente), respetivos totais e as variáveis sociodemográficas	81
Tabela 24. Correlações entre dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo (ASSIS) e as variáveis sociodemográficas.....	83
Tabela 26. Correlações entre as Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco e as variáveis sociodemográficas.....	85
Tabela 27. Correlações entre as dimensões Coesão e Adaptação Familiar (FACES III) e os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente) e Passados (ISER Passado) e Risco Total (Atual e Passado)	86
Tabela 28. Correlações entre a Coesão e Adaptação Familiar (FACES III) e o Apoio Emocional, Material e Informativo (ASSIS).....	87
Tabela 30. Correlações entre as dimensões Coesão e Adaptação Familiar (FACES III) e as Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco (ASSIS).....	88
Tabela 31. Correlações entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente) e Passados (ISER Passado), respetivos Totais e as dimensões Apoio Emocional, Material e Informativo (ASSIS).....	89
Tabela 33. Correlações entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente), Passados (ISER Passado), respetivos totais e as Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco (ASSIS).....	91
Tabela 34. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, em função do sexo dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito	93
Tabela 35. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, em função da situação marital dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito	94
Tabela 36. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, segundo a nacionalidade dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito	95
Tabela 37. Comparação das médias, desvios-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, em função do nível educativo dos participantes, teste <i>Kruskal-Wallis</i>	96
Tabela 38. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, segundo a situação laboral dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito	97
Tabela 39. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, segundo do tipo de trabalho dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito	98

Tabela 40. Comparação das médias, desvios-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, em função do tipo de família dos participantes, teste <i>Kruskal-Wallis</i>	99
Tabela 41. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, segundo o tipo de família dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito	100
Tabela 42. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, segundo o tipo de família dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito	101
Tabela 43. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, segundo a estabilidade dos rendimentos familiares dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito.....	102
Tabela 44. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados segundo o tipo de rendimentos familiares dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito	103
Tabela 45. Comparação das médias, desvio-padrão dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo segundo o sexo dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito.....	104
Tabela 47. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função do sexo dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito.....	105
Tabela 48. Comparação das médias, desvio-padrão dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo segundo a situação marital dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito	106
Tabela 50. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função da situação marital dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito ...	107
Tabela 51. Comparação das médias, desvio-padrão dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo em função da nacionalidade dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito ..	108
Tabela 53. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função da nacionalidade dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito	109
Tabela 54. Comparação das médias, desvios-padrão nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo segundo o nível educativo dos participantes, teste <i>Kruskal-Wallis</i>	110
Tabela 56. Comparação das médias, desvios-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco segundo o nível educativo dos participantes, teste <i>Kruskal-Wallis</i>	112
Tabela 57. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo em função da situação laboral dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito.....	112
Tabela 59. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função da situação laboral dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito ...	113

Tabela 60. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo em função do tipo de trabalho dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito.....	114
Tabela 62. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função do tipo de trabalho dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito ...	115
Tabela 63. Comparação das médias, desvios-padrão nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo segundo o tipo de família dos participantes, teste <i>Kruskal-Wallis</i>	116
Tabela 65. Comparação das médias, desvios-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco segundo o tipo de família dos participantes, teste <i>Kruskal-Wallis</i>	116
Tabela 66. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo segundo o tipo de família dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito.....	117
Tabela 68. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função do tipo de família dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito.....	118
Tabela 69. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo em função do tipo de família dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito..	119
Tabela 71. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função do tipo de família dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito.....	120
Tabela 72. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo segundo a estabilidade dos rendimentos familiares dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito.....	120
Tabela 74. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco segundo a estabilidade dos rendimentos familiares dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito.....	121
Tabela 75. Comparação das médias, desvios-padrão nas dimensões Apoio Emocional, Material e Informativo segundo o tipo de rendimentos familiares dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito	121
Tabela 77. Comparação das médias, desvios-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco segundo o tipo de rendimentos familiares dos participantes, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito	122

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Modelo Multidimensional de Adaptação Psicossocial. Fonte: Rodrigo et al. (2008, pp. 28).	18
Figura 2. Modelo Circumplexo Familiar Tridimensional. Fonte: Olson (2000, pp. 151).	32
Figura 3. Nacionalidade dos Participantes.....	59
Figura 4. Nível Educativo dos Participantes	59
Figura 5. Tipo de Qualificação Profissional dos Participantes	60
Figura 6. Situação Conjugal dos Participantes	60
Figura 7. Estabilidade Familiar dos Participantes	62
Figura 8. Tipo de Família dos Participantes.....	62
Figura 9. Rendimentos Familiares	64
Figura 10. Proveniência dos Rendimentos Familiares.....	64
Figura 11. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais.....	66
Figura 12. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados.....	68
Figura 13. Composição Total da Rede Social de Apoio.....	71
Figura 14. Rede Social de Apoio Profissional	72
Figura 15. Composição da Rede de Conflito	74
Figura 16. Composição da Rede de Risco.....	75

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO A. Carta de Protocolo de Colaboração com a CPCJ de Faro	ii
ANEXO B. Consentimento Informado dos Participantes	v
ANEXO C. Tabela 20. Correlações entre o Apoio Social Percebido e as Respetivas Dimensões e Categorias (N = 51)	vii
ANEXO D. Tabela 25. Correlações entre as Categorias do Apoio Social Percebido (ASSIS) e as Variáveis Sociodemográficas	ix
ANEXO E. Tabela 29. Correlações entre a Coesão e Adaptação Familiar (FACES III) e as Categorias do Apoio Social Percebido (ASSIS)	xi
ANEXO F. Tabela 32. Correlações entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente) e as Categorias do Apoio Social Percebido (ASSIS).....	xiii
ANEXO G. Tabela 46. Comparação das Médias, Desvio-padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função do Sexo dos Participantes, Teste <i>Mann-Whitney</i> , Significância e Efeito.....	xv
ANEXO H. Tabela 49. Comparação das Médias, Desvio-padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função da Situação Marital dos Participantes, Teste <i>Mann-Whitney</i> , Significância e Efeito	xvii
ANEXO I. Tabela 52. Comparação das Médias, Desvio-padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função da Nacionalidade dos Participantes, Teste <i>Mann-Whitney</i> , Sgnificância e Efeito.....	xix
ANEXO J. Tabela 55. Comparação das Médias, Desvio-padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido Segundo o Nível Educativo, Teste <i>Kruskal-Wallis</i>	xxi
ANEXO L. Tabela 58. Comparação das Médias, Desvio-padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função da Situação Laboral dos Participantes, Teste <i>Mann-Whitney</i> , Significância e Efeito	xxiii
ANEXO M. Tabela 61. Comparação das Médias, Desvio-padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função do Tipo de Trabalho, Teste <i>Mann-Whitney</i> , Significância e Efeito	xxv
ANEXO N. Tabela 64. Comparação das Médias, Desvio-padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido Segundo o Tipo de Família, Teste <i>Kruskal-Wallis</i>	xxvii
ANEXO O. Tabela 67. Comparação das Médias, Desvio-padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função do Tipo de Família, Teste <i>Mann-Whitney</i> , Significância e Efeito.....	xxix
ANEXO P. Tabela 70. Comparação das Médias, Devio-padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função do Tipo de Família, Teste <i>Mann-Whitney</i> , Significância e Efeito.	xxxi
ANEXO Q. Tabela 73. Comparação das Médias, Desvio-padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função das Estabilidade dos Rendimentos Familiares, Teste <i>Mann-Whitney</i> , Significância e Efeito.....	xxxiii
ANEXO R. Tabela 76. Comparação das Médias, Desvio-padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido Segundo o Tipo de Rendimentos Familiares, Teste <i>Mann-Whitney</i> , Significancia e efeito ..	xxxv

Introdução

Introdução

A família representa o principal contexto de desenvolvimento humano, cuja diversidade é complexa e dinâmica. A família é o primeiro e um dos mais importantes contextos de influência no processo de socialização, educação, aprendizagem e desenvolvimento dos filhos (Rodrigo & Palacios, 1998). O conceito de família pode ser caracterizado como a união de pessoas que partilham um projeto vital de existência em comum, com um compromisso pessoal entre os seus membros, na qual se desenvolvem fortes sentimentos de pertença e se estabelecem relações intensas de intimidade, reciprocidade e dependência (Palacios & Rodrigo, 1998).

Quando consideramos os pais não só como promotores do desenvolvimento dos seus filhos, mas eles próprios também como sujeitos em desenvolvimento, emergem uma série de funções da família, enquanto cenário. Assim, em primeiro lugar, a família deverá assegurar a sobrevivência dos filhos, promovendo a sua saúde, criando condições para o seu crescimento saudável e socialização básica. Em segundo lugar, proporcionar um clima de afeto, carinho e apoio incondicional, estabelecendo relações de apego, sentimentos de relação privilegiada e de compromisso emocional, sem os quais o desenvolvimento psicológico saudável não é possível. Em terceiro lugar, estimular as crianças através da estruturação do ambiente e interações diretas que lhes permitam desenvolver as competências relacionais necessárias de forma a responder adequadamente às solicitações e exigências sociais. Por último, a família deve promover a socialização das crianças com outros contextos educativos e complementares (Palacios & Rodrigo, 1998). Para além destas, as funções da família cumprem dois objetivos distintos e fundamentais. Por um lado, no que diz respeito à proteção psicossocial dos seus membros, e por outro lado, a acomodação e a transmissão da cultura (Minuchin, 2005). Assim, com base nas distintas funções que a família exerce sobre os seus membros, deparamo-nos com os numerosos benefícios que promove, quer para os progenitores (e.g., fonte de apoio social e contexto de aprendizagem), quer para as crianças e os jovens que nela convivem (contexto de desenvolvimento e de socialização) (Palacios & Rodrigo, 1998).

Se por um lado, a educação de uma criança oferece múltiplas possibilidades para o crescimento individual e consolidação do sistema familiar, por outro constitui inevitavelmente um desafio na difícil tarefa de educar (Minuchin, 2005).

Apesar do seu carácter normativo, nem todas as famílias são iguais, prova disso é o crescimento da diversidade e pluralidade familiar em relação à sua estrutura e organização (Lorence, 2008), e são muitos os contextos familiares em que as necessidades básicas dos menores não são satisfeitas, comprometendo desta forma o seu desenvolvimento e integridade

física e psicológica (López 2008, citado por Hidalgo, Menéndez, Sánchez, Lorence, & Jiménez, 2009). Neste contexto, quando as famílias não promovem o bem-estar nem asseguram o desenvolvimento adequado dos seus membros, especialmente o das crianças e dos jovens, deparamo-nos com a presença de famílias em situação de risco psicossocial (Hidalgo, Menéndez et al., 2009). Diversos autores têm vindo a atribuir diferentes terminologias, com o objetivo de caracterizar as famílias em situação de risco psicossocial, como multiproblemáticas, disfuncionais, desestruturadas, multi-estressadas, resistentes, multiassistidas e vulneráveis, entre outras, que de algum modo traduzem a diversidade e complexidade das suas realidades familiares, em função das pressões externas, as forças e os seus recursos.

No presente estudo pretendemos estudar as famílias com menores em risco psicossocial, em particular, as suas características sociodemográficas e familiares, bem como a incidência de acontecimentos de vida negativos nas suas trajetórias de vida e circunstâncias atuais, que frequentemente comprometem a sua capacidade para garantir o adequado desenvolvimento e bem-estar psicossocial dos seus filhos (Rodrigo, Maiquez, Martín, & Byrne, 2008). De facto, a análise das características das famílias que consubstanciam o risco e a sua vulnerabilidade associam-se a diversos níveis de análise, como sejam, individual, interpessoal, familiar, social e comunitário que não são independentes, interagem e reforçam-se entre si, definindo deste modo perfis mais ou menos intensos de risco (Hidalgo e Lorence et al., 2009). Fatores como o baixo nível educativo, precaridade económica e profissional (Rodrigo et al., 2008), monoparentalidade, dificuldades de tipo psicológico, qualidade das interações (Marcelli, 2005), viver numa zona insegura (Rodrigo, Martín, Cabrera, & Máiquez, 2009), precaridade de políticas públicas de segurança e de saúde (De Antoni, Martins-Teodoro, & Koller, 2009), constituem realidades dos contextos familiares de risco, que tendem a acumular e enfrentar múltiplos acontecimentos de vida stressantes, com os quais se veem privados de recursos (Nunes, Lemos, Costa, Nunes, & Almeida, 2011), dificultando a tarefa dos pais e o exercício efetivo das suas competências parentais.

Para além dos fatores de risco que dificultam a tarefa dos pais, importa considerar a presença de fatores de proteção que permitam dotar a família de recursos e capacidades para lidar adequadamente com as diversas circunstâncias de vida negativas e exigências com as quais se vão deparando ao longo do ciclo vital (Rodrigo et al., 2008).

Assim, tendo em conta os efeitos negativos dos acontecimentos de vida stressantes e de risco com repercussões no bem-estar dos membros familiares, parece-nos também importante analisar o funcionamento das famílias com menores em risco psicossocial, especificamente, a coesão e a adaptação do sistema familiar, o modo como funciona e quais as variáveis que mais

contribuem para o seu equilíbrio, já que estas devem fazer face a inúmeras adversidades e desafios que vão surgindo ao longo do ciclo vital e desenvolvimento dos seus membros, permitindo-nos desta forma aprofundar o nosso conhecimento sobre os seus sistemas familiares. Neste sentido, a análise do funcionamento familiar deve ser compreendida com base numa perspectiva bidirecional e complexa, em virtude do carácter transaccional das interações entre os membros da família inseridos em diferentes subsistemas de relação (Rodrigo et al., 2008). A coesão familiar define-se pelos vínculos emocionais existentes entre os vários membros da família (Curral et al., 1999; Ribeiro, Pires, & Sousa, 2004), assim como pelo grau de autonomia que uma pessoa experimenta no sistema (Rodrigo et al., 2008). Por sua vez, a adaptação familiar é descrita como o grau de flexibilidade do sistema para operar mudanças e alterações de regras e papéis ao nível da sua estrutura de poder, em resposta a situações de stresse, que podem ser acidentais ou inerentes ao próprio processo de desenvolvimento (Curral et al., 1999; Ribeiro et al., 2004).

No nosso trabalho pretendemos também analisar o apoio social percebido pelas famílias com menores em risco psicossocial, em particular, as características e recursos que dispõem para lidar com as suas responsabilidades educativas aliadas a inúmeras dificuldades e acontecimentos de vida negativos, sem perder de vista o seu carácter multidimensional e multifuncional (López, 2007). O apoio social é muitas vezes associado a um tipo de ajuda, formal ou informal, a algo que sustenta uma pessoa que está em crise, ou a uma fonte de recursos a que as pessoas recorrem para suprir as suas dificuldades e necessidades. A análise das redes sociais permite conhecer a estrutura, composição e dimensão dos contactos sociais dos membros da família (Rodrigo & Palacios, 1998). Assim, parece-nos fundamental o estudo do apoio social percebido, bem como a importância que assume ao nível do funcionamento das famílias e adaptação psicossocial dos seus membros, de forma a cobrir as inúmeras necessidades sentidas ao nível do sistema familiar, facilitando desta forma o seu equilíbrio e funcionamento da dinâmica familiar, cuja disponibilidade da adequação de fontes de apoio adquire maior relevância em contextos familiares de risco (López, 2006).

Atendendo à necessidade de compreender as características e os recursos que as famílias com menores em risco psicossocial dispõem para lidar com as suas responsabilidades educativas, bem como perceber o apoio que necessitam para que possam desempenhar adequadamente as suas funções parentais e as relações que estabelecem com os seus filhos, o presente estudo, para além de pretender estudar o perfil psicossocial das famílias em situação de risco, nomeadamente, as suas características sociodemográficas, as circunstâncias contextuais, as relações interpessoais, a dinâmica familiar, consideramos que assume também

particular importância, investigar as necessidades de apoio destas famílias, de que depende em grande medida a adequação da intervenção por parte dos responsáveis e profissionais nesta área de atuação.

A presente dissertação encontra-se organizada em duas partes que procuram descrever de modo estruturado todo o percurso da nossa investigação. A primeira parte é constituída por três capítulos, que debruçar-se-á sobre a revisão da literatura onde se desenvolve a fundamentação da conceção do nosso estudo. O primeiro capítulo incidirá sobre o enquadramento jurídico-legal, modelos teóricos de risco e proteção e principais conceitos inerentes ao objeto do nosso estudo, famílias e menores em situação de risco psicossocial, fatores de risco e de proteção, acontecimentos de vida negativos e suas implicações no desenvolvimento das crianças e dos jovens em contextos familiares de risco. O segundo capítulo centrar-se-á na abordagem de diferentes modelos teóricos que visam a compreensão do funcionamento familiar, especificamente, na análise da coesão e adaptação familiar. O terceiro capítulo dedicar-se-á sobre os conceitos de apoio social enquanto constructo multidimensional, redes de apoio social formal e informal e a importância que assume ao nível do funcionamento pessoal, familiar e social em contextos familiares de risco. Na segunda parte do trabalho, apresentamos o quarto capítulo, no qual são designados os objetivos de investigação. Num quinto capítulo dedicado aos métodos do estudo, apresentaremos o desenho do estudo, a caracterização da amostra, os instrumentos utilizados, os procedimentos de recolha e de análise dos dados. No sexto capítulo damos a conhecer os resultados da nossa investigação tendo por base os objetivos definidos, que serão objeto de discussão no sétimo capítulo. Por último, o oitavo capítulo debruçar-se-á sobre as principais conclusões da investigação, as suas limitações, e ainda, algumas propostas para futuras investigações.

Parte I. Revisão da Literatura

Capítulo 1. Famílias com Menores em Risco

Capítulo 1. Famílias com Menores em Risco

1.1. Famílias com Menores em Risco Psicossocial

A família é o principal contexto de socialização para o desenvolvimento positivo das crianças e dos jovens (Lorence, Jiménez, & Sánchez, 2009) e, por consequência, constitui o núcleo fundamental de toda a sociedade como referência social para cada um dos seus membros (Camacho, León, & Silva, 2009).

Neste sentido, a família como primeiro grupo social a que pertencemos, através do qual adquirimos um conjunto de valores, crenças, normas e comportamentos socialmente aceites e adequados ao contexto social no qual estamos inseridos, permite-nos o contacto com distintos elementos de uma determinada cultura, que se revelam fundamentais, quer pelas normas que devem ser seguidas, quer pelos parâmetros que determinam o êxito social de uma pessoa (Musitu & Cava, 2003).

Contudo, nem todos os estilos de vida familiar nem todos os modos de interação são igualmente funcionais. Neste sentido, podemos identificar uma grande diversidade de situações familiares, dada a complexidade dos processos que conduzem ao risco psicossocial (Hidalgo, Menéndez et al., 2009; Rodrigo et al., 2008).

O contexto atual produziu profundas mudanças na vida familiar, inerente a uma sociedade contemporânea industrializada, marcada pela expansão do mercado mundial capitalista, que se rege por valores de consumo associada a uma grande diversidade de formas familiares, desde as mais tradicionais às mais modernas. Deparando-nos com a presença cada vez mais abundante de famílias nucleares reduzidas, monoparentais, reconstituídas (Máiquez, Rodríguez, & Rodrigo, 2004), que facilitou a emergência de um grupo de famílias, que não dispõem de recursos para fazer parte de uma nova cultura, pertencendo a sua maioria a setores de exclusão social (Rodríguez, Camacho, Rodrigo, Martín & Máiquez, 2006), caracterizadas pela presença de uma série de problemas que afetam um número indeterminado de membros do sistema familiar, podendo variar tanto na qualidade como na quantidade (Alarcão, 2000).

Estas famílias são descritas como sistemas vulneráveis de alto risco para o desenvolvimento dos seus membros, quer pela ação dos seus mecanismos internos, quer pelos contextos sociais que potenciam a sua disfuncionalidade (Gómez, Muñoz, & Haz, 2007), e que podem desencadear situações ou condições favoráveis a um aumento da violência intra e extrafamiliar (Azevedo & Maia, 2006).

Rodrigo e colaboradores (2008) definem as famílias em situação de risco psicossocial como aquelas em que os responsáveis pelos cuidados, atenção e educação das crianças, por circunstâncias pessoais e relacionais, assim como por influências adversas do meio, negligenciam as suas funções parentais ou fazem um uso inadequado das mesmas, comprometendo ou prejudicando o desenvolvimento pessoal e social das crianças e dos adolescentes, sem contudo, configurar a gravidade que justifique a separação do menor da sua família.

Neste sentido, estas famílias vivem em circunstâncias pessoais e relacionais que dificultam ou impossibilitam o exercício efetivo das suas competências parentais (Jiménez, Dekovic, & Hidalgo, 2009; Menéndez, Hidalgo, Jiménez, Lorence, & Sánchez, 2010; Moreno, 2002; Rodrigo, Martín, Máiquez, & Rodríguez, 2007; Sousa & Rodrigues, 2009). Para além, das suas competências parentais e padrões comunicacionais refletirem as transmissões deficitárias das famílias às gerações (Lerner, Walsh & Howard, 1998, citado por Nunes et al., 2011).

Na literatura, as famílias em situação de risco psicossocial têm vindo a ser frequentemente associadas a pobreza e a fracos recursos económicos (Azevedo & Maia, 2006; Lorence, 2008; Martín et al., 2004; Sousa, 2005; Sousa & Ribeiro, 2005). Porém, esta realidade constitui apenas um indicador de risco que remete para o grupo mais exposto deste conjunto de agregados familiares, que podem ser identificados em diferentes contextos sociais, culturais e económicos (Sousa & Ribeiro, 2005), e têm sido objeto de estudo em diversos países, como Portugal (Nunes et al. 2011; Sousa, 2005; Sousa & Ribeiro, 2005), Espanha (Hidalgo, Lorence et al., 2009; López & Sánchez, 2001; Menéndez et al., 2010), Austrália (Fernandez, 2007), entre outros.

Com efeito, as famílias com fracos recursos económicos apresentam maior visibilidade na comunidade e nos serviços sociais (Ribeiro et al., 2004). Nesta linha, “multiproblemas e pobreza” podem coexistir na mesma família, mas não necessariamente (Sousa & Ribeiro, 2005), na medida em que o fator económico, por si só, não condiciona o desempenho das funções parentais (Martín et al., 2004). Porém, a pobreza pode constituir um fator de bloqueio em famílias saudáveis (Sousa & Ribeiro, 2005), sobretudo, quando existem contextos caracterizados por fatores de risco psicossocial e privação sociocultural crónica, que reforçam as dinâmicas de exclusão social, disfuncionalidade, crise e desesperança, comuns nestas famílias, cujas consequências negativas tornam-se cada vez mais difíceis de modificar pelo próprio sistema (Gómez et al., 2007).

A acumulação de múltiplos acontecimentos de vida negativos (Nunes et al., 2011; Ribeiro et al., 2004; Sousa, 2005), a exposição a diversas fontes de stresse, como o desemprego, pobreza, isolamento social (Gómez et al., 2007; Rodríguez et al., 2006), ambiente social empobrecido, desestruturado e inúmeros problemas sociais, como insucesso escolar, violência familiar, consumo de substâncias aditivas (Martín et al., 2004), acompanhadas de inconstância conjugal associada à disfunção parental (Sousa, 2005), e interação caótica (Ribeiro et al., 2004), dificultam o exercício da prática parental.

A presença de condições de vida adversas aliadas a características pessoais, como o baixo nível educativo, estratégias inadequadas para a resolução de problemas, impulsividade, falta de autocontrolo, baixa autoestima, podem desencadear práticas parentais de risco, dando origem a famílias que se encontram em risco psicossocial (Trigo, 1998).

Atendendo à necessidade do recurso a referenciais teóricos específicos, na abordagem das famílias em situação de risco psicossocial e no sentido de compreender as dinâmicas específicas que caracterizam estes sistemas familiares. Gómez e colaboradores (2007), com base numa revisão teórica da literatura, definiram quatro eixos descritivos, interrelacionados entre si, que caracterizam as famílias em risco, nomeadamente, poli-sintomatologia e crises recorrentes, desorganização estrutural e comunicativa, isolamento social e, ainda, o abandono das funções parentais.

A poli-sintomatologia remete para um conjunto de problemas e fatores de stresse, como a negligência, maus tratos infantis, violência conjugal, insucesso escolar, delinquência, dependência de substâncias aditivas (drogas e álcool), depressão, doenças crónicas, entre outros (Gómez, Cifuentes, & Ross, 2009; Matos & Sousa, 2004; Sousa, 2005), que afetam fortemente os membros da família, em particular, o bem-estar e desenvolvimento biopsicossocial das crianças e dos adolescentes. A desorganização é uma característica destas famílias, que reflete o seu funcionamento familiar, através da sua estrutura caótica e comunicação disfuncional (Gómez et al., 2007; Ribeiro et al., 2004; Sousa, 2005). Por sua vez, o isolamento social ou “falta de apoio social” (Gómez et al., 2007) diz respeito ao distanciamento físico e emocional observado nestes sistemas, da rede social de apoio formal e informal, que afetam negativamente os seus recursos psicossociais e económicos disponíveis (Sousa, 2005). No que se refere ao abandono das funções parentais, estas famílias podem demonstrar, em muitos casos, incompetência e negligência parental (Gómez et al., 2009; Rodríguez et al., 2006), que pode implicar a separação da criança do seu agregado insersor, situação que posteriormente dificulta alcançar uma reunificação bem-sucedida (Pereira & Alarcão, 2010).

O estudo das famílias em situação de risco psicossocial implica, sobretudo, assinalar a vulnerabilidade das condições e processos do desenvolvimento da família que a impedem por um determinado período de tempo, podendo este ser alargado ou não, de funcionar a um nível que lhe permita satisfazer as necessidades afetivas, sociais e pessoais dos elementos que a integram (Rodrigo, Máiquez, Correa, Martín, & Rodriguez, 2006), que, inequivocamente, devem ser objeto de intervenção adequada por parte do sistema de promoção e proteção da infância, sempre que configure risco ou perigo para a criança.

1.2. Enquadramento Jurídico-Legal das Crianças e Jovens em Perigo

Ao abrigo da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, foi aprovada pela Assembleia da República, a institucionalização da proteção de crianças e jovens em perigo, e ao mesmo tempo implementada a atual identidade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Pelo mesmo diploma legal, foram também regulamentadas todas as competências das entidades envolvidas em matéria de infância e juventude, como sejam Instituições Particulares de Solidariedade Social, Instituto de Segurança Social, serviços de saúde, estabelecimentos de ensino, lares e centros de acolhimento, bem como a composição e estrutura das CPCJ e áreas de intervenção de cada uma das entidades integradoras.

A panóplia legislativa publicada na última década em Portugal, ao nível dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, do Ministério da Justiça e do Ministério da Educação, tem promovido uma crescente preocupação no que respeita à proteção, desenvolvimento e enquadramento pessoal e social das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso. Sempre que estamos em presença dos conceitos “criança em risco e em perigo”, somos levados a ajuizar que estamos perante uma realidade cada vez mais visível no contexto de uma sociedade moderna e de natureza interativa, como seja: clínica, psicológica, social, cultural e jurídica.

Por isso, qualquer abordagem desenvolvida em prol desta problemática impõe ao profissional uma análise baseada entre a criança, a família e o contexto em que se desenvolve e também o quadro das políticas públicas em vigência. A propósito dos conceitos de risco e perigo, importa distinguir que o risco sendo um conceito mais lato, refere-se à vulnerabilidade da criança ou jovem poder vir a sofrer de maus tratos. Por sua vez, o conceito de perigo adquire um sentido mais concreto, e corresponde à objetivação do risco (Direção Geral da Saúde, 2011).

A Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (n.º 2 do artigo 3), considera que a criança ou jovem está em perigo quando se encontra numa das seguintes situações: está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponha de modo adequado a remover essa situação.

O Estado Português a partir do início do século XX tem vindo a manifestar através da sua legislação, uma preocupação constante no que respeita à prevenção e proteção das crianças e jovens, no sentido de evitar situações de risco ou perigo suscetíveis de afetar a sua segurança, formação, educação, saúde ou desenvolvimento integral. Já no presente século (Janeiro de 2001), entrou em vigor a lei 147/99, de 1 de Setembro, que veio reestruturar após dez anos de experiência, as Comissões de Proteção de Menores, dotando-as com novas atribuições e com um novo estatuto, permanecendo o Tribunal de Família e Menores, apenas como subsidiário das novas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Com efeito, a rutura com o princípio da subsidiariedade concretiza-se através da intervenção judicial no âmbito das medidas de colocação e as medidas de confiança a pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com vista a adoção, estas sim, medidas que rompendo com o meio natural de vida, a família, justificam uma decisão judicial (Borges, 2007). Dada a relevância da intervenção judicial, o percurso de promoção e proteção dos processos situa-se em fases de progressão, como sejam o debate judicial, a decisão e execução da medida a decretar, pelo coletivo de juízes, que decidirem sobre os processos.

Neste sentido, a articulação advogada ao nível das diferentes instituições que intervêm nos processos e Tribunais de Família e Menores constitui uma prioridade fundamental, para que a decisão final sobre o objetivo em presença obtenha um resultado satisfatório, para o bem-estar da criança ou jovem, como ator principal de qualquer avaliação, inquérito ou investigação. Para além, da audição obrigatória da criança ou jovem, pais ou representante legal, o juiz sempre que o julgar conveniente e com o objetivo de melhor fundamentar a sua opinião sobre qualquer processo, pode chamar para audição, os técnicos com responsabilidade sobre a gestão e

conhecimento sobre os mesmos processos, com a finalidade de prestarem os esclarecimentos suficientes e justificáveis.

Ao nível das áreas do País, não abrangidas pela jurisdição dos Tribunais de Família e Menores, exercem as competências inerentes a esta problemática, os Tribunais das respetivas Comarcas, em conformidade também com o previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro.

A missão das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e dos Tribunais, em presença das correspondentes medidas de promoção e proteção das crianças e jovens deve ser sempre tida em conta e ao abrigo da Lei, a natureza do abuso, o ponto de vista da criança ou do jovem, as competências dos pais e o parecer técnico dos profissionais intervenientes.

Nesta conformidade, a intervenção para a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo, tem lugar quando os progenitores, representante legal ou quem detenha a guarda efetiva coloquem em perigo a sua segurança, educação, formação, saúde ou desenvolvimento biopsicossocial, ou ainda quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem, sem que aqueles se oponham de forma adequada a removê-lo.

1.2.1. Preservação Familiar e Menores em Risco Psicossocial

Desde meados do Séc. XX temos vindo a assistir a uma crescente preocupação sobre o funcionamento das famílias em situação de risco psicossocial, como contextos de desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Neste sentido, em conformidade com o disposto no Dec-Lei n.º 12/2008, de 17 de Janeiro de 2008, prevalece o pressuposto do direito da criança e do jovem a serem educados numa família, de preferência a sua, o que implica uma intervenção que permita por um lado, assegurar às famílias condições para garantirem um desenvolvimento pleno das crianças e dos jovens, no âmbito do exercício de uma parentalidade responsável, e por outro disponibilizar apoios de natureza diversa, como sejam psicopedagógica, social e económica, a conceder àquelas, bem como a proporcionar o suporte à família para que desempenhe adequadamente o papel que lhe compete.

Para Rodrigo e colaboradores (2008), a preservação familiar compreende todo o conjunto de ações, que devem ser desenvolvidas para manter a criança no seu agregado familiar, quando os responsáveis pela prestação de cuidados, atenção e educação (i.e., pais ou substitutos) por diversas circunstâncias, negligenciam as suas funções parentais ou fazem um

uso inadequado das mesmas, prejudicando o desenvolvimento pessoal e social da criança, sem contudo, configurar a gravidade que justifique a separação do menor da sua família.

Com efeito, Rodrigo e colaboradores (2008) salientam quatro aspetos fundamentais a ter em consideração na preservação familiar: a fragilidade do bem-estar da família, a diversidade de formas que a instabilidade familiar pode assumir, o seu carácter multidimensional, e por último, a importância dos recursos disponíveis no seu conjunto, de modo a apoiar o sistema familiar a lidar com situações fonte de instabilidade, que importam atender dada a diversidade das situações familiares e complexidade dos processos que conduzem ao risco psicossocial familiar, de forma a salvaguardar o desenvolvimento integral e bem-estar das crianças e jovens.

Esta abordagem implica abrir um espaço a mecanismos de prevenção e uma segunda oportunidade para que estas famílias possam dar cumprimento às suas funções parentais e responsabilidades, através de uma adequada mobilização de recursos e apoios necessários às suas necessidades. Para além, da ênfase na prevenção, a preservação familiar implica alcançar o bem-estar das crianças e a integração social da família, como uma das formas mais eficazes da proteção e promoção do bem-estar infantil, através dos bons-tratos às crianças (Rodrigo, et al., 2008).

Martín e colaboradores (2004) salientam que a intervenção com as famílias em situação de risco psicossocial requer um tratamento específico e especializado, que passa por garantir o direito das crianças e dos jovens a ter um desenvolvimento integral no seio da sua família de origem, que exige a implementação de programas de preservação familiar.

Neste sentido, diversos autores enfatizam a importância da elaboração e implementação de programas de apoio que representam um recurso básico e valioso para a preservação familiar (Hidalgo, Menéndez et al, 2009; Martín et al., 2004), pressupondo o envolvimento das famílias em plataformas de apoio e processos de mudança que as orientem para modos de funcionamento diferentes e mais adaptativos, com base em ações orientadas para o fortalecimento de competências parentais, recursos e potencialidades família (em oposição à ênfase no défice e carências da família), constituindo um aspeto fundamental na intervenção com as famílias multiproblemáticas e em situação de risco psicossocial (Gómez et al., 2007; Ribeiro et al., 2004).

Assim, a preservação familiar pressupõe uma ênfase duplamente comunitária. Por um lado, assinala a necessidade de integrar as famílias vulneráveis na comunidade como forma de potenciar ou reestabelecer redes de apoio e melhorar o seu funcionamento, por outro, enfatiza a necessidade de promover a implicação e a responsabilidade de toda a comunidade na proteção e bem-estar da infância. (Hidalgo, Menéndez et al. 2009; Rodrigo et al., 2008).

1.3. Modelos Teóricos de Risco e Proteção

A família é um sistema dinâmico de relações interpessoais recíprocas, inserida em múltiplos contextos de influência que sofrem processos sociais e históricos de mudança (Rodrigo & Palacios, 1998), cujo estudo deve incluir a sua complementaridade com a sociedade (Minuchin, 2005).

O estudo da família tem sido desenvolvido com base em diversos modelos teóricos. Em, 1979, na obra intitulada “The Ecology of Human Development”, Urie Bronfenbrenner propôs um modelo de desenvolvimento humano, considerado inovador na forma como conceitualizava a pessoa em desenvolvimento, o meio ambiente, e sobretudo a relação existente entre ambos. O Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano, de Bronfenbrenner (1979), preconiza um esquema conceitual para a descrição e inter-relação de estruturas e processos, no ambiente próximo e mais distante, na medida em que estão em constante interação e influenciam o desenvolvimento humano ao longo da vida (Rodrigo & Palacios, 1998).

O modelo de Bronfenbrenner (1979) concebe o ambiente ecológico, através do qual identifica quatro níveis distintos que se influenciam mutuamente e estabelecem uma relação inclusiva entre si: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema. Com efeito, o Microsistema é definido pelo conjunto de atividades, papéis e relações interpessoais experienciadas pela pessoa em desenvolvimento, compreendendo as ligações entre o sujeito e o contexto imediato em que se desenvolve, a natureza dessas ligações, e a sua influência indireta na pessoa em desenvolvimento, através do seu efeito naqueles que lidam com ela em primeira linha (e.g., família, jardim de infância, escola, colegas e amigos). No Mesossistema situam-se as influências contextuais que decorrem da interação entre os microsistemas (i.e., o conjunto de relações que se estabelecem entre os principais contextos que contêm a pessoa em desenvolvimento num determinado momento da sua vida, e que inclui a sua participação, como por exemplo para a criança, a relação entre a família e a escola). O Exossistema consiste nas estruturas sociais formais e informais que influenciam e afetam as atividades que ocorrem no microsistema. Porém, não têm um envolvimento direto da pessoa em desenvolvimento (e.g., para a criança, o trabalho e círculo de amigos dos pais). Por último, o Macrosistema é composto por valores culturais, sistemas de crenças, circunstâncias sociais e sucessões históricas de acontecimentos de uma sociedade, que podem afetar os outros sistemas ecológicos, sendo a sua influência determinante enquanto facilitador ou inibidor do desenvolvimento transmitido ao nível do exossistema, mesossistema e microsistema (Rodrigo & Palacios, 1998; Rodrigo et al., 2008).

Bronfenbrenner (1979) salienta ainda a importância em investigar o ambiente conforme ele é percebido e experienciado, e não apenas a forma pela qual poderá existir na realidade objetiva. Na tentativa de compreender e explicar as circunstâncias que envolvem as famílias com menores em situação de risco psicossocial, nas quais as suas necessidades básicas não são adequadamente satisfeitas, surgiram os primeiros modelos teóricos, que atribuíram uma visão causal, unifatorial e simplista (Rodrigo et al., 2008) do fenómeno, baseadas em relações de causa-efeito, entendendo o desenvolvimento das crianças e adolescentes, como a consequência direta e causal do comportamento parental (Lorence, 2008). Com efeito, estes modelos mostraram-se claramente insuficientes para explicar os défices no desenvolvimento das crianças e adolescentes em relação à vida familiar, não permitindo deste modo aceder ao carácter transaccional das interações existentes entre os membros familiares. De facto, não devemos procurar uma causa única, mas múltiplas causas que podem ser provenientes dos diversos sistemas de influências que envolvem a família (Rodrigo et al., 2008).

Nas décadas de 70 e 80 foram criados novos modelos explicativos, de natureza multifatorial e interativa (Palacios, Jiménez, Oliva, & Saldaña, 2009; Rodrigo et al., 2008), com base no modelo ecológico-sistémico, que veio consolidar um marco teórico fundamental no estudo da família (Rodrigo & Palacios, 1998), através do qual a análise sobre as dificuldades e as oportunidades de adaptação e de interação recíproca entre a família enquanto sistema e o ambiente constitui um dos pilares fundamentais em que assenta a intervenção com as famílias em risco psicossocial (López, 2006; Rodrigo et al., 2008).

Estes modelos teóricos consideram que o que aumento da probabilidade do aparecimento de situações traumáticas para as crianças está associado a um desequilíbrio entre os fatores de risco e os fatores protetores presentes no contexto de desenvolvimento (Lorence, 2008). Nesta nova perspetiva, salientamos os seguintes modelos teóricos: o modelo ecológico de Belsky (1980), o modelo transaccional de Cicchetti e Rizley (1981), e o modelo multidimensional da pessoa x contexto x acontecimentos de vida (Martin, 2005), que integram as relações interpessoais e os sistemas que participam nos contextos familiares de risco.

O modelo de Belsky (1980) apoia-se na teoria ecológica do desenvolvimento de Bronfenbrenner (1979), e estabelece a existência de quatro sistemas de influências interativas entre si (nível ontogenético, microssistema, exossistema e macrossistema), que contribuem para o aparecimento de condutas parentais e que colocam em risco o adequado desenvolvimento dos menores, incluindo situações de maus tratos. Assim, em cada um dos níveis incluem-se variáveis individuais (dos progenitores e dos seus filhos), sociais, contextuais e culturais, em permanente e mútua interação, que integram fatores de risco que predispoem a criança ao

abuso e fatores protetores ou compensatórios que protegem a família e os seus membros. O modelo ecológico de Belsky não defende a existência de efeitos cumulativos em cada um dos quatro sistemas de influências, mas a sua interação permanente e recíproca que se desenvolve entre estes sistemas.

Por sua vez, o modelo transacional de Cicchetti e Rizley (1981), reconhece também a natureza multicausal na explicação e compreensão dos processos e interações dinâmicas (entre a criança, a família e o contexto social) que se desenvolvem em contextos de famílias em situação de risco psicossocial, fazendo intervir uma dimensão temporal. Os autores deste modelo atribuem também muita importância à influência dos fatores de risco ou potenciadores e aos fatores protetores ou compensadores, e distinguem fatores transitórios ou permanentes. A existência de fatores compensadores transitórios (e.g., obtenção de emprego) ou permanentes (e.g., existência de um sistema de apoio familiar estável e permanente) contribuem para a diminuição das situações de crise transitória (e.g., desemprego) e de vulnerabilidade permanente (e.g., doença crónica, psicopatologia dos pais ou da criança, pai ou mãe com história de maus tratos). De acordo com os autores, os maus tratos a crianças e jovens podem ocorrer quando os fatores de risco se sobrepõem ou anulam as influências protetoras.

O modelo denominado “multidimensional pessoa x contexto x acontecimentos de vida” proposto por Martín (2005), pretende explicar a dinâmica do risco dos sistemas familiares, baseado na interação de três eixos dimensionais: a) pessoal e relacional, b) contexto de desenvolvimento e, ainda, c) acontecimentos de vida negativos, que permitem situar as pessoas em cada um dos eixos num contínuo, contextualizando desta forma a dinâmica de risco nos sistemas familiares (López, 2006). O eixo pessoal e relacional apresenta dois polos, a vulnerabilidade e a resiliência. O segundo eixo relaciona-se com as características dos contextos de desenvolvimento, e inclui também dois polos, nomeadamente, os fatores de risco e de proteção. A finalizar, este modelo inclui, ainda, um terceiro eixo transversal que se relaciona com os acontecimentos de vida stressantes (Figura 1).

A adaptação psicossocial dos indivíduos depende da interseção dos três eixos dimensionais descritos, verificando-se que o nível de desadaptação dos indivíduos é mais elevado onde confluem os polos negativos dos três eixos, nomeadamente, prevalência de fatores de risco, elevada vulnerabilidade e acumulação de acontecimentos de vida stressantes (Lorence, 2008). Nesta linha, salientamos a fragilidade do bem-estar familiar e a diversidade de formas que a instabilidade familiar pode assumir nos diferentes contextos, revelando-se imprescindível uma intervenção de carácter multidimensional adequada às características das situações de instabilidade familiar, que permita às famílias e aos seus membros atingir um novo

equilíbrio, não apenas diminuindo a sua vulnerabilidade e fatores de risco, mas também promovendo a sua proteção e resiliência.

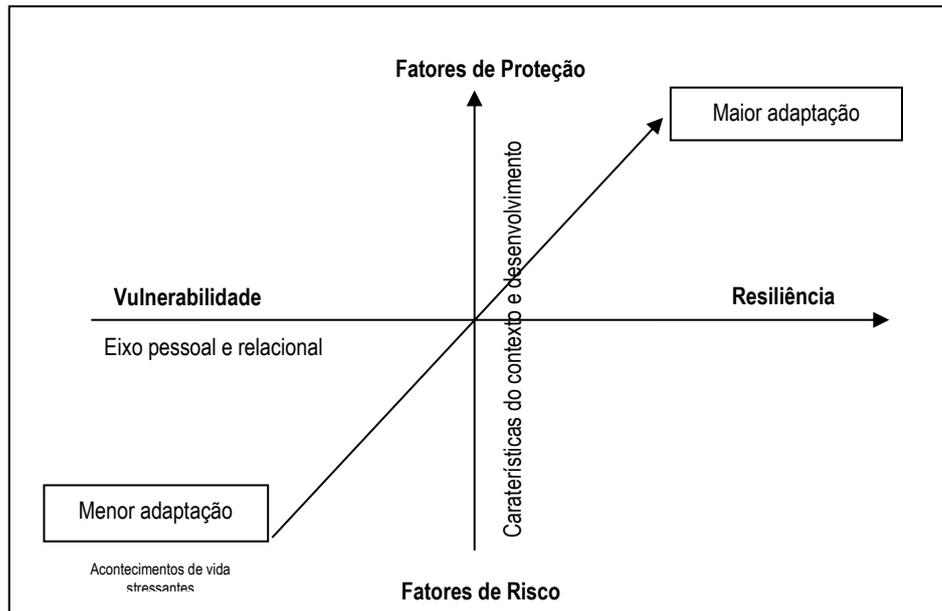


Figura 1. Modelo Multidimensional de Adaptação Psicossocial.

Fonte: Rodrigo et al. (2008, pp. 28).

1.4. Fatores de Risco e Fatores de Proteção para as Famílias em Situação de Risco Psicossocial

Os fatores de risco podem ser definidos como aquelas condições biológicas, psicológicas ou sociais que aumentam a probabilidade de que surja uma determinada conduta, situação ou problema que compromete em maior ou menor medida a adaptação psicossocial dos indivíduos (Rodrigo et al., 2008). De facto, os fatores de risco são variáveis que aumentam a probabilidade de um resultado negativo ocorrer no futuro (Deković, 1999).

Por sua vez, Rodrigo e colaboradores (2006) defendem a importância da distinção entre fatores de risco proximais e contextuais. Os fatores de risco proximais referem-se aos aspetos relacionados com a qualidade na prestação de cuidados (e.g., relacionamento interpessoal e intrapessoal entre pais e filhos, afetividade, práticas educativas parentais) e os fatores contextuais remetem para as características sociodemográficas (e.g., nível educativo, tipologia familiar).

No que diz respeito aos fatores de risco, podemos ainda identificar alguns fatores que estabelecem uma importante relação com estes, os denominados fatores de vulnerabilidade que se referem àquelas circunstâncias que aumentam a probabilidade dos efeitos negativos em

presença dos fatores de risco, sendo que no mesmo contexto, não possuem esse efeito amplificador quando o risco não está presente, motivo pelo qual explica que indivíduos nessas circunstâncias apresentam maiores dificuldades de adaptação psicossocial (Lorence, 2008).

Rodrigo e colaboradores (2007) salientam que a vulnerabilidade nas famílias em situação de risco psicossocial produz-se principalmente no meio familiar, na medida em que se tratam de agregados familiares expostos frequentemente a acontecimentos de vida stressantes e de risco diversos (e.g., dificuldades económicas, sobrecarga de tarefas, relações conflituosas entre pais e filhos), cujos membros nem sempre dispõem de recursos pessoais para lidar eficazmente com estas situações (e.g., pequenas redes de apoio social e baixo nível educativo).

Os fatores de proteção podem ser definidos como aquelas influências que modificam a resposta de um indivíduo em presença de situações de risco que conduz a um resultado mais positivo do que seria esperado (Rodrigo et al., 2008). A influência dos fatores de proteção pode ser direta, reduzindo ou eliminando os fatores de risco, ou indireta compensando os efeitos dos fatores de risco ao promover o desenvolvimento de estratégias eficazes no indivíduo (Lorence, 2008). Os fatores de risco e de proteção, bem como os recursos disponíveis do sistema podem variar e modificar a situação das famílias num contínuo (Rodrigo et al., 2008), sendo que as interações que estabelecem entre si apoiam, qualificam ou modificam a experiência das famílias (Minuchin, 2005).

Assim sendo, o desenvolvimento da família e dos elementos que a constituem enquadram-se numa ação combinada e conjunta de influências, que podem ser positivas ou negativas (Nunes, Martins, Almeida, & Martins, 2009), e podem aumentar a probabilidade do aparecimento de problemas (fatores de risco e vulnerabilidade) ou diminuí-la (fatores de proteção e resistência) (Lorence, 2008; Rodrigo et al., 2008).

Com base na revisão da literatura em referência, apresentamos uma síntese dos fatores de risco e de proteção que têm vindo a ser identificados com maior frequência em famílias em situação de risco psicossocial (Azevedo & Maia, 2006; Belsky, 1980; Lorence, 2008; Palacios & Rodrigo, 1998; Rodrigo et al., 2009; Rodrigo et al., 2008; Trigo, 1998), com importantes repercussões no bem-estar e desenvolvimento das crianças e jovens que integram estes agregados familiares (Tabela 1).

Tabela 1. Fatores de Risco e Proteção para as Famílias em Situação de Risco Psicossocial

	FATORES DE RISCO / VULNERABILIDADE	FATORES DE PROTEÇÃO
MICROSISTEMA	<p>Individuais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Pais e Mães: <ul style="list-style-type: none"> – Baixo nível educativo. – Precaridade laboral. – Trajetória de vida difícil. – Problemas psicológicos. – Consumo de substâncias aditivas. – Pouca confiança dos pais nas suas competências, geradas muitas vezes pelos técnicos. – Contradições nas ideias e condutas dos pais sobre a educação dos filhos. ■ Menores: <ul style="list-style-type: none"> – Estilos e hábitos de vida inadequados. – Deficiências ou incapacidades. – Temperamento difícil. – Impulsividade. – Baixa escolaridade e insucesso escolar. <p>Familiares:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Acumulação de acontecimentos de vida stressantes. – Privação socioeconómica. – Habitações com características que ameaçam a integridade e não promovem a estimulação do desenvolvimento dos menores. – Menor acesso a recursos materiais e a experiências estimulantes. <p>Interpessoais:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Tensões familiares (problemas conjugais ou decorrentes das características ou necessidades especiais da criança) – Relações pais-filhos baseadas em práticas educativas inexistentes, rígidas ou incoerentes. 	<p>Individuais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Pais e Mães: <ul style="list-style-type: none"> – Elevado nível educativo. – Pais competentes e autónomos. – Estabilidade e satisfação laboral. ■ Menores: <ul style="list-style-type: none"> – Temperamento fácil. – Escolaridade. – Elevada competência social. – Elevada auto-estima. – Estilo pessoal mais refletido que impulsivo. – Dispor de estratégias efetivas de resolução de problemas. – Participação em atividades lúdicas. <p>Familiares:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Diminuição do n.º de filhos (maior investimento afetivo) – Ambiente familiar estruturado, com estilos de vida familiar mais igualitários e participativos. – Vínculos afetivos sólidos com pelo menos um dos cuidadores. – Afeto que une a família através das relações de apego mútuo (relações de apoio com irmãos e família extensa). <p>Interpessoais:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Relação conjugal positiva e de apoio mútuo. – Relações pais-filhos baseadas em práticas educativas flexíveis e coerentes com o desenvolvimento infantil.
MESOSISTEMA E EXOSISTEMA	<ul style="list-style-type: none"> – Fatores que influenciam os contextos em que só participam os pais e afetam a vida familiar (trabalho precário). – Relação deficiente entre os diferentes microssistemas (escola-família). – Isolamento e exclusão social. – Características da rede social de apoio (tamanho reduzido, com escassos contactos e pouca coesão interna). – Nível comunitário (valores e atitudes negativas, violência e acesso difícil a recursos institucionais). 	<ul style="list-style-type: none"> – Experiências escolares e atividades extra curriculares satisfatórias (participação em atividades, relações interpessoais com o grupo de pares, relações de apoio e afeto com pelos menos um educador). – Rede de apoio social informal (avós, amigos, vizinhos) ampla e de qualidade, de suporte emocional e fonte de informação e conhecimento para os pais. – Nível comunitário: criação de serviços e redes sociais de apoio (saúde, educativos e sociais).
MACROSISTEMA	<ul style="list-style-type: none"> – Tensões sociais e económicas (pobreza, e desemprego). – Medidas sociopolíticas escassas ou inadequadas. – Redução dos serviços e apoios comunitários. – Falta de recursos sociais, culturais e lúdicos. – Diversidade cultural (segregação, descontinuidade intercultural). 	<ul style="list-style-type: none"> – Medidas sociopolíticas que facilitem o acesso a recursos básicos (educação), bem-estar económico. – Importância dada às crianças na nossa cultura. – Valorização positiva da família e da vida familiar. – Estabilidade da família. – Intercâmbio de valores.

Várias investigações têm-se centrado em determinar o perfil psicossocial das famílias em situação de risco psicossocial (Menéndez, Arenas, Pérez, & Lorence, 2012; Menéndez et al., 2010; Nunes et al., 2011; Rodríguez et al., 2006; Trigo, 1998), e concluem que estas famílias estão expostas a um elevado número de fatores de risco, que se sobrepõem num contínuo, em maior ou menor medida, aos fatores de proteção, e que se repercutem no bem-estar e dificultam o desenvolvimento individual e familiar dos seus membros. Lorence (2008) salienta a importância dos fatores protetores, em oposição aos fatores de risco e de vulnerabilidade, na medida em que na presença de fatores de risco, contribuem para diminuir ou eliminar a probabilidade do aparecimento de problemas. A contextualização da desproteção exige ao mesmo tempo conhecer os fatores de proteção. Neste sentido, a identificação dos fatores de risco e dos fatores contextuais que protegem e promovem os recursos pessoais e sociais, poderá contribuir para a interrupção do ciclo de vulnerabilidade das famílias (Nunes et al., 2011).

1.5. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco

Ao longo da vida familiar vão surgindo diversos acontecimentos de vida que originam situações de desequilíbrios e implicam mudanças necessárias, que permitam aos indivíduos e à família a sua adaptação às novas exigências. Porém, a existência de acontecimentos de vida stressantes, ou a escassa flexibilidade dos elementos que compõem a família, podem originar situações de risco que dificultam o adequado desenvolvimento dos seus membros, em particular, o dos menores (Triana & Rodrigo, 1998), que se vê alterado em função dos mecanismos ou processos que relacionam entre si fatores de risco e de proteção (Rutter, 2006).

Os acontecimentos de vida stressantes podem ser definidos como experiências que perturbam ou ameaçam a atividade diária de um indivíduo, causando a necessidade de adaptação (Lorence, 2008). Rodrigo e colaboradores (2008) afirmam que os acontecimentos de vida stressantes constituem o nível máximo de stresse que se pode vivenciar, com importantes repercussões ao nível do funcionamento adaptativo, que exigem um maior grau de reestruturação e de mudança na vida da pessoa ou da família.

As famílias em situação de risco psicossocial caracterizam-se por uma elevada acumulação de acontecimentos de vida stressantes (Menéndez et al., 2010; Rodrigo et al., 2008; Trigo 1998), e tendem a acumular ao longo da vida, crises inesperadas, não raras as vezes, provenientes da sua elevada vulnerabilidade a pressões do meio (Sousa, 2005), que distorcem os seus recursos (internos e externos) e dificultam a sua capacidade em lidar com as circunstâncias adversas.

Com base na revisão teórica da literatura, salientamos duas perspectivas teóricas na abordagem dos acontecimentos de vida stressantes, com enfoques quantitativo e qualitativo, que têm sido utilizadas por diversos autores na tentativa de explicar a incidência e repercussão dos fatores de risco e de proteção no desenvolvimento individual e familiar em contextos familiares de risco.

1.5.1. Perspetiva Quantitativa dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco

A perspetiva quantitativa visa a compreensão dos acontecimentos de vida stressantes, atendendo à sua frequência, e considera que a acumulação de situações stressantes na vida das pessoas constitui uma ameaça maior na adaptação psicossocial dos indivíduos do que um único elemento isolado, independentemente da natureza das circunstâncias do risco (Lorence, 2008; Lorence et al., 2009). Esta perspetiva propõe um modelo explicativo baseado na acumulação do risco, a partir da qual o nível de risco individual e familiar é determinado em função do número de fatores de risco presentes nos diferentes níveis ecológicos (Deković, 1999; López, 2006; Lorence et al., 2009; Menéndez et al., 2010;).

Marcelli (2005) salienta que os acontecimentos de vida podem constituir fatores de risco, na criança ou no seu ambiente, que se associam a um risco de morbilidade mental superior, ao que se observa na população em geral, que não são independentes e que frequentemente se reforçam com efeitos cumulativos. As famílias em situação de risco psicossocial diferem das famílias normativas, na medida em que se caracterizam pela vivência de um maior número de acontecimentos de vida negativos (Rodrigo et al., 2008), como consequência dos processos de risco e de vulnerabilidade, nas quais se veem implicadas (Lorence et al., 2009).

Diversos autores têm realçado que a acumulação de fatores de risco conduz a um aumento das dificuldades vivenciadas pelos indivíduos que são acompanhadas pelo elevado impacto negativo provocado por essas circunstâncias (Jiménez, Menéndez, & Hidalgo, 2008; Oliva, Jiménez, Parra, & Sánchez-Queija, 2008; Rodríguez et al., 2006), que não advêm do seu impacto isolado, mas da sua cronicidade e influência sobre os outros, já que a sua presença aumenta as probabilidades de que se verifiquem novas circunstâncias de risco (Rutter, 1987), constituindo múltiplos ambientes de risco que interferem no funcionamento adaptativo das famílias e dos menores.

1.5.2. Perspetiva Qualitativa dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco

A perspetiva qualitativa dos acontecimentos de vida stressantes e de risco considera o estudo da incidência, em particular, de cada acontecimento de vida stressante, atendendo à sua natureza e à forma como é vivenciado, e não apenas à sua presença ou ao seu número (Lorence et al., 2009). Diversos estudos de investigação com famílias em situação de risco psicossocial têm optado por uma abordagem qualitativa dos processos familiares (Cecconello, 2003; Cecconello & Koller, 2003; Lorence et al., 2009; Menéndez et al., 2010), cuja proposta permite a sua compreensão em relação à presença de variáveis associadas direta ou indiretamente, possibilitando desta forma uma visão mais contextualizada (Cecconello & Koller, 2003), e uma perspetiva global que analisa os processos e a família na sua totalidade (Lorence, 2008).

De acordo com esta perspetiva, também têm sido desenvolvidos alguns estudos com o objetivo de avaliar o impacto emocional dos acontecimentos de vida stressantes em adolescentes (Jiménez et al., 2008; Lorence, 2008; Lorence et al., 2009; Oliva et al., 2008), que crescem em contextos familiares de risco.

Da revisão da literatura efetuada, existe um certo consenso em considerar que a relevância dos acontecimentos de vida stressantes e de risco, não reside apenas na sua frequência, considerando-se fundamental avaliar também a relação da perceção subjetiva do impacto emocional dessas circunstâncias com o bem-estar psicológico (Lorence et al., 2009; Menéndez et al., 2010; Palomar, 2008).

As famílias em situação de risco psicossocial têm sido caracterizadas pela exposição a um elevado número de acontecimentos de vida negativos (Arenas, Hidalgo, & Menéndez, 2009; Menéndez et al., 2010; Nunes et al., 2011; Rodrigo et al., 2008), cuja disfuncionalidade se distingue pela presença de um ou mais sintomas sérios, com elevada intensidade e gravidade de longa duração (Weizman, 1985).

A este propósito, o nível de risco que caracteriza estas famílias como contextos de desenvolvimento dos menores, associa-se tanto ao número como à intensidade dos diferentes fatores de risco associados (Rodríguez et al., 2006), cuja combinação relaciona-se não só com um aumento do nível de risco, como também à persistência e cronicidade destas situações (Menéndez et al., 2010).

1.6. Considerações sobre as Implicações no Desenvolvimento dos Menores de Famílias em Situação de Risco Psicossocial

Rodrigo e Palacios (1998) salientam a importância da família como contexto de desenvolvimento e de educação das crianças e dos adolescentes que deve ser perspectivada sob três dimensões de análise distintas que importa atender, sobretudo, quando nos debruçamos sobre o estudo de contextos familiares com menores em situação de risco psicossocial. Segundo os autores, revela-se fundamental a análise da família enquanto contexto, no qual as crianças e jovens estabelecem relações interpessoais, com os adultos responsáveis pela prestação de cuidados ou com outros elementos familiares que integram o sistema; a família atendendo à sua qualidade como contexto educativo, no qual existe uma determinada forma de organizar e estruturar a estimulação e as experiências que promovem o desenvolvimento dos seus membros, e por último, as cognições da família acerca do desenvolvimento e educação infantil, em particular, a própria atuação dos pais.

De acordo com Rodrigo e colaboradores (2008), os menores em risco psicossocial são aqueles que vivem em condições psicossociais pouco favoráveis, caracterizadas pela ausência de cuidados ou de interações adequadas por parte dos progenitores, precariedade económica, habitações inadequadas, situadas em zonas inseguras, escolas pouco sensíveis aos problemas comunitários, fácil acesso a álcool e drogas, que podem alterar o seu processo de desenvolvimento psicológico e social.

Várias investigações têm vindo a evidenciar que as famílias com menores em risco psicossocial apresentam níveis mais elevados de stresse e de sintomas psicopatológicos (Gracia, Musitu, & García, 1991; Gracia, Musitu, & Garcia, 1994), evidenciam condições de pobreza ou carências ao nível dos recursos que apoiem a família (Garrido & Grimaldi, 2010), têm uma perceção inadequada das capacidades dos filhos e das suas necessidades educativas, demonstrando uma ideia distorcida sobre o seu papel parental, com tendência para interpretar mal as intenções dos filhos (Martín et al., 2004), observando-se que quanto maior o número de fatores de stresse que a família vivencia, menor a probabilidade das mães se mostrarem apoiantes e responsivas na interação com os filhos (Cruz, 2005), e as condutas parentais coercitivas refletem os inúmeros problemas na criança que se podem manifestar através do seu comportamento de forma internalizada ou externalizada, com importantes implicações na sua adaptação psicossocial em adulto (Gracia, Lila, & Musitu, 2004).

Palacios e Rodrigo (1998) referem que quando os níveis de stresse provenientes de mudanças ao nível do microsistema, exossistema ou macrosistema ultrapassam os recursos pessoais e familiares disponíveis, o equilíbrio existente perde-se e o conflito e a violência pode ocorrer. As influências que têm um impacto mais negativo no desenvolvimento dos filhos são os que provêm do microsistema e do mesossistema (Palacios et al., 1998; Rodrigo et al., 2008). No estudo realizado por Lorence e colaboradores (2009), com adolescentes de famílias em situação de risco psicossocial, os autores verificaram que os acontecimentos que mais afetaram os jovens ocorreram no ambiente familiar, seguidos dos acontecimentos pessoais e relacionados com o grupo de pares.

Os adolescentes em contextos familiares de risco psicossocial apresentam uma maior vulnerabilidade para experimentar stresse psicossocial comparativamente com aqueles jovens que crescem em contextos mais normativos e são os acontecimentos de natureza não normativa (abuso de substâncias aditivas de uma pessoa próxima, problemas com a justiça, acidente de um familiar), que mais prejudicam o desenvolvimento e bem-estar emocional dos adolescentes (Lorence et al., 2009). Neste sentido, o impacto da acumulação de acontecimentos de vida stressantes na adaptação psicossocial dos adolescentes tem sido, nas últimas décadas, um dos fatores de risco mais estudados (Lorence et al., 2009; Oliva et al., 2008; Oliva, Jiménez, & Parra, 2009; Sanz et al., 2009), suscetíveis de configurar um aumento do risco no desenvolvimento de problemas emocionais e comportamentais nos jovens (Oliva et al., 2008; Rodríguez et al., 2006).

Com base na revisão teórica da literatura, podemos constatar a evidência da diversidade de acontecimentos de vida stressantes vivenciados pelos adolescentes que, regra geral, produzem um elevado impacto emocional, quer pela sua elevada frequência, como por exemplo a separação dos pais, conflitos persistentes entre os progenitores, morte de um familiar próximo (Jiménez et al., 2008; Lorence et al., 2009; Oliva et al., 2008), inadaptação e insucesso escolar (Jiménez et al., 2009; Lorence et al., 2009; Rodríguez et al., 2006), quer pela sua reduzida frequência, com gravidade suficiente de produzir um elevado impacto emocional, como o abuso sexual (Lorence et al., 2009) ou a doença mental de um familiar próximo (Jiménez et al., 2008; Oliva et al., 2008).

A resolução das tensões constitui um processo dinâmico, cuja relação entre as variáveis é um processo não-linear e não-causal e pode encaminhar os adolescentes em direção a processos de resiliência em direções convencionais ou não convencionais (Libório & Ungar, 2010). Assim, apesar da dinâmica dos fatores de risco suscetíveis de desencadear práticas parentais, que podem afetar o bem-estar e a integridade física e psicológica das crianças e adolescentes, importa ainda salientar os fatores que contribuem para a adaptação

pessoal e social positiva do indivíduo, apesar da sua exposição a riscos muito significativos, que incluem, as características da criança (temperamento), as suas capacidades cognitivas, recursos do meio, disponibilidade de um adulto com quem possa estabelecer relações seguras e vínculos afetivos sólidos, entre outros (Azevedo & Maia, 2006), que se revelam fundamentais na intervenção com os menores e sistemas familiares ou outros que possam apoiar e reverter as situações de risco.

Capítulo 2. Coesão e Adaptação Familiar

Capítulo 2. Coesão e Adaptação Familiar

2.1. Modelo Circumplexo dos Sistemas Familiares e Conjugais

O reconhecido interesse científico pelo estudo das relações familiares tem vindo a impulsionar o desenvolvimento de modelos, técnicas e instrumentos que permitam compreender e aceder à análise quantitativa das informações obtidas através do sistema familiar. Neste sentido, a avaliação do funcionamento familiar através de procedimentos rigorosos converteu-se numa necessidade real para a prática psicológica (Schmidt, Barreyro, & Maglio, 2009).

Em 1979, Olson, Portner e Lavee desenvolveram o Modelo Circumplexo dos sistemas familiares e conjugais que se caracteriza por um modelo sistémico, que visa a compreensão do funcionamento familiar e conjugal, que tem sido utilizado com propósitos clínicos e como base teórica para vários estudos de investigação (Ben-David & Sprenkle, 1993; Curral et al., 1999; Green, Harris, Forte, & Robinson, 1991; Martínez-Pampliega, Iraurgi, & Sanz, 2011; Place, Hulsmeier, Brownrigg & Soulsby, 2005; Ribeiro et al., 2004; Schmidt et al., 2009; Vickers, 2001).

Este modelo torna-se particularmente útil para o diagnóstico relacional, uma vez que procura descrever o funcionamento familiar, integrando duas dimensões principais, a coesão e a adaptação e uma dimensão facilitadora, a comunicação, que frequentemente são consideradas relevantes nos modelos familiares e nas abordagens de terapia familiar (McClanahan, 1998; Olson, 2000; Olson & Gorall, 2003). De acordo com Kuncce e Priesmeyer (1985), a coesão e adaptação familiar representam dimensões básicas das interações familiares. A proposta refletida nestas dimensões surgiu de uma alargada revisão teórica e do agrupamento de mais de 50 conceitos utilizados por diversos autores para descrever a complexidade da dinâmica familiar e conjugal (Olson, 2000; Olson & Gorall, 2003).

A coesão familiar reconhece conceitos como laços emocionais, coligações, tempo, espaço, amigos, processos de tomada de decisão, interesses e lazeres. Por sua vez, a adaptação familiar compreende conceitos como liderança, disciplina, negociação, funções e normas (Martinez-Pampliega, Iraurgi, Galíndez & Sanz, 2005; Olson, 2000; Olson & Gorall, 2003; Ribeiro et al., 2004). A coesão no microsistema familiar reside na importância do sentimento de pertença e de apoio e revela a intimidade emocional entre os seus membros, por outro lado, a adaptação reflete o poder e a influência dos familiares entre si (De Antoni et al., 2009).

A coesão familiar pode ser definida como a ligação emocional que os membros da família estabelecem entre si (Olson, 2000). Por sua vez, a adaptação refere-se à flexibilidade do sistema familiar para promover mudanças e pode ser definida como a capacidade dos sistemas (familiar ou conjugal), para modificar a sua estrutura de poder, interação de regras e de papéis em função dos contextos, situações, mudanças ou momentos de crise específicos do desenvolvimento (Rodrigo et al., 2008). A comunicação tem como objetivo facilitar o movimento das dimensões, coesão e adaptação familiar (Olson, 2000; Olson & Gorall, 2003).

No modelo circumplexo dos sistemas familiares e conjugais, colocou-se a hipótese de que as dimensões coesão e adaptação familiar são formadas por vários níveis e estabeleceu-se que níveis moderados seriam os mais adequados para o funcionamento equilibrado de uma família e níveis mais extremos seriam considerados mais problemáticos (Olson, 2000). Este modelo teórico para além de definir as dimensões de coesão e adaptação familiar como as mais importantes evidências do funcionamento familiar considera que “famílias sem problemas” (i.e., não clínicas), apresentam níveis médios nas duas dimensões, enquanto que as famílias clínicas com diversos tipos de problemas (perturbações do comportamento, alcoolismo, doença mental, abuso sexual, entre outros) tendem a apresentar valores mais extremos (Falceto, 1997).

Neste sentido, o modelo circumplexo postula que a dimensão coesão familiar apresenta quatro níveis distintos: desmembrada (coesão extremamente baixa), separada (coesão baixa a moderada), ligada (coesão moderada a alta) e emaranhada (coesão extremamente alta) (Olson, 2000). Assim, nos níveis considerados equilibrados (separada e ligada) existe uma maior funcionalidade familiar entre os seus membros familiares, sendo os indivíduos capazes de oscilar entre os outros níveis, em situações de crise familiar. Contudo, o mesmo não se verifica nos níveis mais extremos, considerados como desequilibrados.

Nos níveis mais equilibrados, uma família caracterizada por uma relação separada denota alguma separação emocional entre os seus membros (mas não extrema), por outro lado, uma relação ligada exprime uma maior proximidade emocional e lealdade entre os seus membros. Nos níveis mais extremos, uma relação desligada caracteriza-se por uma separação emocional e evidencia pouco envolvimento entre os membros da família. Por sua vez, uma família emaranhada define-se por uma extrema ligação emocional e uma grande dependência entre os seus membros, observando-se pouca diferenciação do *self* (Olson, 2000).

No mesmo sentido, o autor identificou também quatro níveis na adaptação familiar: rígida (adaptação extremamente baixa), estruturada (adaptação baixa a moderada), c) flexível (adaptação moderada a alta) e caótica (adaptação extremamente alta). Nos níveis considerados mais funcionais (estruturado e flexível) existe um equilíbrio entre a estabilidade e a mudança, verificando-se uma tendência para a família ser mais equilibrada ao longo do tempo (Olson, 2000).

No caso dos níveis mais extremos, as famílias consideradas rígidas, um dos membros controla a dinâmica familiar, impondo rigidez de papéis e inflexibilidade nas regras, por outro lado famílias caóticas, os papéis não se encontram bem definidos e podem ocorrer frequentemente trocas de papéis entre os seus membros (Olson, 2000). Por sua vez, uma família estruturada exprime uma liderança democrática que evidencia adaptações nos papéis e nas regras familiares sempre que necessário, incluindo a participação das crianças e uma família flexível denota uma liderança igualitária e democrática, incluindo ativamente as crianças, cujas regras e papéis são partilhados e adequados às idades dos menores (Olson, 2000).

De acordo com o modelo circumplexo, os diferentes níveis familiares de cada dimensão (coesão e adaptação) permitem igualmente categorizar as famílias em 16 tipos específicos, que por sua vez podem ser agrupados e classificados em quatro tipos gerais: equilibradas (muito ligadas e flexíveis, ou funcionais), moderadamente equilibradas, meio-termo e extremas (pouco ligadas e rígidas, ou disfuncionais) (Olson, 2000). Rodrigo e colaboradores (2008) argumentam que as famílias equilibradas nas dimensões da coesão e adaptação familiar funcionam de forma mais satisfatória do que as famílias que apresentam comportamentos extremos numa das duas dimensões, caracterizadas por uma elevada dependência ou separação entre os seus membros e rigidez na aplicação de regras ou disciplina em resposta a novas situações.

2.2. Modelo Circumplexo Familiar Tridimensional

O modelo circumplexo dos sistemas familiares e conjugais impulsionou a conceção de uma série de instrumentos psicométricos, que pretendem avaliar a dinâmica conjugal e familiar e representar as várias perceções da família, entre os quais destacamos a FACES III, a terceira versão das escalas FACES, utilizada nesta investigação.

A escala FACES III foi desenvolvida para avaliar as duas dimensões centrais do modelo circumplexo dos sistemas familiares e conjugais, nomeadamente, a coesão e adaptação familiar, cujas características, juntamente com a dimensão, comunicação, foram identificadas como as mais importantes e aquelas que com denominação ou formulações teóricas diferentes são utilizadas por diversos investigadores (Ben-David & Sprenkle, 1993; Camacho et al., 2009; Cumsille & Epstein, 1994; Currall et al., 1999; Falceto et al., 2000; Kunce & Priesmeyer, 1985; Noller & Shum, 1990; Rolim, Lopes, Rodrigues, & Coelho, 2006).

Diversos estudos empíricos têm colocado estas dimensões numa relação curvilínea com o funcionamento saudável da família (i.e. valores extremos seriam mais esperados em famílias disfuncionais e valores médios corresponderiam a indicadores de famílias funcionais para o desenvolvimento individual e familiar dos seus membros (Camacho et al., 2009; Place et al., 2005; Ribeiro et al., 2004; Rodick, Henggeler, & Hanson, 1986; Schmidt et al., 2009; Vickers, 2001).

Apesar da publicação de estudos com a utilização da FACES III como expressão do modelo circumplexo, concomitantemente foram desenvolvidos outros estudos empíricos que definem as medidas da FACES III como lineares, evidenciando uma relação positiva entre saúde mental da família e coesão e adaptação familiar (Green et al., 1991; Olson, 1986), relação linear entre coesão e adaptação com o funcionamento familiar (Falceto et al., 2000; Green et al., 1991; Martinez-Pampliega et al., 2011; Noller & Shum, 1990), sugerindo que níveis lineares do funcionamento familiar podem ser mais apropriados na medição do funcionamento familiar (Green et al., 1991).

Já em 1986, Olson admitiu que a escala FACES III não se mostrou adequada na medição do modelo curvilínea e reconheceu que nas “famílias sem problemas” (i.e., não clínicas), a coesão e a adaptação familiar comportam-se linearmente, ou seja, quanto maior a saúde mental da família maior a sua coesão e adaptação (Falceto, 1997). Assim, face à evidência da existência de incongruências da FACES III, com o modelo teórico circumplexo dos sistemas familiares e conjugais, Olson, em 1991 apresentou também o modelo circumplexo familiar tridimensional (Figura 2).

FACES PONTUAÇÕES

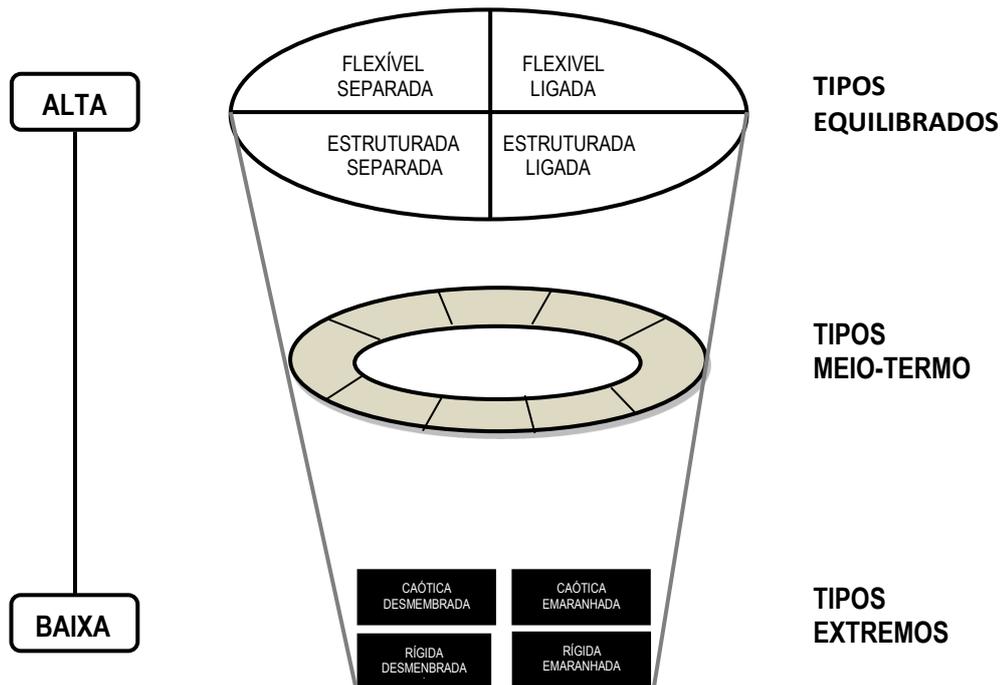


Figura 2. Modelo Circumplexo Familiar Tridimensional. Fonte: Olson (2000, pp. 151).

2.3. Coesão e Adaptação em Famílias de Risco

Ao longo do processo de desenvolvimento e educação da criança formam-se relações interpessoais baseadas no compromisso e implicação emocional entre pais e filhos, que vão criando e dando forma a um clima afetivo e emocional da família (Rodrigo & Palacios, 1998).

A família é considerada um sistema dinâmico e aberto a mudanças que implica uma dimensão relacional, expressa através das normas, estrutura e interações familiares, e uma dimensão temporal, expressa no seu desenvolvimento, evolução e continuidade (Relvas & Alarcão, 2002). Neste sentido, são necessárias constantes adaptações em função de desafios e dificuldades que vão surgindo em função do desenvolvimento dos seus membros e de causas externas como acontecimentos de vida, circunstâncias históricas ou mudanças culturais (Olson & Gorall, 2003).

Uma família saudável caracteriza-se por papéis funcionais, onde cada elemento tem uma certa flexibilidade para alterar o seu papel face às novas exigências, que requerem novas estratégias para lidar com as diferentes situações (Pedras & Pereira, 2010). A interação afetiva dos pais com a criança, o equilíbrio de poder, a reciprocidade na relação, bem como o desempenho de práticas educativas eficazes na educação da criança, constituem recursos importantes para a adaptação das crianças e dos adolescentes (Ceconello, 2003). Green e

colaboradores (1991) observaram relações lineares entre coesão e adaptação familiar na medição do funcionamento familiar, e verificaram que os membros familiares que apresentam maior coesão e interação entre os seus membros tendem a relatar mais satisfação e experiências familiares positivas. A coesão e adaptação familiar têm sido relacionadas linearmente com o desenvolvimento saudável e bem-estar psicossocial das crianças, adolescentes e famílias (Cumsille & Epstein, 1994; De Antoni et al., 2009; Oliva et al., 2008; Rodick et al., 1986).

Por outro lado, a comunicação é uma dimensão fundamental na vida familiar, que possibilita aos membros da família a expressão e partilha das suas dificuldades, desejos e preocupações, associando-se fortemente à (in)satisfação com as relações familiares (Sousa, 2005). Martinez-Pampliega e colaboradores (2011) salientam que a comunicação é uma dimensão facilitadora, cuja relação com o funcionamento familiar é linear (i.e. melhor comunicação familiar, maior funcionamento familiar), considerando importantes os conceitos como a empatia, escuta ativa, liberdade de expressão, clareza do discurso, respeito e consideração. No estudo desenvolvido por Cava (2003), sobre a comunicação familiar e o bem-estar psicossocial nos adolescentes, o autor verificou uma relação positiva entre adequada comunicação familiar e maior bem-estar psicossocial dos adolescentes. Da mesma forma, Vickers, H. (2001) refere que os membros familiares que revelam uma comunicação eficaz através da partilha de necessidades e sentimentos apresentam uma maior probabilidade de apresentar melhores níveis de coesão e adaptação familiar.

Assim, as famílias mais coesas são também as mais adaptadas e funcionam como contextos de desenvolvimento mais estimulantes para as crianças. Contudo, a adaptação familiar nas famílias em situação de risco psicossocial apresenta-se mais reduzida do que o seu grau de coesão (Hidalgo, Lorence et al., 2009). De acordo com Sousa (2005), a dificuldade de adaptação destes sistemas familiares é evidente em situações de crises normativas (inerentes ao desenvolvimento), e com maior expressão em situações de crise inesperadas (e.g., desemprego), consubstanciando-se em mudanças estruturais que se sobrepõem às necessidades de desenvolvimento dos filhos.

Os pais desempenham diferentes papéis em função do contexto cultural em que estão inseridos, cujos papéis são multidimensionais e complexos (Braz, Dessen, & Silva, 2005). As tarefas relacionadas com o cuidado e educação dos filhos, as possíveis mudanças nas relações conjugais, a necessidade de compatibilizar horários, atividade profissional, distintos papéis, mudanças de hábitos, e custos económicos constituem alguns dos aspetos que podem ser problemáticos e potencialmente stressantes na difícil tarefa de educar (Hidalgo, 1998), que

aliados a trajetórias de vida caracterizadas pela acumulação de circunstâncias stressantes e problemáticas (Arruabarrena & De Paúl, 2002; Menéndez et al., 2010; Moreno, 2002), em presença de condições de vida adversas acompanhadas de rutura e disfunção familiar, ambiente social empobrecido e desestruturado (Martín et al., 2004), influenciam a convivência familiar (Herrera, 2009).

Diversas investigações com famílias em situação de risco psicossocial inseridas em contextos de dificuldades apontam para uma visão muito limitada das suas capacidades e competências parentais, com diminuída perceção de auto-eficácia (Menéndez et al., 2010), práticas educativas de risco, coercivas ou negligentes e muito permissivas (Martín et al., 2004, Rodrigo et al., 2006, Rodríguez et al., 2006), normas inadequadas (Rodríguez et al., 2006), incoerência parental (Martín et al., 2004), comunicação disfuncional (Gómez et al., 2007), refletida na pobreza emocional das mensagens, falta de diretividade e clareza (Sousa, 2005), presença de relações conjugais irregulares (Menéndez et al., 2010), conflituosas (Menéndez et al., 2010; Rodríguez et al., 2006) ou violentas (Rodríguez et al., 2006). Os pais que exercem maus tratos físicos sobre os filhos mostram maior reatividade fisiológica nas interações entre pais e filhos, apresentam um estado de irritabilidade frequente, que podem promover respostas impulsivas e restringir a sua reflexão sobre a tomada de decisões (Rodríguez et al., 2006).

As famílias multiproblemáticas apresentam disfunções ao nível da sua estrutura e funcionamento familiar (Sousa, 2005), refletidas em padrões repetitivos de organização que não funcionam, mas que por serem habituais conferem algum sentido de segurança à família (Sousa & Ribeiro, 2005). Olson (2000) distingue a funcionalidade da disfuncionalidade dos sistemas familiares e conjugais pela estabilidade e mudança ou capacidade para a mudança, em resposta a novas situações e exigências que vão surgindo ao longo do ciclo vital.

No estudo desenvolvido por Ribeiro e colaboradores (2004), sobre a perceção das famílias multiproblemáticas pobres acerca dos seus recursos e competências, as autoras encontraram valores de coesão e de adaptação familiar que apontam para uma maior funcionalidade de famílias não problemáticas pobres. Os resultados indicam que as famílias multiproblemáticas se situam ao nível da coesão como separadas e ao nível da adaptação como estruturadas, as famílias não problemáticas percebem-se como ligadas na coesão e flexíveis na adaptação, o que sugere que as famílias multiproblemáticas ao nível da coesão, são mais separadas do que unidas, podendo-se observar uma proximidade limitada entre os membros, lealdade ocasional e separação emocional e, ao nível da adaptação apresentam-se como menos flexíveis, autoritárias, pouco tolerantes, as decisões são tomadas principalmente pelos pais, os papéis dos membros são estáveis e eventualmente partilhados, as mudanças de regras são

raras e firmemente cumpridas. Porém, as autoras salientaram dados positivos da investigação, no que diz respeito às famílias multiproblemáticas pobres, ainda que de uma forma tênue, constataram a evidência de coesão familiar demonstrada, sobretudo, pela percepção de união familiar, nos laços emocionais entre pais e filhos, bem como entre outros membros da família (e.g., entre os casais) e entreadjudada nas tarefas diárias.

Diversos estudos empíricos têm reconhecido a importância da dinâmica familiar baseada no funcionamento do sistema familiar, considerados como fatores de risco predominantes na ideação e tentativa de suicídio, depressão, insucesso escolar, problemas de comportamento e adaptação psicossocial em crianças e adolescentes (Camacho et al., 2009; Cumsille & Epstein, 1994; Oliva et al., 2008; Reyes & Miranda, 2001; Vickers, 2001). Também, o estudo desenvolvido por Camacho e colaboradores (2009), com adolescentes de famílias com baixo nível educativo associado a rendimentos familiares reduzidos, verificaram que mais de metade dos adolescentes representa a família com um funcionamento familiar com tendência para a disfuncionalidade, com extrema separação emocional entre os seus membros, clima afetivo empobrecido, frequentes mudanças de regras e decisões parentais, que para além de reforçar sentimentos de insegurança nos adolescentes, podem relacionar-se fortemente com a adoção de comportamentos de risco.

Vickers (2001) analisou o funcionamento familiar de crianças em situação de risco no contexto escolar (i.e. em abandono escolar, insucesso escolar e problemas de comportamento), e concluiu que as crianças que integram estes agregados familiares, distinguem-se das famílias das crianças que não apresentam risco ao nível do contexto educativo, nomeadamente ao nível das suas características sociodemográficas e funcionamento familiar, caracterizadas por graves carências económicas, presença de múltiplos acontecimentos de vida negativos, monoparentalidade, apresentando-se como menos coesas e adaptadas, mostrando-se menos funcionais e, nalguns casos até disfuncionais, como contextos de desenvolvimento para os menores.

No estudo realizado por Oliva e colaboradores (2008), sobre os acontecimentos de vida stressantes e adaptação dos adolescentes, os autores concluíram que os jovens que vivem em agregados familiares que privilegiam a coesão e adaptação familiar e onde se desenvolvem relações familiares positivas, apresentam menos problemas de adaptação psicossocial durante a adolescência. O estudo desenvolvido por Rodick e colaboradores (1986), que incidiu sobre a coesão e adaptação familiar em díades mãe-filho (adolescentes com história de delinquência juvenil) e ausência do progenitor. Os autores verificaram que a FACES se mostrou adequada na discriminação dos jovens com e sem história de delinquência juvenil, e concluíram que nas

famílias com níveis equilibrados de coesão e adaptação familiar, as mães evidenciam melhores competências comunicacionais e as relações entre mães e filhos apresentavam maior proximidade emocional e envolvimento dos seus membros.

Por sua vez, Cumsille e colaboradores (1994) estudaram a relação entre coesão e adaptação familiar e sintomatologia depressiva em adolescentes, de famílias acompanhadas em consulta de terapia familiar. Os autores observaram que a satisfação com a coesão e apoio social percebido da família estavam associados negativamente com sintomatologia depressiva nos adolescentes, e concluíram que a coesão e adaptação familiar prediziam o desenvolvimento de sintomatologia depressiva durante a adolescência.

Os estudos evidenciam também que a relação conjugal desempenha um papel fundamental nas relações estabelecidas entre pais e filhos. O adequado funcionamento familiar é promovido pela relação próxima entre o casal, pais-filhos e irmãos, ao contrário das famílias com um elevado nível de conflito, que demonstram frequentemente baixa coesão entre os seus membros, observando-se perturbações do comportamento na criança (Cumsille & Epstein, 1994; De Antoni et al., 2009). A importância da qualidade da relação entre os pais constitui um fator protetor que ajuda a minimizar os fatores que afetam negativamente a parentalidade (Pons-Salvador, Cerejo, & Bernabé, 2005).

O ajustamento marital, as formas de comunicação e as estratégias de resolução de conflitos desenvolvidas pelo casal influenciam o desenvolvimento de padrões de cuidado, educação, aprendizagem e a qualidade das relações entre os pais e os seus filhos (Braz et al., 2005). Por outro lado, o grau de implicação dos pais, na aprendizagem, estimulação, facilitação e reforço dos filhos influencia a adaptação e coesão familiar (González-Pienda et al., 2003).

No estudo realizado por Braz e colaboradores (2005), com o objetivo de descrever as relações parentais e conjugais, as autoras verificaram que a maioria dos cônjuges acredita que o seu relacionamento influencia as relações pais-criança de forma direta e indireta, bem como os seus filhos interferem na sua relação conjugal, pelo que consideram fundamental o estudo da influência e a interdependência entre os membros familiares, nos seus diferentes papéis (i.e., marido e pai, mulher e mãe) e entre os subsistemas familiares, parental e conjugal, cuja complexidade e consequências interferem no desenvolvimento infantil. As autoras observaram que as relações conjugais satisfatórias fornecem apoio e suporte aos pais para desempenhar relações parentais de boa qualidade, favorecendo a manutenção de uma relação positiva com os seus filhos, e concluíram que uma boa relação marital estimula a partilha de tarefas domésticas e práticas de educação entre pais e mães, promovendo o desenvolvimento de sentimentos de segurança nos filhos. Estes resultados sugerem que as intervenções dirigidas para aumentar a

qualidade das relações parentais podem ser acentuadas se forem dirigidas para as dificuldades conjugais.

Existem aspetos que podem afetar o funcionamento familiar, como os acontecimentos de vida stressantes, conflitos familiares, etapas de desenvolvimento, entre outros, que podem conduzir a variações nos níveis de coesão e adaptação familiar, que requerem a adoção de novas estratégias para lidar com as diferentes situações, implicando a adaptação da família a novas mudanças, podendo desta forma conduzir a uma melhoria do funcionamento familiar (Olson, 2000).

Os programas e estratégias de intervenção dirigidos às famílias revelam-se fundamentais, na medida em que partilham da ideia de proporcionar uma oportunidade aos pais e mães para melhorar a convivência familiar de forma a assegurar o desenvolvimento integral dos menores e garantir um projeto de vida comum (Martín et al., 2004). Assim, a família deve responder a mudanças internas e externas, e deve ser capaz de transformar-se de modo a que lhe permita encarar novas circunstâncias, sem perder a sua continuidade que proporciona um marco de referência e sentido de identidade para os seus membros (Rodrigo et al., 2008).

Capítulo 3. Família e Apoio Social

Capítulo 3. Família e Apoio Social

3.1. Definição de Apoio Social

O conceito de apoio social tem vindo a ganhar crescente importância nos meios científicos e ocupa um lugar privilegiado pelo papel e função que representa enquanto constructo multidimensional. Na literatura, este conceito tem sido amplamente discutido, sendo abordado por múltiplas conceções, que na sua análise envolve diversos componentes, aspetos e procedimentos de avaliação (Ribeiro, 1999).

Diversos estudos empíricos têm demonstrado a influência do apoio social na saúde e bem-estar psicológico e social e conseqüente interesse das várias ciências e trabalhos de investigação, sobre os quais os diversos profissionais estão de acordo acerca da sua importância na promoção do bem-estar físico e adaptação psicológica dos indivíduos (López & Sánchez, 2001; López et al. 2007; Sarason, 1999; Musitu & Cava, 2003).

O apoio social refere-se ao conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem a rede de relacionamentos de uma pessoa (Brito & Koller, 1999), e pode ser definido como o processo através do qual os recursos sociais proporcionados pelas redes formais e informais de apoio, permitem satisfazer as necessidades instrumentais e expressivas dos indivíduos nas suas atividades diárias e em situações de crise (Lin & Ensel, 1989). Nesta perspetiva, o apoio assume-se como um processo promotor de assistência e de ajuda através do qual facilita e assegura a sobrevivência dos seres humanos.

Por sua vez, Serra (1999) define o apoio social como a quantidade e coesão das relações sociais que envolvem de modo dinâmico o indivíduo. Para López e colaboradores (2007), o apoio social constitui uma dimensão interpessoal com um valor amplamente reconhecido como fonte de saúde, felicidade e adaptação para os indivíduos, bem como um fator de diminuição de ansiedade e stresse. Neste sentido, o apoio social é visto como um processo dinâmico e transacional, cuja complexidade envolve uma influência mútua entre os indivíduos e as suas redes de apoio, no sentido de promover o bem-estar físico e psicológico.

Com base na revisão teórica da literatura, podemos constatar a existência de um consenso geral acerca do domínio multidimensional do apoio social, sendo a sua terminologia associada a uma grande diversidade de conceitos e tipologias, cujo interesse decorre não só do facto do desenvolvimento deste constructo, como também do conhecimento dos seus efeitos sobre a saúde e bem-estar psicossocial dos indivíduos, cuja operacionalização determina os resultados obtidos nas diversas investigações. De facto, o apoio social é um constructo de

grande complexidade conceitual, quer pelo seu caráter multidimensional, quer pela necessidade de análise de distintos aspetos.

A este propósito, Barrón (1990) e Lin, Dean e Ensel (1986) sugerem que devem ser distinguidos três aspetos: a) os diferentes níveis de análise (constituição das redes sociais e redes íntimas), as distintas perspetivas de estudo (estrutural, funcional e contextual), assim como c) a diferenciação entre aspetos objetivos e subjetivos (López, 2006). Neste sentido, o apoio social é um conceito multidimensional, com diferentes aspetos estruturais e funcionais (Nunes et al., 2011), sendo que a sua influência sobre o bem-estar psicológico tem sido claramente reconhecido, quer seja ao nível dos aspetos estruturais (composição das redes sociais), quer ao nível dos aspetos funcionais (funções cumpridas pela rede social), (López & Sánchez, 2001).

Barrera (1986) afirma que os aspetos fulcrais do apoio social dizem respeito ao grau de integração social, apoio social fornecido e avaliação subjetiva ou perceção de apoio. Atualmente, as medidas de apoio social mais utilizadas podem ser divididas em três categorias, que se referem à dimensão das redes que se situa na interligação social dos indivíduos e as interligações destes no grupo; à dimensão do suporte recebido que se centra no suporte que o indivíduo na realidade recebe ou considera ter recebido e, por último, à dimensão do suporte percebido que o indivíduo acredita ter disponível em caso de necessidade (Ornelas, 1994).

Neste estudo, vamos debruçar-nos sobre a análise do apoio social percebido das famílias em situação de risco psicossocial, em virtude de apresentar um maior impacto na saúde e no bem-estar (Cohen & Wills, 1985, citado por Nunes et al., 2011; Haber, Cohen, Lucas, & Baltes, 2007; López et al., 2007). A dimensão do apoio social percebido refere-se à confiança depositada pelo indivíduo no apoio que percebe como disponível se precisar dele, remetendo também para a adequação e satisfação com a dimensão social na sua vida (Barrera, 1986). Assim, o apoio social percebido relaciona-se com as perspetivas subjetivas de apoio que consistem nas avaliações das relações individuais de apoio e dos comportamentos que ocorrem no seu seio. Este nível subjetivo constitui um indicador de como as funções de apoio estão a ser cumpridas, podendo também assumir diferentes formas como a satisfação, sentimentos de pertença e envolvimento, entre outros (Ornelas, 1994). Assim, as funções cumpridas pelo apoio social consistem em considerar este conceito multidimensional, com distintas dimensões e categorias.

Nunes e colaboradores (2011) defendem a importância de considerar três dimensões fundamentais atribuídas ao apoio social: a) emocional que se refere a aspetos como a intimidade, afeto, conforto, cuidado e preocupação; b) material respeitante à provisão de assistência a nível material; e ainda, c) informativo que envolve aspetos como o conselho, orientação ou informação relevante para determinada situação.

O conceito de apoio social tem sido, consensualmente, definido em termos do seu conteúdo funcional das relações, abrangendo o grau de envolvimento afetivo-emocional ou instrumental, a ajuda ou a informação. Com efeito, as dimensões dos comportamentos de apoio podem assumir diversas formas e desempenhar várias funções, sendo possível identificar seis formas em que os comportamentos de apoio podem refletir a existência de algum consenso entre os indivíduos, nomeadamente apoio emocional, conselho, assistência física, material, feedback e participação social (Ornelas, 1994).

A dimensão de apoio emocional define-se pela expressão de sentimentos pessoais e participação social, o apoio material considera a ajuda material e física, e por último, o apoio informativo inclui as categorias de conselho e reforço positivo, que constituem categorias de apoio que têm vindo a ser consideradas na literatura especializada nesta área, que serão analisadas no nosso estudo, e têm sido objeto de investigação em diversos estudos empíricos com famílias em situação de risco psicossocial (Hidalgo, Lorence et al., 2009; López et al., 2007; Menéndez et al., 2010; Nunes et al., 2011).

O apoio social constitui uma variável fundamental para o estudo da dinâmica familiar, assim como para a manutenção do bem-estar e equilíbrio psicológico dos seus membros (López, 2006), que torna as pessoas mais fortes e capazes para enfrentar determinadas dificuldades e constrangimentos que vão surgindo ao longo da vida, constituindo um importante recurso, quer na presença ou ausência de fontes de stresse (Ribeiro, 1999), cujo estudo assume particular relevância, em contextos familiares de risco, quer pela elevada vulnerabilidade em que estas famílias se encontram, quer pelas funções que o apoio social pode desempenhar ao nível do exercício de uma parentalidade mais adequada, satisfação e bem-estar físico e psicológico dos seus membros, sobretudo dos menores que neles convivem.

Por isso, o apoio social para além de constituir uma construção teórica deve ser perspetivado à luz de um processo dinâmico e complexo, que remete para interações recíprocas entre os indivíduos e as suas redes sociais, no sentido de satisfazer necessidades sociais, promovendo e desenvolvendo os recursos pessoais que possuem, para enfrentar novas exigências, desafios e atingirem novos objetivos.

3.2. Família e Redes de Apoio Social Informal e Formal

A família constitui um sistema de apoio essencial para os seus membros (López, 2006), e regra geral, recorre a uma grande diversidade de fontes de ajuda que a apoia no seu funcionamento e atividades diárias (Rodrigo & Byrne, 2011).

A noção de rede social implica um processo de construção permanente, individual e coletiva, na medida em que se caracteriza por um sistema aberto de intercâmbio que estabelece múltiplas relações entre membros de um grupo (e.g., familiar, comunidade, organizações não governamentais) com outros grupos, que enriquecem e potenciam recursos pessoais e sociais. Deste modo, podemos distinguir dois grupos principais de redes de apoio social: informais e formais.

As redes de apoio social informal incluem a rede natural dos indivíduos (e.g., familiares, vizinhos, amigos, entre outros), e grupos sociais (e.g., organizações voluntárias, igreja, clubes, etc.), passíveis de fornecer apoio nas atividades diárias em resposta a acontecimentos de vida normativos e não-normativos. As redes informais de apoio integram o sistema ecológico de intercâmbios mútuos, mais privados, plurais e continuados, através dos quais as pessoas desempenham papéis de ajuda complementares e interdependentes inseridos num vasto contexto de direitos e obrigações (Rodrigo et al., 2008).

Por sua vez, as redes de apoio social formal contemplam as organizações sociais formais (e.g., sistemas de segurança social, hospitais, serviços de saúde, programas governamentais), e profissionais (e.g., psicólogos, médicos, assistentes sociais, entre outros) que estão organizados de forma a disponibilizar ajuda ou assistência às pessoas que dela necessitam (Ribeiro, 1999). As redes sociais permitem gerar relações de colaboração, pôr em comum recursos, desenvolver atividades em benefício dos intervenientes, ampliar e estreitar vínculos, criar sentimentos de pertença, socializar conhecimentos, experiências e saberes, reconstruir a confiança social e estabelecer relações de intercâmbio e reciprocidade.

Normalmente, as pessoas tendem a recorrer em primeiro lugar a fontes informais de apoio mais próximas (Arenas et al., 2009; López et al., 2007; Rodrigo & Byrne, 2011; Sarason, 1999; Sousa & Rodrigues, 2009), por se constituírem apoios mais naturais, recíprocos e satisfatórios, bem como pelo seu caráter mais privado e ajustado às necessidades concretas das pessoas, cujo recurso tem repercussões no aumento de sentimentos de competência e controlo sobre as suas próprias vidas (Rodrigo, 2009), potenciando o compromisso, a reciprocidade e a responsabilidade pelo cuidado para com os outros (Rodrigo, 2009; Rodrigo et al., 2008).

De facto, uma das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano e do bem-estar psicológico é o apoio social e afetivo provido por pessoas significativas (Brito & Koller, 1999), e os sistemas humanos autenticam-se pela estabilidade e pela previsão existente no conjunto das relações significativas (Alarcão, 2000).

Para Rodrigo e Palacios (1998), as redes de apoio social têm como principal função constituir um apoio fundamental e uma ajuda valiosa para os pais, de modo a lidar com as inúmeras tarefas relacionadas com o cuidado e socialização dos filhos. As redes de apoio social constituem um recurso fundamental ao nível da parentalidade, na medida em que podem funcionar como um fator protetor dos efeitos adversos do stresse, desempenhando uma função facilitadora na confrontação e adaptação em situações de crise (Bárron, 1996, citado por Hidalgo, Lorence et al., 2009). Dispor de pessoas de confiança com as quais se possam expressar emoções, problemas ou dificuldades, escutar a sua opinião ou simplesmente ter a sensação de ser escutado e aceite como pessoas, tem demonstrado ter um forte impacto na autoestima, bem como na capacidade da pessoa lidar adequadamente com situações especialmente difíceis e stressantes (Lin & Ensel, 1989).

Neste sentido, as famílias em situação de risco recorrem a diversas formas de apoio informal e formal para a resolução dos seus problemas (Nunes et al., 2011). As diversas investigações têm realçado que as redes informais destas famílias evidenciam-se muito concentradas no próprio sistema familiar (López et al., 2007; Nunes et al., 2010; Sousa, 2005), que para além de precárias, são constituídas por familiares e conhecidos que não providenciam o tipo de ajuda que os pais necessitam na sua parentalidade (Gómez et al., 2007), compreendendo, por norma, membros com características muito semelhantes, incluindo pessoas com histórias e percursos de vida idênticos, demonstrando limitações em trazer novos recursos às famílias (Sousa, 2005).

As relações dos membros familiares caracterizam-se por ser distantes ao nível das funções que desempenham e do seu envolvimento na resolução de problemas, e apesar das relações se mostrarem frequentes, revelam-se pouco proveitosas (Sousa, 2005). Em oposição, a uma dinâmica resiliente, os membros que compõem estas redes normalmente partilham e reforçam normas de conduta de parentalidade negligente (Gómez et al., 2007; Sousa, 2005;), sendo que os sistemas de apoio de amigos, vizinhos e conhecidos constituem, muitas vezes, mecanismos protetores e reparadores de algumas funções das famílias (Alarcão, 2000), constituindo pilares básicos e fontes de apoio fundamentais para estas famílias.

As famílias normativas tendem a centrar a sua ajuda nos pilares básicos do microsistema (familiares e amigos), assim como na possível relação entre ambos (messosistema) (Arenas, et al., 2009; Rodrigo et al., 2007). Por sua vez, as famílias em situação de risco psicossocial tendem a ampliar a sua rede social de apoio alcançando o exossistema, sendo fundamental para estas disporem de um ambiente social rico em recursos que as apoie a lidar com êxito perante as situações de crise que vivenciam (López, 2006; López et al., 2007; Rodrigo et al., 2007; Rodrigo & Byrne, 2011).

A confluência da diversidade de características das famílias em situação de risco psicossocial converte-se, muitas vezes, como cenário propício para a intervenção de distintas entidades, que pela sua vulnerabilidade e fracos recursos pessoais e sociais entram em contacto com diversas instituições (Matos & Sousa, 2004; Rodrigo & Byrne, 2011; Rodríguez et al., 2006).

Normalmente são os filhos, que em maior ou menor número, constituem o motivo dos pedidos de intervenção, frequentemente, feitos por terceiros (não é por iniciativa própria que as famílias chegam aos serviços que delas se ocupam) (Alarcão, 2000). Também, a desarmonia parental e conjugal constituem fatores promotores e facilitadores da intervenção externa (Sousa & Ribeiro, 2005). Neste sentido, são famílias onde a adversidade se tornou crónica e transgeracional, pelo que o seu envolvimento com os sistemas formais é quase inevitável (Colapinto, 1995, citado por Gómez & Kotliarenco, 2010).

Em Portugal, o apoio social disponibilizado às famílias em contexto de risco psicossocial é providenciado por entidades públicas ou privadas, que na sua maioria apresentam uma abordagem centrada no problema. Para além do facto, dos serviços sociais e de saúde se encontrarem separados e pouco articulados (Nunes et al., 2011).

A este propósito, Alarcão (2000) defende que ao nível da intervenção institucional não existe, na maior parte das vezes, uma reflexão conjunta sobre as problemáticas a resolver, nem sobre as dificuldades a equacionar. A autora salienta a importância da realização de encontros interinstitucionais, de forma a potenciar a eficácia da intervenção das instituições intervenientes e técnicos, propondo para o efeito o desenvolvimento da intervenção em rede. Recentemente têm sido encetados alguns esforços no sentido de promover a articulação e cooperação interinstitucional. (Sousa, Ribeiro, & Rodrigues, 2007).

O apoio social tem vindo a ocupar um lugar privilegiado e um recurso fundamental na intervenção social e comunitária com as famílias em situação de risco psicossocial (López et al., 2007), e os programas de apoio e educação parental assumem particular relevância, cujo enfoque deverá incidir na promoção de redes de apoio social, bem como efeitos pedagógicos com referência a competências parentais. Os resultados destes programas têm demonstrado um

aumento nas interações positivas entre pais e filhos, ampliação de recursos ao nível do apoio social, maior capacidade dos progenitores para a resolução de problemas, melhoria da autoestima dos pais, diminuição do seu stresse e da sua sensação de isolamento, diminuição do desemprego e conseqüente melhoria das condições socioeconómicas, diminuição do risco e das situações que possam configurar situações de maus tratos a crianças e jovens. (Magalhães, 2005).

3.3. Apoio Social e Contextos Familiares de Risco

O apoio social desempenha um papel fundamental no funcionamento familiar, que poderá constituir um fator de proteção pela sua presença de forma adequada ou um fator de risco na sua ausência (López et al., 2006). Assim, o apoio social é considerado um dos fatores de proteção que pode contribuir para mitigar o efeito dos fatores de risco (Rodrigo et al., 2008).

É certo, que qualquer estrutura familiar pode beneficiar de uma rede de apoio social ampla e efetiva (Hidalgo, Lorence et al., 2009), porém o efeito protetor do apoio social revela-se particularmente decisivo em famílias multiproblemáticas, cuja trajetória de vida é marcada pela complexidade e interação de inúmeros acontecimentos de vida stressantes que aumentam a sua vulnerabilidade (Nunes et al., 2010).

Rodrigo e colaboradores (2008) referem que as famílias em situação de risco psicossocial apresentam um desequilíbrio entre fatores de risco e apoios sociais, o que implica uma maior vulnerabilidade por parte destas famílias em lidar com mais desafios e menos recursos. Diversos autores têm identificado alguns fatores de risco associados ao stresse (e.g., pobreza e a pressão económica os acontecimentos de vida negativos, o conflito conjugal, o divórcio, entre outros), que em contextos familiares de risco, muitas vezes, interagem entre si observando-se a confluência dos mesmos, complexificando ainda mais as situações destas famílias. O stresse social a que estão submetidos os membros familiares que integram estes agregados, nos quais se encontram as crianças e os jovens, dificulta a sua capacidade em lidar adequadamente com as diversas situações de stresse, surgindo novos problemas que identificam e acusam a sua situação de risco.

A rede social de apoio tem vindo a ser associada a numerosos fatores de proteção de crucial importância (Gómez et al., 2007; Rodrigo et al., 2008), sendo que a sua precariedade e escassa disponibilidade influi na gravidade e multiplicidade dos sintomas identificados nas famílias em situação de risco psicossocial (Gómez et al., 2007). Gómez e colaboradores (2007) afirmam que quando estas famílias não recebem a ajuda e intervenção adequadas, a poli-

sintomatologia característica destas famílias, tende a tornar-se crónica e a reforçar o ciclo de condições de vida adversas. Neste sentido, deparamo-nos com a emergência de famílias que não dispõem dos recursos necessários, pertencendo a sua maioria a setores de exclusão social (Fernandez, 2007; Rodríguez et al., 2006).

O isolamento social ou “falta de apoio social” em famílias de risco constitui um fator crítico que pode contribuir para a etiologia dos maus tratos infantis (Gómez et al., 2007; Moreno, 2002; Rodrigo et al., 2008). Gracia e colaboradores (1994) consideram que os maus tratos infantis constituem uma expressão grave de carência ao nível dos recursos e capacidades dos pais para lidar e superar situações que conduzem a elevados níveis de stresse, e verificaram que os pais que perpetravam maus tratos sobre os seus filhos vivenciavam níveis mais elevados de stresse, apresentavam índices mais altos de sintomatologia psicopatológica e encontravam-se socialmente mais isolados. Os autores coincidem em afirmar que o apoio social assume qualidades protetoras, na medida em que diminui o impacto dos acontecimentos de vida stressantes e pode melhorar as relações entre fatores stressantes e adaptação psicológica, e concluíram que o fortalecimento do apoio social se converte numa importante estratégia de intervenção para promover a mudança e desenvolvimento de comportamentos adaptativos.

Gracia & Musitu (2003) observaram que o isolamento social estava associado a um elevado risco de maus tratos físicos e negligência parental. A ausência de contactos sociais, a escassa ou nula participação em grupos e organizações formais e informais, assim como sentimentos negativos perante o bairro e a comunidade têm sido variáveis associadas a maus tratos infantis (Gómez et al., 2007).

Os acontecimentos de vida stressantes exercem uma influência significativa no bem-estar físico e psicológico e constituem um fator de risco no desenvolvimento de sintomas psicopatológicos (Gracia et al., 1994; Lin & Ensel, 1989). Diversos autores têm vindo a reconhecer a influência do apoio social no bem-estar físico e psicológico dos membros da família, reduzindo o impacto negativo dos acontecimentos de vida stressantes (Gracia et al., 1994; López & Sánchez, 2001; Rodrigo et al., 2008), promovendo um sentimento de identidade, autoestima e bem-estar dos indivíduos (Rodrigo et al., 2008). As relações sociais atenuam o isolamento social, aumentam a satisfação com a vida, fomentando deste modo a autoestima dos indivíduos (Serra, 1999).

Os indivíduos que a nível familiar e social dispõem de uma rede emocional mais ampla, uma rede social de apoio efetiva e de boa qualidade, com relações mais positivas sofrem menos de stresse ambiental (Rodrigo et al., 2008). Por sua vez, Rodrigo, Camacho, Máiquez, Byrne e Benito (2009) enfatizam a importância do apoio social para as famílias em situação de risco psicossocial, já que o apoio social melhora o bem-estar psicológico dos pais, melhora as práticas educativas e proporciona oportunidades para a aprendizagem social dos filhos.

As investigações têm vindo a realçar a importância do apoio social e a sua relação com uma parentalidade adequada. Deste modo, o apoio social pode exercer uma função protetora na relação entre pais e filhos. Rodrigo e colaboradores (2007) demonstraram um efeito positivo da satisfação com o apoio do cônjuge no comportamento parental em famílias de risco, e verificaram que a insatisfação com o apoio do cônjuge estava relacionada com práticas parentais negativas. A qualidade das relações conjugais e a satisfação com o apoio do cônjuge influencia o desempenho de relações parentais de boa qualidade e favorece uma relação positiva com os filhos (Braz et al., 2005).

Diversos estudos empíricos têm-se centrado na interação dos indivíduos no contexto da sua rede social e o seu impacto nos processos de adaptação ao seu meio social (Ornelas, 1994). Ribeiro (1994) avaliou diferentes dimensões do apoio social fornecido por vários agentes e concluiu que para os adolescentes, a família constituiu a fonte mais importante de apoio social. O apoio social, mais especificamente, o apoio familiar está associado a adequada adaptação psicossocial dos adolescentes (Musitu & Cava, 2003), e com a satisfação na vida das pessoas, principalmente, nos adolescentes (Baptista, 2005). Cumsille e Epstein (1994) observaram que um baixo nível de apoio social da família percebido pelos adolescentes estava associado a sintomas depressivos mais acentuados. Para além, de um elevado nível de apoio familiar estar associado a uma baixa prevalência de perturbações da ansiedade e do humor nos indivíduos (Baptista, 2005).

Arenas e colaboradores (2009) analisaram a coesão social percebida em famílias de risco, e concluíram que as famílias que beneficiam de um contexto imediato com uma adequada rede de recursos públicos e comunitários obtêm benefícios a nível psicológico e social. Os resultados deste estudo sugerem que as características dos contextos onde habitam as famílias vão determinar as barreiras e as oportunidades para o acesso e mobilização do apoio social.

López e Sánchez (2001) observaram que as posições de desvantagem socioeconómica geram situações de alienação que têm um impacto negativo sobre a saúde mental dos indivíduos, e verificaram uma associação positiva entre posição social e integração comunitária com repercussões benéficas na saúde mental, na medida em que as pessoas que estão mais integradas na sua comunidade percebem maior apoio ao nível psicológico. Estes resultados sugeriram a importância de fontes de apoio ao nível da integração comunitária das famílias em risco associadas a um maior bem-estar psicológico dos indivíduos.

Alguns estudos têm demonstrado uma relação entre a presença de redes formais entre os sistemas de apoio com níveis mais elevados de risco familiar (Matos & Sousa, 2004; Rodrigo et al., 2008; Rodrigo & Byrne, 2011). Rodrigo e colaboradores (2008) estudaram o nível de risco psicossocial de mães acompanhadas pelos serviços sociais da comunidade espanhola e integradas num programa de formação e educação para pais. Os resultados do estudo indicaram um padrão de apoio diferenciado em função do nível de risco familiar, e demonstraram que a presença do apoio formal no sistema familiar aumentava progressivamente de acordo com o seu nível de risco, adquirindo a presença de redes formais entre os sistemas de apoio familiar um especial protagonismo.

Se por um lado, as famílias que maltratam os seus filhos têm redes sociais mais pequenas, mantêm menos contacto com a família extensa e não usufruem do apoio social proveniente das instituições, na medida em que se caracterizam por menos participativas nas atividades comunitárias e mostram uma menor implicação e ligação a grupos, associações e organizações (Gracia & Musitu, 2003). Por outro lado, sabemos que estas famílias são referenciadas nos serviços competentes por práticas educativas muito inadequadas, incluindo os maus tratos infantis, e são famílias multiassistidas que contactam com diversos profissionais e instituições (Matos & Sousa, 2004).

Na verdade, como afirmam Nunes e colaboradores (2011), o nosso conhecimento nesta área é limitado, daí a importância em estudar os recursos de que dispõem, em particular, as famílias com menores em risco psicossocial, para lidar com uma panóplia de adversidades, dificuldades, necessidades, entre as quais o apoio social assume um papel essencial.

Parte II. Estudio Empírico

Capítulo 4. Objetivos do estudo

Capítulo 4. Objectivos do estudo

O presente estudo pretende estudar em profundidade o perfil psicossocial das famílias em situação de risco, nomeadamente, as características sociodemográficas dos progenitores, as relações interpessoais, as circunstâncias contextuais e a dinâmica familiar. Consideramos que assume particular importância, investigar as necessidades de apoio das famílias, de que depende em grande medida a adequação da intervenção por parte dos profissionais nesta área, de forma a otimizar o funcionamento familiar, e os contextos de desenvolvimento e de educação de todos os seus membros.

Assim, atendendo à especificidade do objeto de estudo do presente trabalho, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

1. Descrever o perfil sociodemográfico das famílias em situação de risco.
2. Descrever os acontecimentos de vida stressantes e de risco com maior incidência no passado e no presente das famílias em situação de risco, bem como o seu impacto emocional.
3. Analisar a relação entre a experiência de acontecimentos de vida stressantes e de risco e o perfil sociodemográfico.
4. Analisar os níveis de adaptação e coesão familiar.
5. Analisar o apoio social percebido pelas famílias em situação de risco, as necessidades e a satisfação com o mesmo.
6. Analisar a relação entre o apoio social percebido, os acontecimentos de vida stressantes e de risco e os níveis de adaptação e coesão familiar.

Capítulo 5. Método

Capítulo 5. Método

5.1. Desenho do estudo

Trata-se de um estudo transversal, exploratório, de tipo descritivo e correlacional. Este tipo de estudo permite-nos avaliar até que ponto as variáveis tendem ou não a associar-se e qualificá-las. Contudo, não nos permite determinar uma relação de causalidade entre as mesmas (Almeida & Freire, 2003).

5.2. Amostra

5.2.1. Técnica de Amostragem

A amostra do estudo foi constituída por 51 participantes, 33 (64,7%) do sexo feminino e 18 (35,3%) do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 16 e os 57 anos de idade, com uma média de 36,33 (DP = 7,98).

A amostra foi constituída por pais e mães acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Faro, no âmbito do acompanhamento aos processos de promoção e proteção instaurados a favor dos seus filhos, residentes no concelho de Faro.

Os participantes neste estudo foram selecionados por conveniência e atendendo aos seguintes critérios:

a) Pais e mães de crianças ou jovens acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Faro, cujos processos de promoção e proteção se encontravam em acompanhamento e que foram objeto de aplicação de uma medida de promoção e proteção de Apoio Junto dos Pais;

b) As situações de perigo que originaram a abertura, bem como o acompanhamento dos processos de promoção e proteção a favor das crianças ou jovens, por parte da CPCJ, não configuravam gravidade suficiente para a separação da criança ou do jovem do seu agregado familiar.

5.3. Instrumentos

De acordo com os objetivos propostos no presente estudo, foram utilizados os seguintes instrumentos: Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares (Nunes et al., 2011); a versão portuguesa de Nunes e colaboradores (2011) do *Inventario de Situaciones Estresantes y de Riesgo* (ISER; Hidalgo, Menéndez, Sánchez, López, Jiménez, & Lorence, 2005); a versão portuguesa de Nunes e colaboradores (2011) do *Arizona Social Support Interview Schedule* (ASSIS; Barrera, 1980) e a *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale* (FACES III; Olson, Portner, & Lavee, 1985).

5.3.1. Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares

O questionário de dados sociodemográficos e familiares (Nunes et al., 2011), constituído por cinco partes, teve como finalidade recolher os dados dos participantes e elementos familiares que compõem os respetivos agregados familiares, nomeadamente, idade, situação face ao emprego, habilitações literárias, estrutura do contexto familiar (estabilidade e tipo de família), fonte e estabilidade de rendimentos, composição do agregado familiar (grau de parentesco, data de nascimento, habilitações literárias, profissão/ocupação, entre outros). O questionário incluiu ainda, um espaço destinado à elaboração de um genograma familiar.

5.3.2. Coesão e Adaptação Familiar (FACES III)

Para avaliar a coesão e adaptação familiar foi utilizada a *Escala de Avaliação da Coesão e Adaptação Familiar*, versão portuguesa de Nunes e Lemos (2010f), da *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale* (FACES III, Olson et al., 1985). Esta escala avalia duas dimensões do funcionamento familiar: a coesão (laços emocionais entre os membros da família) e a adaptação (grau de flexibilidade que a família dispõe para mudar as regras e papéis de modo a responder a problemas). A escala é constituída por 20 itens, na qual a dimensão Coesão Familiar (ex: “Os membros da família pedem ajuda uns aos outros”) é obtida somando os valores alcançados nos dez itens com numeração ímpar, e a dimensão Adaptação Familiar (ex: “Tanto os pais quanto os filhos aceitamos os amigos que cada um tem”) é obtida somando os dez itens com numeração par. Os participantes respondem numa escala de 1 a 5 pontos, que vão desde 1 = “nunca ou quase nunca”; 2 = “poucas vezes”; 3 = “às vezes”; 4 = “com frequência”; 5 = “quase sempre”.

Considerando as dimensões avaliadas no estudo, os valores alfa de *Cronbach* foram de 0,75 para a Coesão Familiar e de 0,43 para a Adaptação Familiar.

5.3.3. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados (ISER)

No presente estudo foi utilizado o Inventário de Situações Stressantes e de Risco (Nunes & Lemos, 2010a), versão portuguesa do *Inventario de Situaciones Estresantes y de Riesgo* (ISER) de Hidalgo e colaboradores (2005). Inclui 26 itens e avalia a existência de acontecimentos especialmente difíceis ocorridos no passado e no presente, ao sujeito ou a alguém do seu ambiente próximo, bem como o impacto emocional que os mesmos tiveram na sua vida, numa escala de 1 a 3 pontos (1 = “afetou-me pouco”; 2 = afetou-me bastante”; 3 = “afetou-me muitíssimo”). Esta escala permitiu ainda, obter índices sobre a acumulação de situações de risco e da vulnerabilidade emocional associada. Na presente amostra foram encontrados valores bastante satisfatórios de consistência interna para a versão Afetação do Próprio(a) ($\alpha = 0,82$) e Afetação do Ambiente Próximo ($\alpha = 0,76$).

5.3.4. Apoio Social Percebido (ASSIS)

O Apoio Social Percebido foi medido através da Entrevista de Apoio Social Arizona (Nunes & Lemos, 2010e), versão portuguesa do *Arizona Social Support Interview Schedule* (ASSIS, Barrera, 1980). Esta prova, através de uma entrevista semi-estruturada, apresentada em forma de grelha, avalia a informação sobre as seguintes dimensões do apoio social percebido: tamanho e composição da rede social; grau de necessidade e de satisfação com o apoio emocional, material e informativo recebido (de 1 a 10 pontos), e grau de conflito com a rede de apoio. A ASSIS é constituída por seis partes inerentes a situações quotidianas dos sujeitos e que remetem para nomeadamente, a) sentimentos pessoais, b) ajuda material, c) feedback positivo, d) ajuda física e, ainda, e) participação social. Esta prova, inclui também uma parte destinada ao apuramento de existência de conflitos com pessoa(s) próximas dos sujeitos e, ainda, outra parte na qual integra as pessoas para as quais os sujeitos constituem uma fonte de apoio (i.e., reciprocidade).

No sentido de obter informação relativa à rede de apoio em situações especialmente difíceis ou de risco foi igualmente utilizada a versão portuguesa da *Escala de Apoyo Social para Situaciones Vitales Estresantes* (ASSE, López, Menéndez, Sánchez, Hidalgo, Lorence & Jiménez, 2005), na qual permite incluir pessoas que constituem uma fonte de apoio social nas situações stressantes.

Na Tabela 2, apresentamos as dimensões avaliadas na investigação, os instrumentos utilizados para a sua medição e as características dos mesmos.

Tabela 2. Dimensões, instrumentos e respectivas características.

Dimensão	Instrumento		Características
Individual	Dados sociodemográficos, educativos e profissionais	Questionário de dados sociodemográficos e familiares (Nunes et al., 2011)	Entrevista
	Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco (Atuais e Passados)	ISER (Hidalgo, Menéndez, Sánchez, López, Jiménez & Lorence, 2005)	Entrevista
Interpessoal	Apoio Social Percebido	ASSIS (Barrera, 1980) e ASSE (López, Menéndez, Sánchez, Hidalgo, Lorence & Jiménez, 2005)	Entrevista
Familiar	Informação sociodemográfica, profissional e económica	Questionário de dados sociodemográficos e familiares (Nunes et al., 2011)	Entrevista
	Coesão e Adaptação Familiar	FACES III (Olson Portner, & Lavee, 1985)	Autoaplicável ¹

5.4. Procedimentos

¹ Apesar da escala ser autoaplicável, optámos por aplicar em formato de entrevista atendendo à eventual complexidade que pudesse sugerir em virtude do baixo nível educativo dos participantes.

5.4.1. Recolha de dados

Para a realização deste estudo, foi efetuada uma reunião com a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Faro, com a finalidade de ser apresentado o projeto de investigação e obter a autorização para a recolha de dados junto das famílias em situação de risco, cujos processos de promoção e proteção instaurados a favor dos seus filhos se encontravam em acompanhamento na CPCJ de Faro, tendo sido celebrado o respetivo protocolo de colaboração (ver anexo A).

A recolha dos dados junto dos pais e mães acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Faro foi realizada individualmente, em formato de entrevista, no seu domicílio familiar e também na sede da CPCJ de Faro, em conformidade com parecer técnico e disponibilidade dos participantes.

Os questionários e os inventários foram preenchidos pelo investigador, sendo que cada entrevista demorou aproximadamente 60 minutos.

Foi garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados pessoais e assinado por todos os participantes o consentimento informado, respeitante à sua participação no estudo, com a salvaguarda da garantia dos seus direitos e informação relativa aos objetivos do estudo (ver anexo B).

5.4.2. Análise dos dados

Os dados recolhidos foram objeto de análise estatística através do *software* informático SPSS v. 18, com a utilização de métodos de estatística descritiva e inferencial.

Para a análise descritiva dos dados recorreu-se a frequências absolutas, médias, medianas e desvio-padrão. Na análise inferencial utilizaram-se as correlações de *Pearson* e *Spearman*. Para a distribuição dos valores médios, e em virtude do reduzido tamanho dos grupos, recorreremos aos testes de contraste não-paramétricos (Teste de *Mann-Whitney* e de *Kruskal-Wallis*), através dos quais serão apresentadas e analisadas as respetivas médias, desvio-padrão, contrastes de médias, valores de significância (p) e tamanhos do efeito (r).² O nível de significância considerado neste estudo foi de 0,05.

² Segundo (Field, 2009), para o cálculo da magnitude do efeito, para o teste *Mann-Whitney* devemos utilizar o coeficiente de correlação de *Pearson* (r), calculando-o com base na seguinte fórmula: $r = \frac{z}{\sqrt{N}}$, sendo que valores de $\pm 0,1$ representam um efeito pequeno, $\pm 0,3$ um efeito moderado e $\pm 0,5$ um efeito grande.

Capítulo 6. Apresentação dos Resultados

Capítulo 6. Apresentação dos Resultados

6.1. Dados Sociodemográficos e Familiares

6.1.1. Caracterização Sociodemográfica

A amostra do presente estudo é constituída por 51 participantes, 33 (64,7%) do sexo feminino e 18 (35,3%) do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 16 e os 57 anos de idade, com uma média de idades de 36,33 (DP = 7,98).

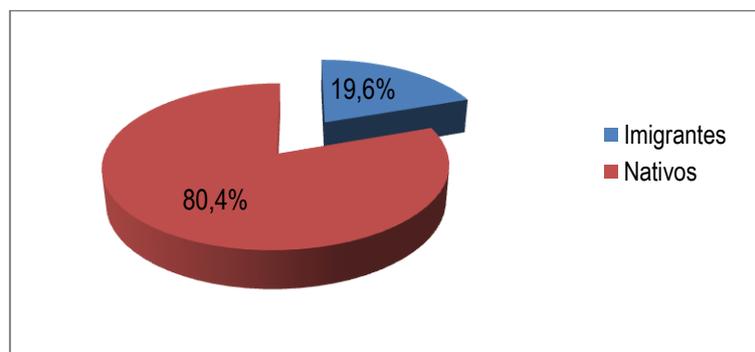


Figura 3. Nacionalidade dos Participantes

A maioria dos participantes (80,4%) é de nacionalidade portuguesa e 19,6% são imigrantes de várias nacionalidades (Figura 3).

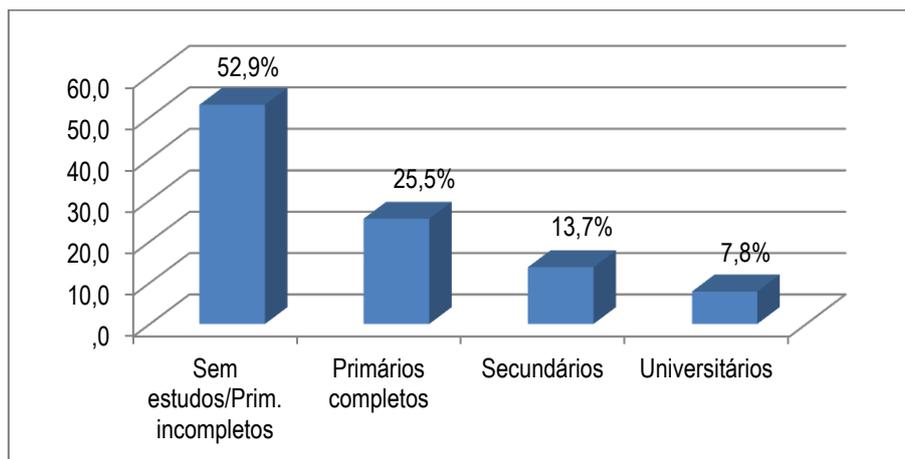


Figura 4. Nível Educativo dos Participantes

Dos dados recolhidos verificamos que a maioria dos participantes apresenta um baixo nível educativo, sendo que 52,9% não possui estudos ou apresenta estudos primários

incompletos, 25,5% completou os estudos primários, 13,7% concluíram os estudos secundários e, por último, 7,8% integram a categoria estudos universitários (Figura 4).

Relativamente à situação laboral dos participantes e dos dados obtidos averiguámos que 51% se encontravam empregados, 47,1% possuíam um trabalho regular e 45,1% eram detentores de contrato de trabalho, distribuídos pelas variáveis específicas.

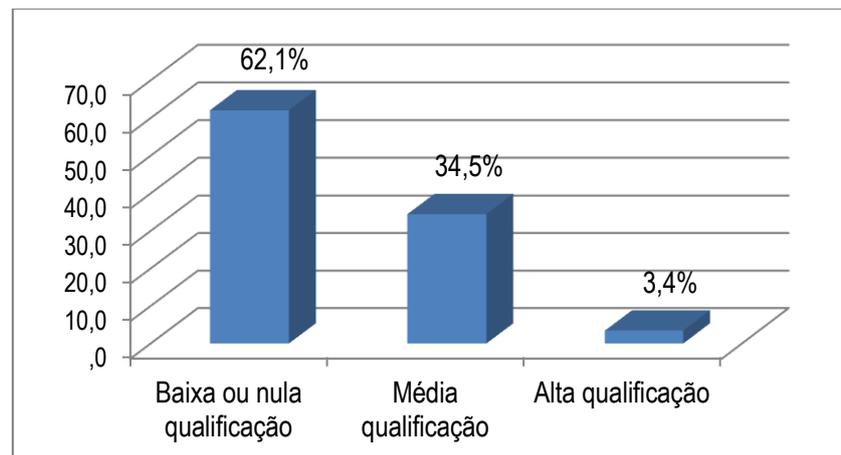


Figura 5. Tipo de Qualificação Profissional dos Participantes

Quanto à qualificação profissional³, observamos que a maioria dos participantes possui baixa ou nula qualificação (62,1%), sendo que 34,5% possui média qualificação, e apenas 3,4% apresenta alta qualificação profissional (Figura 5).

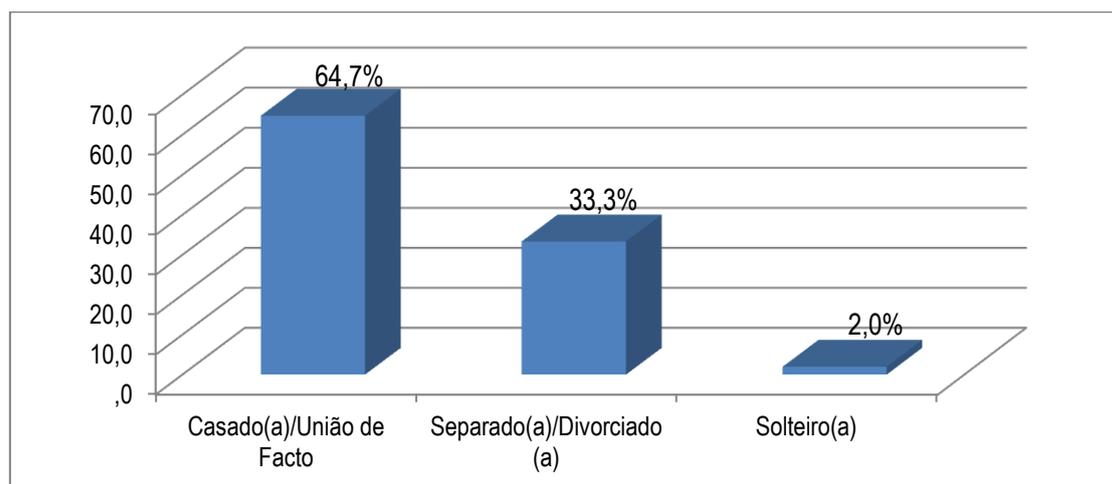


Figura 6. Situação Conjugal dos Participantes

³ Na variável qualificação profissional consideramos baixa ou nula qualificação a atividade profissional que não requiere habilitações ou conhecimentos (e.g., empregada de limpeza), a média qualificação é considerada na atividade que exige certas competências ou conhecimentos (como secretária, cabeleireira, entre outros). Por último, a alta qualificação pressupõe o exercício de atividades profissionais, nas quais é requerida uma formação específica e qualificada (e.g., professor, médico, etc.).

Na Figura 6, relativa à situação conjugal dos participantes, observamos que 64,7% são casados ou vivem em união de facto, 33,3% são separados ou divorciados, e apenas 2% são solteiros. Dos dados obtidos, apurámos ainda, à data da presente investigação que 66,7% dos participantes referiu ter companheiro(a) comparativamente com 33,3% que afirmou não ter companheiro.

Na tabela 3, apresentamos os dados relativamente aos anos de relação entre os cônjuges, bem como o número de filhos dos participantes.

Tabela 3. Média, desvios-padrão, mínimos e máximos dos anos de relação entre os cônjuges e o número de filhos dos participantes

	N	M	DP	Min	Max
Anos de relação entre os cônjuges	35	7,74	8,46	1	30
Número de filhos	51	2,22	1,45	0	8

Quanto aos anos de relação entre os cônjuges (Tabela 3), verificamos a existência de uma grande variância expressa através do desvio-padrão (DP = 8,46), cujos valores oscilaram entre o 1 e os 30 anos, com uma média de 7,74 anos na relação conjugal.

Como podemos observar na Tabela 3, a média do número de filhos dos participantes é de 2,22 (DP = 1,45), tendo-se verificado também a existência de uma grande variância, em virtude do número de filhos variar entre o 0 e os 8.

No que diz respeito à natureza do grau de vinculação com os filhos, apurámos que a maioria destes são biológicos (96,1%), sendo que, apenas 2% se encontram em acolhimento, e 2% são netos ou enteados dos participantes.

6.1.2. Caracterização Familiar

De seguida, apresentamos as características familiares dos participantes (i.e., estabilidade familiar, tipo de família, composição do agregado familiar e a proveniência dos rendimentos familiares). Na Figura 7, podemos observar os dados relativamente à estabilidade familiar dos participantes.

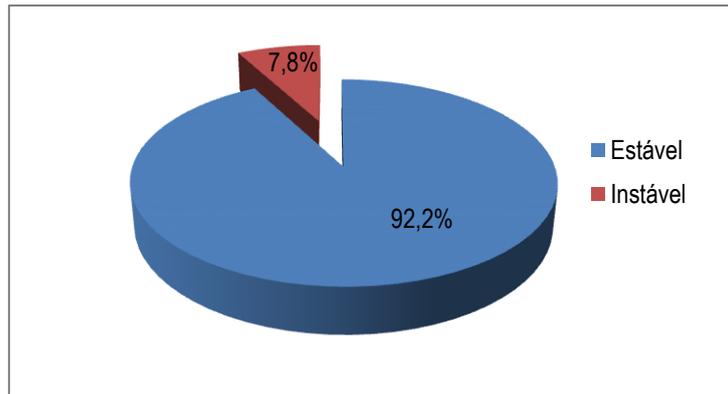


Figura 7. Estabilidade Familiar dos Participantes

Quanto à estabilidade familiar (Figura 7), verificamos que a maioria dos participantes (92,2%) considerou um ambiente familiar estável (i.e. não existem mudanças recentes na composição do agregado familiar), e apenas uma minoria (7,8%) referiu viver num ambiente familiar instável.

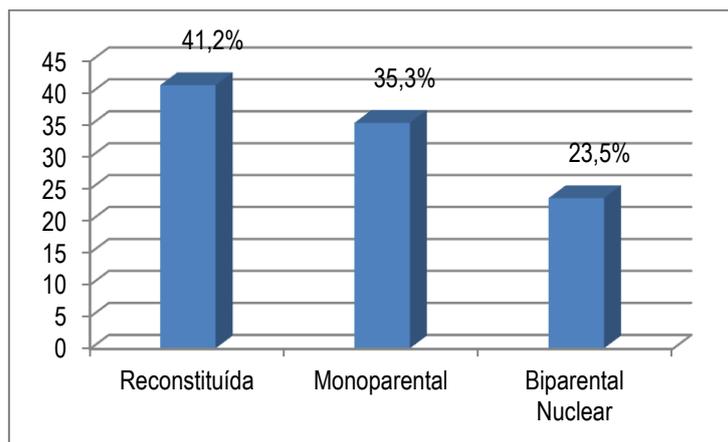


Figura 8. Tipo de Família dos Participantes

Na Figura 8, observamos que a maioria das famílias era reconstituída (41,2%) e monoparental (35,3%). No total, 64,7% dos agregados familiares eram do tipo biparental. Dos dados obtidos, verificamos ainda que 17,6% dos participantes integravam famílias extensas.

Tabela 4. Médias, desvios-padrão, mínimos e máximos da composição do agregado familiar

	N	M	DP	Min	Max
Número de pessoas no agregado familiar	51	3,76	1,35	2	8
Número de menores de 18 anos no agregado familiar	51	1,63	1,00	1	6
Número de menores de 14 anos no agregado familiar	51	1,16	0,83	0	4
Número de pessoas na família extensa	51	0,37	0,85	0	3

Relativamente ao número de pessoas que integram os agregados familiares (Tabela 4), verificamos que os mesmos são constituídos por aproximadamente quatro membros ($M = 3,76$). Contudo, é de salientar que os resultados revelam alguma variância, como podemos verificar através do desvio-padrão ($DP = 1,35$), e da diferença entre o mínimo e o máximo refletido nesta variável (de 2 a 8 pessoas).

Como podemos observar ainda na Tabela 4, a média de menores que residiam no agregado familiar com 18 anos de idade é de 1,63 ($DP = 1,00$), e a média de menores com 14 anos de idade é de 1,16 ($DP = 0,83$). Verificou-se uma maior variância no número de menores com 18 anos, uma vez que os valores mínimos e máximos oscilaram de 1 a 6 menores, face ao número de menores que integram os agregados familiares, com 14 anos de idade, que variaram de 0 a 4.

Quanto ao número de pessoas na família extensa (Tabela 4), observamos que é reduzido ($M = 0,37$; $DP = 0,85$) variando entre nenhuma a três pessoas.

Tabela 5. Médias, desvios-padrão, mínimos e máximos dos rendimentos dos participantes e do agregado familiar

	N	M	DP	Min	Max
Rendimentos do próprio(a)	28	619,82	222,67	270	1000
Rendimentos do agregado familiar	51	817,22	438,05	126	2500

Como podemos constatar na Tabela 5, os participantes apresentam uma grande variabilidade nos seus rendimentos mensais ($DP = 222,67$), que oscilaram entre os 270 e os 1000€. Em média, os participantes auferiram 619,82€ mensais. No que diz respeito aos rendimentos familiares⁴, verificamos uma maior dispersão dos mesmos, que variaram entre os 126 e os 2500€ ($DP = 438,05$). Em média, os agregados familiares apresentaram rendimentos de 817,22€ mensais.

⁴ O total dos rendimentos relativos familiares inclui, nomeadamente, aqueles decorrentes da atividade profissional do casal, de outros provenientes de membros familiares (e.g., o abono de família, a ajuda económica prestada por familiares, etc.), ou outros provenientes de apoios sociais, como o apoio económico concedido, pela CPCJ, no âmbito da aplicação de uma Medida em Meio Natural de Vida (MMNV) a favor dos filhos, Rendimento de Reinserção Social (RSI), entre outros.

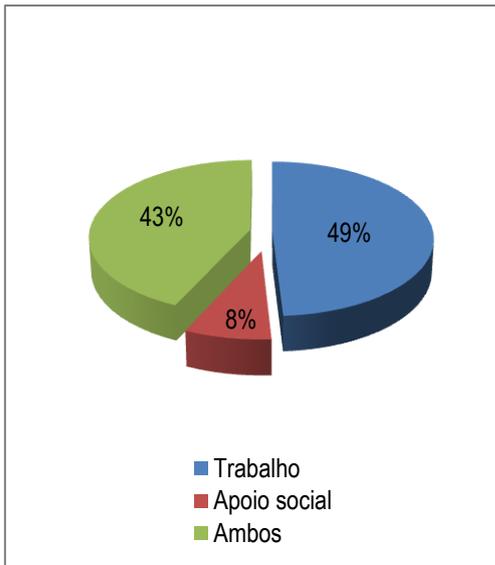


Figura 9. Rendimentos Familiares

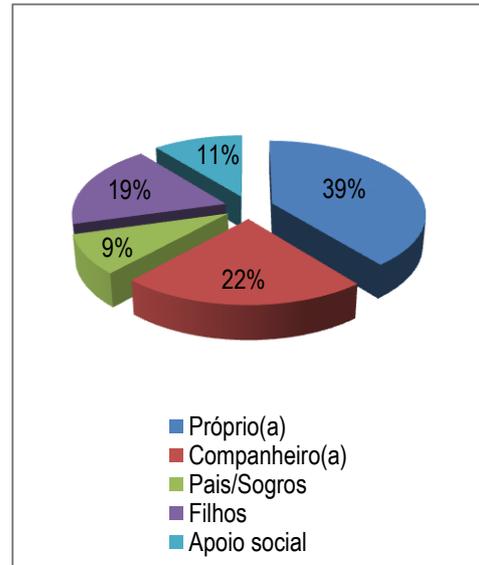


Figura 10. Proveniência dos Rendimentos Familiares

Na Figura 9, verificamos que os rendimentos familiares são obtidos sobretudo através do trabalho (49%), e em simultâneo do trabalho e apoio social (43%). Constatamos que apenas uma minoria (8%) apresenta como única fonte de rendimentos familiares o apoio social.

Quanto à proveniência dos rendimentos familiares (Figura 10), observamos que a maioria dos mesmos é obtida pelo casal (61%), que conta com 39% dos rendimentos dos participantes e com 22% dos rendimentos do companheiro(a). Verificou-se também que 19% dos rendimentos familiares são obtidos através dos filhos (e.g., abono de família, prestação de alimentos do progenitor que não vive com a criança), e 9% provenientes de outros familiares (e.g., pais, sogros, entre outros). Por último, é de salientar que uma minoria dos participantes relatou beneficiar de apoio social (11%).

Tabela 6. Médias, desvios-padrão, mínimos e máximos do tamanho da habitação e de sobrelotação

	N	M	DP	Min	Max
Tamanho da Habitação (m ²)	51	90,45	19,43	38	150
Sobrelotação (m ² /n.º pessoas)	51	26,79	10,02	11,25	50

Quanto à estrutura física do lar, nomeadamente na dimensão da habitação (Tabela 6), verificamos a existência de uma grande variância refletida no desvio-padrão (DP = 19,43), e através dos mínimos e máximos observados de 38 a 150 m². Em média, as habitações das famílias possuíam uma dimensão de 90,45 m². Importa referir que não se verificou sobrelotação em 86,3% das famílias.

6.2. Níveis de Coesão e Adaptação Familiar

De seguida, apresentamos os níveis de Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados, Apoio Social Percebido e abordamos as respetivas dimensões através da análise das pontuações obtidas através dos instrumentos, Faces III, ISER e ASSIS.

Tabela 7. Médias, desvios-padrão, mínimos e máximos da Coesão e Adaptação Familiar (N=51)

	M	DP	Min	Max
Coesão Familiar	36,20	6,14	23	50
Adaptação Familiar	26,63	4,49	19	37

No que diz respeito à Coesão Familiar (Tabela 7), verificamos uma amplitude considerável nas respostas (DP = 6,14), uma vez que esta dimensão oscilou entre os 23 e 50 pontos. Em média, os participantes apresentaram uma pontuação de 36,20 pontos na Coesão Familiar.

Quanto à dimensão Adaptação Familiar, a dispersão é ligeiramente menor do que na Coesão Familiar (DP = 4,49), tendo oscilado entre os 19 e os 37 pontos. Em média, os participantes evidenciaram níveis de adaptação familiar de 26,63 pontos.

Tabela 8. Correlações entre as dimensões da Coesão e Adaptação Familiar (N=51)

	Coesão Familiar	Adaptação Familiar
Coesão Familiar	-	,337**
Adaptação Familiar		-

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

A dimensão Coesão Familiar está positiva e significativamente associada à dimensão Adaptação Familiar ($r = ,337$; $p < ,008$). Porém, esta associação apresenta uma magnitude fraca, em virtude do valor reduzido de r de Pearson (Tabela 8).

6.3. Índices dos Acontecimentos de Vida Stressantes Atuais e Passados (ISER)

6.3.1. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente)

Na Figura 11, apresentamos os dados relativos aos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais dos participantes e do ambiente familiar próximo dos mesmos.

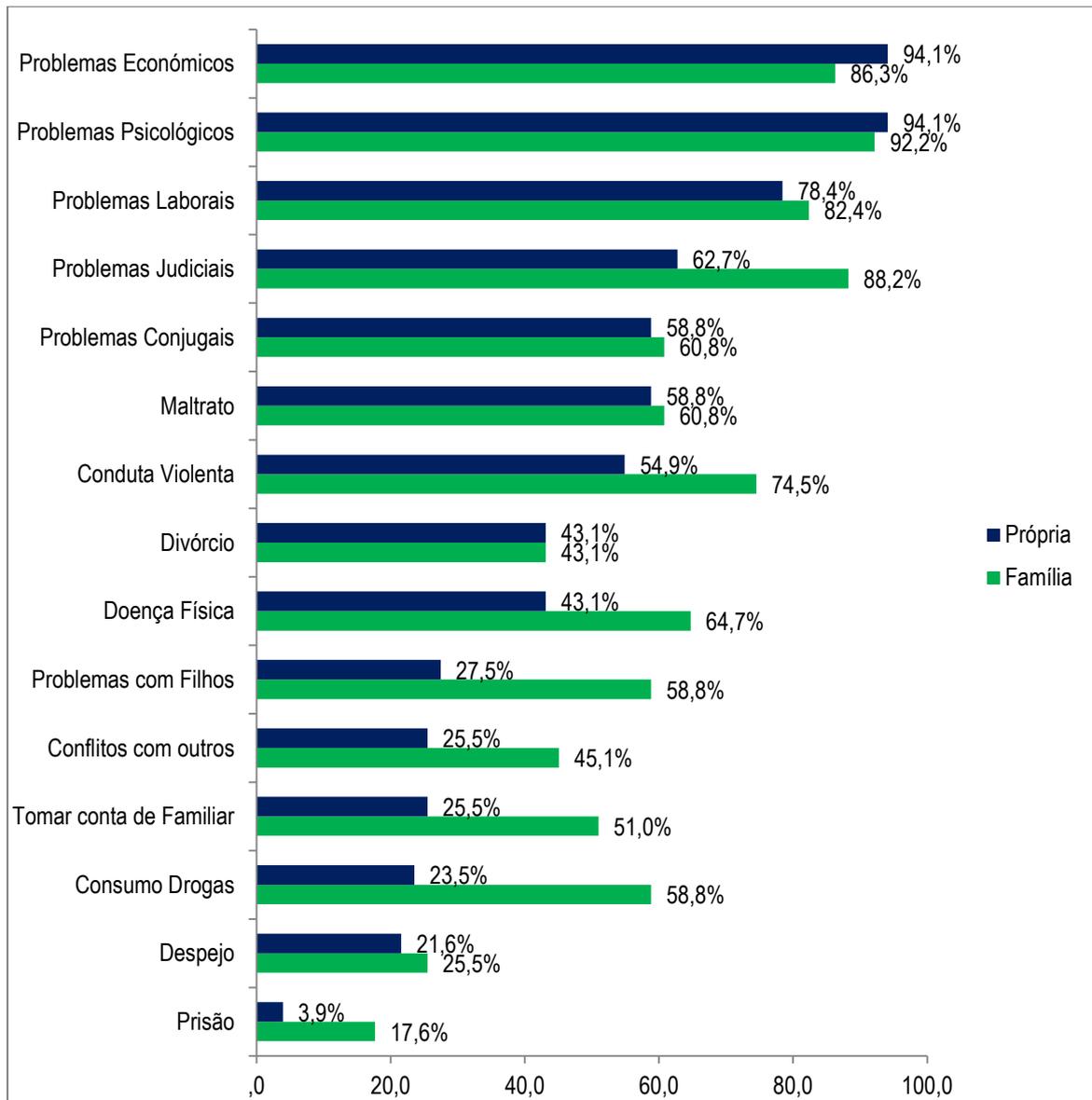


Figura 11. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais

No que se refere, aos acontecimentos de vida stressantes e de risco atuais dos participantes e do ambiente próximo dos mesmos, observamos que ambos apresentam valores muito elevados. Como podemos constatar através da Figura 11, o tipo de problemas mais comuns relatados pelos participantes foram económicos (94,1%), psicológicos (94,1%), profissionais (78,4%), judiciais (62,7%) e conjugais (58,8%).

No que diz respeito ao tipo de problemas existentes no ambiente próximo dos participantes, observamos que também evidenciam valores elevados. Na Figura 11, verificamos que os problemas mais comuns mencionados no ambiente familiar dos participantes foram psicológicos (92,2%), judiciais (88,2%), económicos (86,3%), laborais (82,4%) e conduta violenta (74,5%).

Tabela 9. Descritivos das dimensões dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (N=51)

	M	DP	Min	Max
Risco Atual Total	16,78	4,99	5	27
Risco Atual do Próprio(a)	7,16	2,63	0	12
Risco Atual do Ambiente Próximo	9,57	3,24	2	15
Afetação Atual Total	41,92	14,71	12	80
Afetação do Próprio(a)	18,29	7,59	0	35
Afetação do Ambiente Próximo	23,63	9,06	4	45

Como podemos observar na Tabela 9, verificamos que o Risco Atual Total apresenta uma amplitude considerável nas respostas que oscilaram entre os 5 e os 27 pontos, com um desvio-padrão de 4,99. Em média, os participantes apresentaram um risco atual total de 16,78 pontos.

O Risco Atual do Próprio(a) oscilou entre os 0 e os 12 pontos, com um desvio-padrão de 2,63 pontos. Em média, os participantes obtiveram valores de 7,16 pontos, que evidenciam uma pontuação elevada.

Observamos que na dimensão Risco Atual do Ambiente Próximo a dispersão é ligeiramente maior (DP = 3,24), tendo oscilado entre os 2 e os 15 pontos. Em média, as pontuações nesta dimensão foram de 9,57 pontos.

No que diz respeito à dimensão da Afetação Atual Total observamos uma elevada amplitude nas respostas (oscilaram entre os 12 e os 80 pontos), com um desvio-padrão de 14,71. Em média, os participantes mostraram uma afetação total de 41,92 pontos.

Na dimensão da Afetação do Próprio(a) verificou-se também uma elevada amplitude nas respostas (DP = 7,59), cujas pontuações oscilaram entre o 0 e os 35 pontos. Em média, os participantes evidenciaram índices de afetação de 18,29 pontos.

Na Afetação do Ambiente Próximo constatamos igualmente uma elevada amplitude nas respostas (DP = 9,06), que variaram entre os 4 e os 45 pontos. Em média, os participantes apresentaram índices de afetação relativos ao ambiente próximo de 23,63 pontos.

Tabela 10. Correlações entre as dimensões dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (N=51)

	Risco Atual do Próprio(a)	Risco Atual do Ambiente Próximo
Risco Atual do Próprio(a)	-	,481***
Risco Atual do Ambiente Próximo		-

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

No que diz respeito aos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (Tabela 10), observamos a existência de uma associação moderada entre o Risco Atual do Próprio e o Risco Atual do Ambiente Próximo ($r = ,481$; $p < ,000$).

6.3.2. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados (ISER Passado)

A Figura 12 reflete os dados relativos aos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados (ISER Passado), vivenciados pelos participantes e ambiente próximo dos mesmos.

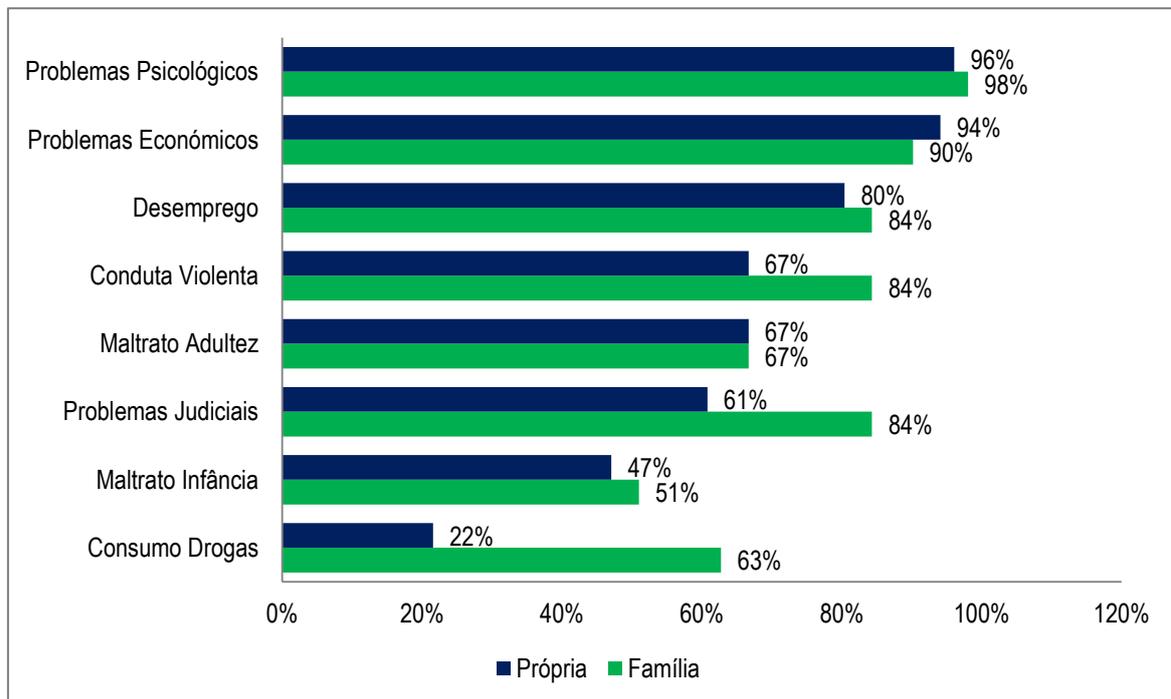


Figura 12. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados

No que diz respeito aos acontecimentos de vida stressantes e de risco passados apresentados quer pelos participantes quer pelo seu ambiente próximo, observamos a existência de pontuações muito elevadas (Figura 12).

Relativamente aos participantes constatamos que o tipo de problemas ocorridos no passado, mais evidenciados pelos mesmos foram psicológicos (96%), económicos (94%), judiciais (84%), desemprego (80%) e, com as mesmas pontuações, conduta violenta (67%) e maltrato na adultez (67%). Quanto ao tipo de problemas, mais comuns, observados no passado do ambiente próximo dos participantes, verificamos que foram psicológicos (98%), económicos (90%), desemprego (84%), conduta violenta (84%), judiciais (84%) e consumo de drogas (63%).

Tabela 11. Descritivos das dimensões dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados (N=51)

	M	DP	Min	Max
Risco Passado Total	11,49	2,55	3	16
Risco Passado do Próprio(a)	5,33	1,56	0	8
Risco Passado do Ambiente Próximo	6,16	1,36	2	8

Na Tabela 11, verificamos que a dimensão do Risco Passado Total oscilou entre os 3 e os 16 pontos, com um desvio-padrão de 2,55. Em média, os participantes apresentaram 11,49 pontos nesta dimensão.

No que diz respeito ao Risco Passado do Próprio(a) observamos que os valores variaram de 0 a 8 pontos, com um desvio-padrão de 1,56 pontos. Em média, os participantes evidenciaram um risco passado de 5,33 pontos.

No que se refere ao Risco Passado do Ambiente Próximo (Tabela 11), verificamos que os valores oscilaram entre os 2 e os 8 pontos, com um Desvio-padrão de 1,36. Em média, os participantes apresentaram nesta dimensão 6,16 pontos.

Tabela 12. Médias, desvios padrões e correlações entre as dimensões dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados (N=51)

	Risco Passado do Próprio(a)	Risco Passado do Ambiente Próximo
Risco Passado do Próprio(a)	-	,522***
Risco Passado do Ambiente Próximo		-

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

Na Tabela 12, relativa aos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados, observamos a existência de uma associação moderada entre o Risco Passado do Próprio(a) e o Risco Passado do Ambiente Próximo ($r = ,522$; $p < ,000$).

6.3.3. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados (Risco Total)

De seguida, na Tabela 13, apresentamos as correlações entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente) e Passados (ISER Passado) e as respetivas dimensões.

Tabela 13. Correlações entre Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente) e Passados (ISER Passado)

		ISER Passado	
		Risco Passado do Próprio(a)	Risco Passado do Ambiente Próximo
ISER Presente	Risco Atual Total	,544^{***}	,596^{***}
	Risco Atual do Próprio(a)	,691^{***}	,457^{***}
	Risco Atual do Ambiente Próximo	.271[*]	,551^{***}
	Afetação Atual Total	,501^{***}	,540^{***}
	Afetação do Próprio(a)	,609^{***}	,419^{**}
	Afetação do Ambiente Próximo	,304[*]	,527^{***}

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

Na Tabela 13, podemos observar que as dimensões Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais estão positivamente e significativamente correlacionadas com todas as dimensões dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados, verificando-se na sua maioria correlações fortes.

Tabela 14. Descritivos das dimensões dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados (Risco Total) (N=51)

	M	DP	Min	Max
Risco Total (Atual e Passado)	28,22	6,97	8	40
Risco Total do Próprio(a)	12,49	3,87	0	19
Risco Total Ambiente Próximo	15,73	4,15	6	23

Relativamente ao Risco Total (Atual e Passado) observou-se uma amplitude considerável nas respostas (oscilaram entre os 8 e os 40 pontos), com um desvio-padrão de 6,97 pontos. Em média, os participantes apresentaram 28,22 pontos nesta dimensão (Tabela 14).

Quanto ao Risco Total do Próprio(a) observamos uma dispersão considerável nas respostas (DP = 3,87) que variaram de 0 a 19 pontos. Em média, as pontuações nesta dimensão foram de 12,49 pontos.

No que se refere, à dimensão do Risco Total do Ambiente Próximo verificamos que a pontuação média é de 15,73 (DP = 4,15) e que os valores oscilaram entre os 6 e os 23 pontos.

Tabela 15. Correlações entre as dimensões dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados (Risco Total) (N=51)

	Risco Total do Próprio(a)	Risco Total do Ambiente Próximo
Risco Total do Próprio(a)	-	,511***
Risco Total do Ambiente Próximo		-

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

Na Tabela 15, relativa às dimensões Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados (Risco Total) verificamos a existência de uma associação moderada entre o Risco Total do Próprio(a) e o Risco Total do Ambiente Próximo ($r = ,511$; $p < ,000$).

6.4. Níveis de Apoio Social Percebido

De seguida apresentamos os dados relativos ao Apoio Social Percebido pelos participantes, quanto à composição e dimensão da rede social de apoio, rede de conflitos e rede social de apoio face a situações stressantes de risco, bem como procederemos à análise das pontuações obtidas através das estatísticas descritivas de cada dimensão da ASSIS.

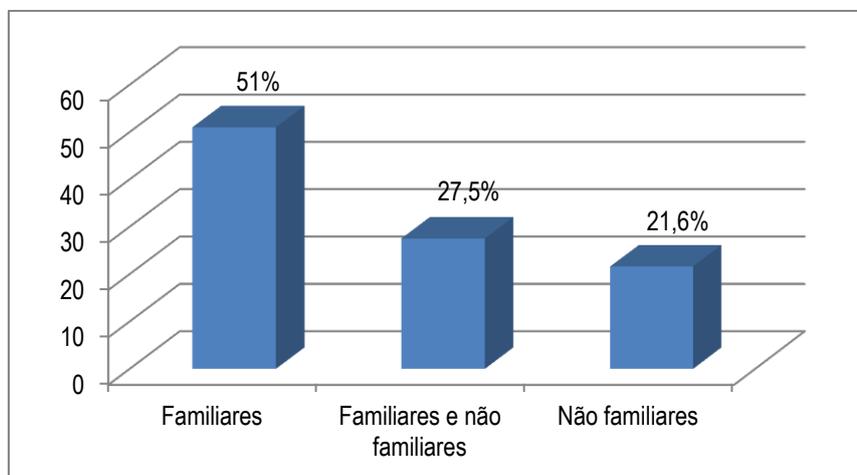


Figura 13. Composição Total da Rede Social de Apoio

Dos dados obtidos relativamente à composição total da rede social de apoio (Figura 13), verificamos que a maioria é constituída por familiares (51%), sendo que 27,5% são familiares e não familiares, e 21,6% são não familiares.

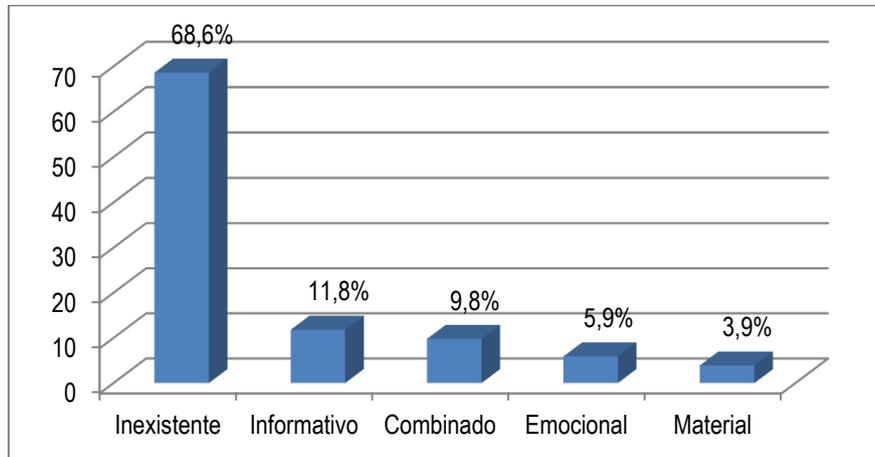


Figura 14. Rede Social de Apoio Profissional

Quanto à rede social de apoio profissional (Figura 14), constatamos que a maioria dos participantes (68,6%) não reportou o de apoio de profissionais, observando-se que apenas 11,8% dos participantes referiu ter obtido apoio por parte de profissionais ao nível informativo, 9,8% dos participantes relatou ter recebido apoio profissional combinado nos diferentes níveis, 5,9% mencionou beneficiar de apoio profissional a nível emocional e, por último, 3,9% dos participantes beneficiou de apoio profissional ao nível material.

Tabela 16. Dimensão e composição da rede social de apoio

		Emocional	Material	Informativo
Dimensão: M (DP) Min-Max		3,82 (1,85) 0-9	3,27 (1,66) 0-7	4,45 (2,27) 0-13
Composição	Familiares	31,4%	39,2%	33,3%
	Não Familiares	5,9%	9,8%	5,9%
	Familiares e Não Familiares	49%	39,2%	37,3%
	Profissionais	2%	0,0%	0,0%
	Combinado com Profissionais	9,8%	9,8%	21,6%

Relativamente à dimensão e composição da rede social de apoio dos participantes (Tabela 16), constatamos que o número de pessoas na Rede Emocional variou de 0 a 9, com uma média de 3,82 pessoas (DP = 1,85), constituída por familiares e não familiares (49%),

seguida de familiares (31,4%), combinada com profissionais (9,8%), não familiares (5,9%), e por último, por apenas profissionais (2%).

No que diz respeito à dimensão Rede Material, observamos que os valores oscilaram entre 0 e 7 pessoas, com um desvio-padrão de 1,66. Em média, os participantes referiram uma rede de apoio material constituída por 3,27 pessoas. Como podemos observar na Tabela 16 a rede material é composta sobretudo por familiares (39,2%) e, ainda, familiares e não familiares (39,2%).

No que se refere à dimensão Rede Informativa, verificamos que os valores variaram de 0 a 13 pessoas, com um desvio-padrão de 2,27. Em média, os participantes relataram uma rede de apoio informativa de 4,45 pessoas, constituída na sua maioria por familiares e não familiares (37,3%), familiares (33,3%), e combinado com profissionais (21,6%).

Na Tabela 17, apresentamos a Necessidade e Satisfação dos participantes em função do apoio social percebido, nas dimensões Emocional, Material e Informativa.

Tabela 17. Médias, desvio-padrão da Necessidade e Satisfação segundo as dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo

	Emocional	Material	Informativo	Total
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)
Necessidade	6,54 (2,42)	6,07 (2,64)	6,13 (2,51)	6,26 (1,97)
Satisfação	5,81 (2,55)	5,42 (2,83)	6,01 (3,05)	5,87 (2,31)

Como podemos verificar na Tabela 17, em média os participantes demonstraram uma Necessidade Total de rede social de apoio de 6,26 pontos (DP = 1,97).

Quanto à Satisfação Total com o apoio social percebido, os participantes evidenciaram pontuações mais baixas comparativamente com a necessidade total, apresentando uma média de 5,87 pontos (DP = 2,31).

No que diz respeito à Necessidade de apoio social e de acordo com as diferentes dimensões analisadas (Emocional, Material e Informativo), os participantes apresentaram níveis mais elevados na Necessidade Emocional, com uma média de 6,54 (DP = 2,42), seguida da Necessidade Informativa, com uma média de 6,13 (DP = 2,51), e por último, a Necessidade Material, com uma média de 6,07 (DP = 2,64).

Quanto à Satisfação com o apoio social percebido nas dimensões (Emocional, Material e Informativo), os participantes apresentaram pontuações superiores na Satisfação Informativa, com uma média de 6,01 (DP = 3,05), em detrimento da Satisfação Emocional, com uma média de 5,81 (DP = 2,55), seguida da Satisfação Material com uma média de 5,42 (DP = 2,83).

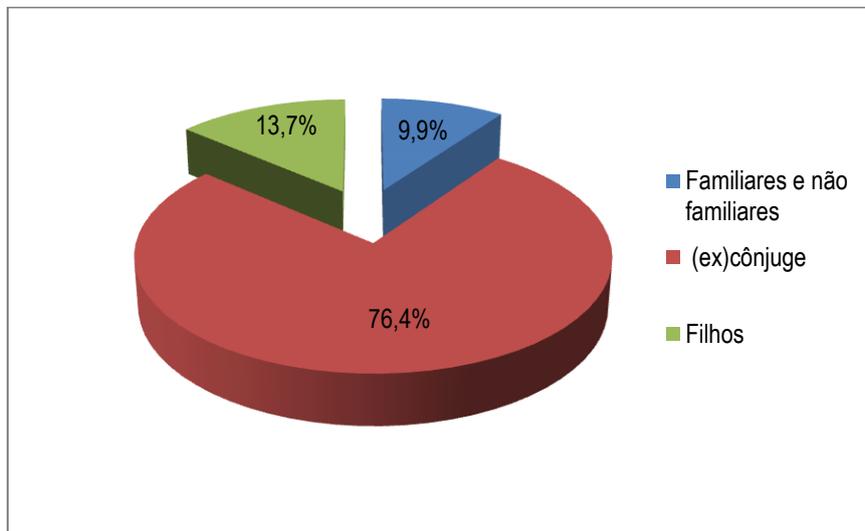


Figura 15. Composição da Rede de Conflito

Dos dados obtidos, relativamente à Rede de Conflito, os valores variaram de 1 a 8 pessoas (DP = 1,18). Em média, os participantes apresentaram uma rede de conflito de 2,00 pessoas.

Na Figura 15, constatamos que a Rede de Conflito dos participantes é constituída principalmente pelo cônjuge ou ex-cônjuge (76,4%), seguindo-se os filhos (13,7%), e por último, familiares e não familiares (9,9%).

Tabela 18. Médias, desvio-padrão, mínimos e máximos relativos à Rede de Risco (i.e. rede social de apoio face às situações stressantes e de risco)

	M	DP	Min	Max
Rede de Risco	2,76	2,20	1,00	13,00
Necessidade Rede de Risco	8,63	2,06	1,00	10,00
Satisfação Rede de Risco	6,26	3,33	1,00	10,00

Na Tabela 18, observamos que na Rede de Risco (i.e., rede social de apoio face às situações stressantes e de risco) os valores variaram de 1 a 13 pessoas (DP = 2,20). Em média, os participantes apresentaram uma rede social de apoio face às situações stressantes e de risco de 2,76 pessoas.

Relativamente à Necessidade de Rede de Risco, verificamos que as pontuações oscilaram entre 1 e 10 pontos, com um desvio-padrão de 2,06. Em média, os participantes apresentaram valores de 8,63 pontos na necessidade de apoio face às situações stressantes e de risco.

No que diz respeito à Satisfação com a Rede de Risco, constatamos que os valores variaram de 1 a 10 pontos (DP = 3,33). Em média, os participantes evidenciaram uma satisfação de 6,26 pontos, com o apoio social percebido nas situações stressantes e de risco.

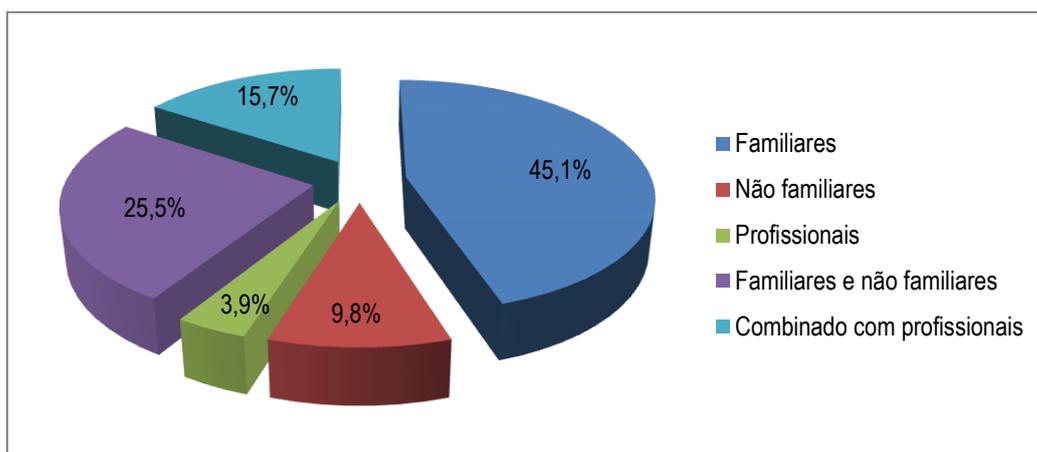


Figura 16. Composição da Rede de Risco

No que se refere à composição da Rede de Risco (Figura 16), face à vivência de acontecimentos de vida stressantes e de risco, observamos que a maioria dos participantes mencionou o apoio de familiares (45,1%), seguindo-se o apoio de familiares e não familiares (25,5%), e por último, o apoio de não familiares (9,8%).

Como podemos constatar também na Figura 16, os participantes referiram usufruir de apoio social combinado com profissionais (15,7%) nas diferentes dimensões (e.g., emocional, material e informativa), e apenas uma minoria relatou ter apenas o apoio de profissionais (3,9%) nas situações stressantes e de risco.

Como podemos observar na Tabela 19, existem correlações estatisticamente significativas entre as diferentes dimensões do apoio social (Emocional, Material e Informativo).

Tabela 19. Correlações entre o Apoio Social Percebido e as respectivas dimensões (N = 51)

		Rede				Necessidade				Satisfação			
		Total	Emocional	Material	Informativa	Total	Emocional	Material	Informativa	Total	Emocional	Material	Informativa
Rede	Total	- ,677***	,651***	,789***	-,186#	-,179	-,145	-,050	,221#	,243#	,001	,263#	
	Emocional		- ,302*	,500***	-,247*	-,311*	-,140	-,140	,104	,081	-,166	,206	
	Material			- ,518***	-,095	-,099	-,014	-,073	-,018	,008	-,220	,076	
	Informativa				-,170	-,160	-,131	-,059	,233#	,318*	-,098	,185	
Necessidade	Total				- ,817***	,737***	,781***		,032	-,193	,425**	,051	
	Emocional					- ,368**	,530***		,033	-,282*	,497**	,090	
	Material						- ,266*		-,110	-,152	,264#	-,106	
	Informativa							-	,170	-,014	,262#	,231#	
Satisfação	Total								- ,770***	,715***	,903***		
	Emocional									- ,158	,614***		
	Material										- ,460**		
	Informativa											-	

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

Na Tabela 19, observamos que a dimensão Rede Total está fortemente correlacionada com as dimensões da Rede Emocional ($r_{(51)} = ,677$; $p = ,000$), Rede Material ($r_{(51)} = ,651$; $p = ,000$) e Rede Informativa ($r_{(51)} = ,789$; $p = ,000$).

A dimensão Rede Emocional está positiva e moderadamente associada à Rede Informativa ($r_{(51)} = ,500$; $p = ,000$), positivamente associada à Rede Material ($r_{(51)} = ,302$; $p = ,016$) e negativamente associada às dimensões Necessidade Total ($r_{(50)} = -,247$; $p = ,042$) e Necessidade Emocional ($r_{(49)} = -,311$; $p = ,015$).

A Rede Material está positiva e moderadamente correlacionada com a Rede Informativa ($r_{(51)} = ,518$; $p = ,000$).

Como podemos observar (Tabela 19), a Rede Informativa está positivamente associada à Satisfação Emocional ($r_{(43)} = ,318$; $p = ,019$). Porém, esta associação é fraca ($r < ,40$).

No que diz respeito à Necessidade Total, observamos que está positiva e muito fortemente correlacionada com a Necessidade Emocional ($r_{(48)} = ,817$; $p = ,000$), positiva e fortemente correlacionada com a Necessidade Material ($r_{(48)} = ,737$; $p = ,000$) e Necessidade Informativa ($r_{(49)} = ,781$; $p = ,000$), bem como positiva e moderadamente correlacionada com a Satisfação Material ($r_{(32)} = ,425$; $p = ,008$).

A Necessidade Emocional está positiva e moderadamente associada à Necessidade Informativa ($r_{(47)} = ,530$; $p = ,000$) e à Satisfação Material ($r_{(30)} = ,497$; $p = ,003$), negativamente associada à Satisfação Emocional ($r_{(43)} = -,282$; $p = ,034$) e positivamente associada à Necessidade Material ($r_{(46)} = ,368$; $p = ,006$).

A Necessidade Material está positivamente correlacionada com a Necessidade Informativa ($r_{(47)} = ,266$; $p = ,035$). Contudo, esta associação apresenta uma magnitude fraca, uma vez que têm um valor r de *Pearson* inferior a 0,40.

Quanto à dimensão Satisfação Total observamos que está positiva e muito fortemente associada à Satisfação Informativa ($r_{(37)} = ,903$; $p = ,000$), positiva e fortemente associada à Satisfação Emocional ($r_{(43)} = ,770$; $p = ,000$) e Satisfação Material ($r_{(32)} = ,715$; $p = ,000$).

A Satisfação Emocional está positiva e fortemente correlacionada com a Satisfação Informativa ($r_{(33)} = ,614$; $p = ,000$).

Por sua vez, a Satisfação Material está positiva e moderadamente associada à Satisfação Informativa ($r_{(26)} = ,460$; $p = ,009$).

No anexo C, Tabela 20 apresentamos informação mais detalhada das categorias do Apoio Social Percebido, nomeadamente ao nível dos Sentimentos Pessoais, Ajuda Material, Conselho, Feedback, Ajuda Física e Participação Social.

6.5. Relação entre as Variáveis Sociodemográficas, a Coesão e Adaptação Familiar, os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados e o Apoio Social Percebido

A seguir apresentamos as correlações obtidas entre as variáveis sociodemográficas, a Coesão e Adaptação Familiar (FACES III), os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados (ISER), e por último o Apoio Social Percebido (ASSIS).

Tabela 21. Correlações entre as variáveis sociodemográficas

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1. Idade ^(a)	-	,267*	,352*	,024	,109	-,046	-,082	,015	,056	-,200#	-,146	,251*	,228#
2. Número de filhos ^(a)		-	-,050	,078	-,048	,026	,113	,395**	,458***	,336**	-,181	,249*	-,235#
3. Anos de relação entre os cônjuges ^(a)			-	-,028	,030	-,019	-,109	,371*	-,185	-,446**	,269	,148	-,226#
4. Nível educativo ^(b)				-	,659***	,506**	,412**	-,119	,131	,083	-,087	,161	,228#
5. Tipo de trabalho ^(b)					-	,546**	,549**	-,084	,274#	,001	-,043	,060	,170
6. Rendimentos do próprio(a) ^(a)						-	,700***	,024	,276#	,254#	-,108	,244	,186
7. Rendimentos familiares ^(a)							-	,108	,247*	,060	-,008	,290*	,071
8. Número de pessoas que convivem no agregado ^(a)								-	,616***	,442**	,393**	,162	-,805***
9. Número de menores de 18 anos no agregado ^(a)									-	,744***	-,116	,016	-,443**
10. Número de menores de 14 anos no agregado ^(a)										-	-,113	-,085	-,381**
11. Número de pessoas na família extensa ^(a)											-	-,132	-,379**
12. Tamanho da habitação ^(a)												-	,249*
13. Sobrelotação (m ² /n.º pessoas) ^(a)													-

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$ ^(a) Correlação de *Pearson*; ^(b) Correlação de *Spearman*

Na Tabela 21, observamos que a idade dos participantes está positivamente correlacionada com o número de filhos ($r_{(51)} = ,267$; $p = ,029$), o número de anos de relação entre os cônjuges ($r_{(35)} = ,352$; $p = ,019$), e o tamanho da habitação ($r_{(51)} = ,251$; $p = ,038$). Contudo, estas associações são fracas ($r < ,40$). Relativamente ao número de filhos (Tabela 21), verificamos que está positiva e moderadamente associado ao número de menores de 18 anos no agregado ($r_{(51)} = ,458$; $p = ,000$), e positivamente associado ao número de pessoas que convivem no agregado familiar ($r_{(51)} = ,395$; $p = ,002$), ao número de menores de 14 anos de idade no agregado ($r_{(51)} = ,336$; $p = ,008$), e ao tamanho da habitação ($r_{(39)} = ,249$; $p = ,039$).

O número de anos de relação entre os cônjuges está negativa e moderadamente correlacionado com o número de menores de 14 anos de idade no agregado ($r_{(35)} = -,446$; $p = ,004$) e positivamente correlacionado com o número de pessoas que convivem no agregado familiar ($r_{(35)} = ,371$; $p = ,014$). O nível educativo está positiva e fortemente associado ao tipo de trabalho ($r_{s(28)} = ,659$; $p = ,000$), e positiva e moderadamente associado aos rendimentos do próprio (a) ($r_{s(28)} = ,506$; $p = ,003$) e aos rendimentos familiares ($r_{s(51)} = ,412$; $p = ,001$). O tipo de trabalho está positiva e moderadamente correlacionado com os rendimentos do próprio (a) ($r_{s(28)} = ,546$; $p = ,001$) e com os rendimentos familiares ($r_{s(28)} = ,549$; $p = ,001$).

Os rendimentos do próprio(a) estão positiva e fortemente associados aos rendimentos familiares ($r_{(28)} = ,700$; $p = ,000$). Por sua vez, os rendimentos familiares estão positivamente correlacionados com o número de menores de 18 anos de idade no agregado ($r_{(51)} = ,247$; $p = ,041$) e com o tamanho da habitação ($r_{(51)} = ,290$; $p = ,020$). Porém, estas associações apresentam uma magnitude fraca, uma vez que têm um valor do r de *Pearson* inferior a 0,40.

O número de pessoas que convivem no agregado familiar está positiva e fortemente associado ao número de menores de 18 anos no agregado ($r_{(51)} = ,616$; $p = ,000$), positiva e moderadamente associado ao número de menores de 14 anos no agregado ($r_{(51)} = ,442$; $p = ,001$), negativa e muito fortemente associado à sobrelotação ($r_{(49)} = -,805$; $p = ,000$) e positivamente associado ao número de pessoas na família extensa ($r_{(51)} = ,393$; $p = ,002$).

O número de menores de 18 anos no agregado está positiva e fortemente associado ao número de menores de 14 anos no agregado ($r_{(51)} = ,744$; $p = ,000$), e negativa e moderadamente associado à sobrelotação ($r_{(49)} = -,443$; $p = ,001$). O número de menores de 14 anos no agregado está negativamente correlacionado com a sobrelotação ($r_{(49)} = -,381$; $p = ,003$). Contudo, esta associação apresenta uma magnitude fraca ($r < ,40$). O número de pessoas na família extensa está negativamente associado à sobrelotação ($r_{(49)} = -,379$; $p = ,004$). Por último, verificamos que o tamanho da habitação está positivamente associado à sobrelotação ($r_{(49)} = ,249$; $p = ,042$). Porém, esta associação é fraca ($r < ,40$).

Tabela 22. Correlações entre a Coesão e Adaptação Familiar (FACES) e as variáveis sociodemográficas

	Coesão Familiar	Adaptação Familiar
Idade ^(a)	,079	,006
Número de filhos ^(a)	,166	,231#
Anos de relação entre os cônjuges ^(a)	,199	-,402**
Nível educativo ^(b)	,171	,176
Tipo de trabalho ^(b)	,141	,304#
Rendimentos próprio(a) ^(a)	,423*	,096
Rendimentos familiares ^(a)	,389**	,278*
Número de pessoas no agregado ^(a)	,341**	,226#
Número de menores de 18 anos no agregado ^(a)	,286*	,262*
Número de menores de 14 anos no agregado ^(a)	,052	,187#
Número de pessoas na família extensa ^(a)	,039	,000
Tamanho da habitação ^(a)	,347**	,208#
Sobrelotação (m ² /número de pessoas) ^(a)	-,253*	-,122

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

^(a) Correlação de *Pearson*; ^(b) Correlação de *Spearman*

Na Tabela 22, verificamos que a Coesão Familiar está positiva e moderadamente associada aos rendimentos do próprio(a) ($r_{(28)} = ,423$; $p = ,012$), e positivamente associada aos rendimentos familiares ($r_{(51)} = ,389$; $p = ,002$), ao número de pessoas no agregado ($r_{(51)} = ,341$; $p = ,007$), ao número de menores de 18 anos no agregado ($r_{(51)} = ,286$; $p = ,007$), e ao tamanho da habitação ($r_{(51)} = ,347$; $p = ,006$). Contudo, estas associações apresentam uma magnitude fraca, uma vez que têm um valor r de *Pearson* inferior a 0,40. A Coesão Familiar está ainda associada negativamente à sobrelotação ($r_{(49)} = -,253$; $p = ,040$). Porém, esta associação é fraca ($r < ,40$).

No diz respeito, à Adaptação Familiar podemos verificar que está positivamente correlacionada com os rendimentos familiares ($r_{(51)} = ,278$; $p = ,024$), e com o número de menores de 18 anos no agregado ($r_{(51)} = ,262$; $p = ,031$). Porém, estas correlações apresentam uma magnitude fraca, em virtude do valor reduzido de r de *Pearson* ($r < ,40$).

É de salientar que, curiosamente, a Adaptação Familiar apresenta uma associação negativa e moderada com o número de anos de relação entre os cônjuges ($r_{(35)} = -,402$; $p = ,008$).

Na Tabela 23, apresentaremos as correlações obtidas entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados, respetivos totais e as variáveis sociodemográficas. Abordaremos apenas as correlações estatisticamente significativas.

Tabela 23. Correlações entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados (ISER Passado) e Atuais (ISER Presente), respetivos totais e as variáveis sociodemográficas

	ISER Passado			ISER Presente						ISER Passado e Presente		
	Risco Passado Total	Risco Passado do Próprio(a)	Risco Passado do Ambiente Próximo	Risco Atual Total	Risco Atual do Próprio(a)	Risco Atual do Ambiente Próximo	Afetação Atual Total	Afetação do Próprio(a)	Afetação do Ambiente Próximo	Risco Total (Atual e Passado)	Risco Total do Próprio(a)	Risco Total do Ambiente Próximo
Idade ^(a)	-,026	-,046	,004	-,109	-,089	-,113	-,023	-,058	,011	-,096	-,079	-,087
Número de filhos ^(a)	-,040	,012	-,089	,004	,133	-,086	-,046	,018	-,090	-,005	,095	-,097
Anos de relação entre os cônjuges ^(a)	-,095	-,259 [#]	,116	,115	-,032	,167	,205	,060	,285*	,030	-,129	,169
Nível educativo ^(b)	-,167	-,101	-,226 [#]	-,151	,102	-,262*	-,088	,164	-,244*	-,157	,043	-,280*
Tipo de trabalho ^(b)	-,361*	-,268 [#]	-,381*	-,240	,004	-,356*	-,130	,106	-,279 [#]	-,248 [#]	-,065	-,376*
Rendimentos próprio(a) ^(a)	-,378*	-,261 [#]	-,434*	-,019	-,003	-,027	,007	,015	-,001	-,157	-,112	-,165
Rendimentos familiares ^(a)	-,318*	-,150	-,423**	-,272*	-,167	-,275*	-,216 [#]	-,140	-,233*	-,307*	-,174	-,354**
Número de pessoas no agregado ^(a)	,075	,067	,064	,108	,050	,095	,065	,001	,106	,091	,061	,095
Número de menores de 18 anos no agregado ^(a)	-,068	-,021	-,103	-,097	-,076	-,075	-,107	-,112	-,080	-,089	-,060	-,093
Número de menores de 14 anos no agregado ^(a)	,095	,098	,066	,109	,126	,070	,009	,024	-,005	,115	,124	,076
Número de pessoas na família extensa ^(a)	-,142	-,247*	,018	-,089	-,233*	-,006	-,131	-,226 [#]	-,023	-,143	-,258*	,001
Tamanho da habitação ^(a)	-,089	,041	-,214 [#]	,027	,155	-,075	,035	,116	-,041	-,009	,122	-,129
Sobrelotação (m ² /número de pessoas) ^(a)	-,152	-,088	-,185	-,174	-,060	-,192 [#]	-,155	-,048	-,212 [#]	-,168	-,076	-,211 [#]

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$ ^(a) Correlação de *Pearson*; ^(b) Correlação de *Spearman*

Relativamente aos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados dos participantes (Tabela 23), observamos que o Risco Passado Total está negativamente correlacionado com os rendimentos do próprio(a) ($r_{(28)} = -,378$; $p = ,024$) e com os rendimentos familiares ($r_{(51)} = -,318$; $p = ,011$). Porém, estas associações são fracas ($r < ,40$).

No Risco Passado do Próprio(a) verificamos correlações negativas com o número de pessoas na família extensa ($r_{(51)} = -,247$; $p = ,040$). Por sua vez, o Risco Passado do Ambiente Próximo está negativamente e moderadamente associado aos rendimentos do próprio ($r_{(28)} = -,434$; $p = ,011$) e aos rendimentos familiares ($r_{(51)} = -,423$; $p = ,001$).

Na Tabela 23, observamos que Risco Atual Total está negativamente correlacionado com os rendimentos familiares ($r_{(51)} = -,272$; $p = ,027$). Contudo, esta associação é fraca ($r < ,40$). O Risco Atual dos participantes está negativamente correlacionado com o número de pessoas na família extensa ($r_{(51)} = -,233$; $p = ,050$). Porém esta associação é fraca ($r < ,40$). O Risco Atual do Ambiente Próximo dos participantes está negativamente associado aos rendimentos familiares ($r_{(51)} = -,275$; $p = ,025$), ao nível educativo ($r_{s(51)} = -,262$; $p = ,032$) e ao tipo de trabalho ($r_{s(29)} = -,356$; $p = ,029$). Contudo, estas associações apresentam uma magnitude fraca, dado o valor reduzido do r de *Pearson* ($r < ,40$).

Como podemos constatar através da Tabela 23, não observámos associações estatisticamente significativas entre as dimensões Afetação Atual Total e Afetação do Próprio(a) e as variáveis sociodemográficas.

Por sua vez, a Afetação do Ambiente Próximo está negativamente associada aos rendimentos familiares ($r_{(51)} = -,233$; $p = ,050$) e ao nível educativo ($r_{s(51)} = -,244$; $p = ,043$), bem como positivamente associada ao número de anos de relação entre os cônjuges ($r_{(35)} = ,285$; $p = ,048$). Porém, estas correlação são fracas, dado o valor reduzido do r de *Pearson* ($r < ,40$).

O Risco Total (Atual e Passado) está associado negativamente aos rendimentos familiares ($r_{(51)} = -,307$; $p = ,014$). Contudo, a magnitude desta correlação foi fraca, como podemos constatar através do reduzido valor do r de *Pearson*.

Por sua vez, o Risco Total do Próprio está correlacionado negativamente com o número de pessoas na família extensa ($r_{(51)} = -,258$; $p = ,034$). Porém, esta associação é fraca ($r < ,40$).

Por último, o Risco Total do Ambiente Próximo apresenta correlações negativas com os rendimentos familiares ($r_{(51)} = -,354$; $p = ,005$), o nível educativo ($r_{s(51)} = -,280$; $p = ,023$) e o tipo de trabalho ($r_{s(29)} = -,376$; $p = ,022$). Contudo, estas associações apresentam uma magnitude fraca, uma vez que têm um valor do r de *Pearson* inferior a 0,40.

Na Tabela 24, apresentamos as associações entre o Apoio Social Percebido, respetivas dimensões (Emocional, Material e Informativa) e as variáveis sociodemográficas.

Tabela 24. Correlações entre dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo (ASSIS) e as variáveis sociodemográficas

	Emocional			Material			Informativa			Total		
	Rede	Necessidade	Satisfação	Rede	Necessidade	Satisfação	Rede	Necessidade	Satisfação	Rede	Necessidade	Satisfação
Idade ^(a)	,189#	-,145	,029	,118	,031	-,066	,151	-,231#	,017	,147	-,152	-,093
Número de filhos ^(a)	,022	-,017	-,027	-,033	-,010	,009	-,107	,063	,173	-,090	,028	,137
Anos de relação entre os cônjuges ^(a)	,005	-,093	,018	,415**	,127	,235	,248#	-,259#	-,179	,160	-,079	,048
Nível educativo ^(b)	,107	,111	,363**	,080	-,190#	,175	,309*	,063	,634***	,167	-,006	,496***
Tipo de trabalho ^(b)	,060	,125	,047	-,024	-,326*	-,169	,232	,134	,188	-,004	-,035	-,021
Rendimentos próprio(a) ^(a)	,544**	,134	-,149	,085	-,233	,294	,253#	,219	,355#	,219	,042	,252
Rendimentos familiares ^(a)	,141	-,026	,191	,119	-,358**	,144	,068	,158	,319*	,176	-,089	,315*
Número de pessoas no agregado ^(a)	,087	,088	-,311*	,163	,149	,053	-,170	,087	-,192	-,028	,152	-,079
Número de menores de 18 anos no agregado ^(a)	,126	,037	-,278*	,171	,061	-,029	-,073	,125	,043	,086	,102	-,001
Número de menores de 14 anos no agregado ^(a)	,057	,122	-,229#	-,176	,161	,023	-,052	,083	,113	-,041	,124	,078
Número de pessoas na família extensa ^(a)	-,110	-,043	-,192	-,145	-,157	,011	-,235*	,009	-,306*	-,186#	-,084	-,182
Tamanho da habitação ^(a)	,344**	-,085	,006	,266*	-,142	-,275#	,230#	,133	,247#	,289*	-,075	,045
Sobrelotação (m ² /número de pessoas) ^(a)	,067	-,053	,328*	-,064	-,196#	-,116	,217#	-,101	,353*	,135	-,193#	,184

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

^(a) Correlação de *Pearson*; ^(b) Correlação de *Spearman*

Como podemos constatar através da Tabela 24, a Rede Total está correlacionada positivamente com o tamanho da habitação ($r_{(51)} = ,289$; $p = ,020$). Contudo, esta associação é fraca ($r < ,40$). A Satisfação Total está positiva e moderadamente associada ao nível educativo ($r_{s(48)} = ,496$; $p = ,000$), e positivamente associada aos rendimentos familiares ($r_{s(48)} = ,315$; $p = ,015$). Não encontramos associações estatisticamente significativas entre a dimensão Necessidade Total e as variáveis sociodemográficas.

No que diz respeito à dimensão Emocional, do Apoio Social Percebido (ASSIS), verificamos que a Rede Emocional está positiva e moderadamente correlacionada com os rendimentos do próprio (a) ($r_{(28)} = ,544$; $p = ,001$) e positivamente correlacionada com o tamanho da habitação ($r_{(51)} = ,344$; $p = ,007$). A Satisfação Emocional está positivamente associada ao nível educativo ($r_{s(43)} = ,363$; $p = ,008$) e à sobrelotação ($r_{(42)} = ,328$; $p = ,017$), e negativamente associada ao número de pessoas no agregado familiar ($r_{(43)} = -,311$; $p = ,021$), ao número de menores de 18 anos de idade no agregado ($r_{(43)} = -,278$; $p = ,036$) e ao número de menores de 14 anos de idade no agregado ($r_{(43)} = -,229$; $p = ,070$). Contudo, estas associações apresentam uma magnitude fraca, dado o valor reduzido do r de *Pearson* ($r < ,40$). Não observamos associações estatisticamente significativas entre a Necessidade Emocional e as variáveis sociodemográficas.

No que se refere à dimensão Material, observamos que a Rede Material está positiva e moderadamente correlacionada com os anos de relação entre os cônjuges ($r_{(35)} = ,415$; $p = ,007$) e positivamente correlacionada com o tamanho da habitação ($r_{(51)} = ,266$; $p = ,030$). A Necessidade Material está negativamente associada aos rendimentos familiares ($r_{(48)} = -,358$; $p = ,006$) e ao tipo de trabalho ($r_{s(27)} = -,326$; $p = ,049$). Contudo, estas associações são fracas ($r < ,40$). Não encontramos associações estatisticamente significativas entre a Satisfação Material e as variáveis sociodemográficas.

Relativamente à dimensão Informativa, verificamos que a Rede Informativa está correlacionada positivamente com o nível educativo ($r_{s(51)} = ,309$; $p = ,014$) e negativamente com o número de pessoas na família extensa ($r_{(51)} = ,235$; $p = ,049$). Porém, estas associações são fracas ($r > ,40$). Observamos que a Satisfação Informativa está positiva e fortemente associada ao nível educativo, ($r_{s(37)} = ,634$; $p = ,000$), positivamente associada aos rendimentos familiares ($r_{(37)} = ,319$; $p = ,027$), à sobrelotação ($r_{(36)} = ,353$; $p = ,017$) e negativamente associada ao número de pessoas na família extensa ($r_{(37)} = -,306$; $p = ,033$). Contudo, estas associações apresentam uma magnitude fraca, já que o r de *Pearson* é inferior a 0,40. Na Necessidade Informativa verificamos que não existem correlações estatisticamente significativas entre a mesma e as variáveis sociodemográficas.

No anexo D, apresentamos na tabela 25 detalhadamente as associações entre as categorias do Apoio Social Percebido (i.e., Sentimentos Pessoais, Ajuda Material, Conselho, Feedback, Ajuda Física e Participação Social), obtidas através do instrumento ASSIS, e as variáveis sociodemográficas.

Na Tabela 26, apresentamos as correlações existentes entre as Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco e as variáveis sociodemográficas.

Tabela 26. Correlações entre as Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco e as variáveis sociodemográficas

	Risco			Rede de Conflito
	Rede	Necessidade	Satisfação	
Idade ^(a)	,023	-,129	-,221	-,307*
Número de filhos ^(a)	-,205#	-,080	,118	-,280*
Anos de relação entre os cônjuges ^(a)	,484**	,314*	,089	-,193
Nível educativo ^(b)	,326**	,043	,200#	,149
Tipo de trabalho ^(b)	,170	,069	-,089	-,005
Rendimentos próprio(a) ^(a)	,156	-,114	,324*	,139
Rendimentos familiares ^(a)	,027	-,127	,140	-,032
Número de pessoas no agregado ^(a)	,170	,018	-,089	-,050
Número de menores de 18 anos no agregado ^(a)	-,004	-,273*	-,171	-,085
Número de menores de 14 anos no agregado ^(a)	-,165	-,315*	-,175	-,081
Número de pessoas na família extensa ^(a)	-,016	-,137	,009	,140
Tamanho da habitação ^(a)	,323*	,101	,209#	-,102
Sobrelotação (m ² /número de pessoas) ^(a)	-,085	-,131	,145	-,049

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

(a) Correlação de *Pearson*; (b) Correlação de *Spearman*

Na Tabela 26, verificamos que a Rede de Risco está positiva e moderadamente associada aos anos de relação ($r_{(35)} = ,484$; $p = ,002$), e positivamente associada ao nível educativo ($r_{s(51)} = ,326$; $p = ,010$) e ao tamanho da habitação ($r_{(51)} = ,323$; $p = ,010$).

A Necessidade de Rede de Risco está positivamente correlacionada com os anos de relação entre os cônjuges ($r_{(35)} = ,314$; $p = ,033$), e negativamente correlacionada com o número de menores de 18 anos no agregado ($r_{(51)} = -,273$; $p = ,026$) e com o número de menores de 14 anos no agregado ($r_{(51)} = -,315$; $p = ,012$). Contudo, estas associações têm uma magnitude fraca, já que têm um valor r de *Pearson* inferior a 0,40.

A Satisfação com a Rede de Risco está positivamente associada aos rendimentos do próprio (a) ($r_{(27)} = ,324$; $p = ,050$). Porém, esta associação é fraca ($r < ,40$).

Por último, a Rede de Conflito está negativamente correlacionada com a idade dos participantes ($r_{(51)} = -,307$; $p = ,014$) e com o número de filhos ($r_{(51)} = -,280$; $p = ,023$). Porém, estas associações são fracas ($r < ,40$).

Na Tabela 27, a seguir apresentada, podemos verificar as correlações existentes entre as dimensões Coesão e Adaptação Familiar (FACES III) e os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente) e Passados (ISER Passado) e Risco Total (Atual e Passado).

Tabela 27. Correlações entre as dimensões Coesão e Adaptação Familiar (FACES III) e os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente) e Passados (ISER Passado) e Risco Total (Atual e Passado)

		Coesão Familiar	Adaptação Familiar
ISER Passado	Risco Passado Total	-,098	,065
	Risco Passado do Próprio(a)	-,009	,198#
	Risco Passado do Ambiente Próximo	-,174	-,105
ISER Presente	Risco Atual Total	,001	,118
	Risco Atual do Próprio(a)	,074	,220#
	Risco Atual do Ambiente Próximo	-,063	-,007
	Afetação Atual Total	,085	,140
	Afetação do Próprio(a)	,122	,233#
	Afetação do Ambiente Próximo	,036	,032
Risco Total (Atual e Passado)		-,037	,104
Risco Total do Próprio(a)		,046	,229#
Risco Total do Ambiente Próximo		-,106	-,040

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

Como se verifica na Tabela 27, não constatamos diferenças estatisticamente significativas entre as dimensões Coesão e Adaptação Familiar e os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados e respetivos totais.

Seguidamente na Tabela 28 apresentam-se as correlações existentes entre as dimensões Coesão e Adaptação Familiar (FACES III) e o Apoio Emocional, Material e Informativo (ASSIS).

Tabela 28. Correlações entre a Coesão e Adaptação Familiar (FACES III) e o Apoio Emocional, Material e Informativo (ASSIS)

	Coesão Familiar	Adaptação Familiar
Rede Total	,155	,119
Rede Emocional	,207#	,227#
Rede Material	,304*	,164
Rede Informativa	,124	,025
Necessidade Total	,092	,210#
Necessidade Emocional	-,098	,192#
Necessidade Material	,028	-,038
Necessidade Informativa	,210#	,348**
Satisfação Total	-,140	-,041
Satisfação Emocional	-,318*	-,115
Satisfação Material	-,101	-,141
Satisfação Informativa	-,039	,191

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

Na Tabela 28, observamos que a dimensão Coesão Familiar está positivamente correlacionada com a Rede Material ($r_{(51)} = ,304$; $p = ,015$) e negativamente correlacionada com a Satisfação Emocional ($r_{(43)} = -,318$; $p = ,019$). Porém, estas associações são fracas ($r < ,40$).

A dimensão Adaptação Familiar (Tabela 28), está positivamente associada à Necessidade Informativa ($r_{(49)} = ,348$; $p = ,007$). Contudo, esta associação apresenta uma magnitude fraca, uma vez que apresenta um valor r de *Pearson* inferior a 0,40.

Na Tabela 29 (Anexo E), apresentamos as correlações obtidas entre as dimensões Coesão e Adaptação Familiar (FACES III) e as categorias do Apoio Social Percebido (i.e., Sentimentos Pessoais, Ajuda Material, Conselho, Feedback, Ajuda Física e Participação Social).

Observamos que a dimensão Coesão Familiar está positivamente associada à Rede de Sentimentos Pessoais ($r_{(51)} = ,235; p = ,048$), à Rede de Conselho ($r_{(51)} = ,242; p = ,044$) e à Necessidade de Feedback ($r_{(50)} = ,265; p = ,032$). Porém, estas associações apresentam uma magnitude fraca, em virtude do valor reduzido do r de Pearson ($r < ,40$).

Por sua vez, a dimensão Adaptação Familiar está positiva e moderadamente correlacionada com a Necessidade de Feedback ($r_{(50)} = ,400; p = ,002$), e positivamente correlacionada com a Rede de Ajuda Material ($r_{(51)} = ,291; p = ,019$) e Satisfação com o Feedback ($r_{(45)} = ,288; p = ,028$). Porém, estas associações são fracas ($r < ,40$).

Tabela 30. Correlações entre as dimensões Coesão e Adaptação Familiar (FACES III) e as Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco (ASSIS)

	Coesão Familiar	Adaptação Familiar
Rede de Risco	,297*	,068
Necessidade de Rede Risco	,080	,088
Satisfação Rede de Risco	,204#	,013
Rede de Conflito	-,116	,041

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

Como podemos verificar (Tabela 30), a dimensão Coesão Familiar está positivamente associada à Rede de Risco ($r_{(51)} = ,297; p = ,017$). Porém, esta associação apresenta uma magnitude fraca, já que o valor de r de Pearson é inferior a 0,40.

Como podemos constatar através da Tabela 30, não encontramos associações estatisticamente significativas entre a Adaptação Familiar e as Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco.

De seguida apresentamos a Tabela 31, relativa às correlações existentes entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente) e Passados (ISER Passado), respetivos totais e as dimensões Emocional, Material e Informativa do Apoio Social Percebido (ASSIS).

Tabela 31. Correlações entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente) e Passados (ISER Passado), respetivos Totais e as dimensões Apoio Emocional, Material e Informativo (ASSIS)

	Risco Passado Total	Risco Passado do Próprio(a)	Risco Passado do Ambiente Próximo	Risco Atual Total	Risco Atual do Próprio(a)	Risco Atual do Ambiente Próximo	Afetação Atual Total	Afetação do Próprio(a)	Afetação do Ambiente Próximo	Risco Total (Atual e Passado)	Risco Total do Próprio(a)	Risco Total do Ambiente Próximo
Rede Total	-,012	-,040	,023	-,026	,034	-,060	,011	,020	,002	-,020	,007	-,039
Rede Emocional	-,134	-,055	-,187	-,037	-,031	-,053	,000	-,049	,040	-,085	-,044	-,103
Rede Material	,010	-,036	,060	,092	,063	,115	,160	,100	,177	,081	,028	,110
Rede Informativa	-,004	-,063	,065	,148	,200#	,084	,220#	,211#	,181	,113	,110	,087
Necessidade Total	,358**	,383**	,233#	,280*	,361**	,150	,296*	,360**	,178	,336**	,397**	,194#
Necessidade Emocional	,164	,220#	,058	,182	,297*	,053	,175	,291*	,041	,195#	,289*	,060
Necessidade Material	,449**	,355**	,440**	,393**	,340**	,338**	,442**	,365**	,405**	,450**	,373**	,408**
Necessidade Informativa	,211#	,296*	,056	,121	,266*	-,024	,098	,229#	-,033	,166	,298*	,000
Satisfação Total	,136	,178	,052	,005	,188	-,131	,016	,128	-,078	,054	,201#	-,087
Satisfação Emocional	,222#	,263*	,116	-,046	,097	-,144	-,001	,074	-,061	,043	,169	-,076
Satisfação Material	,290#	,267#	,221	,158	,292#	-,008	,207	,290#	,084	,223	,311*	,067
Satisfação Informativa	,166	,260#	,023	-,026	,235#	-,208	-,032	,156	-,195	,051	,261#	-,154

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $< ,10$

Relativamente às correlações entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Passados (ISER Passado) e as dimensões Apoio Emocional, Material e Informativo (ASSIS) (Tabela 31), observamos que o Risco Passado Total está positiva e moderadamente correlacionado com a Necessidade Material ($r_{(48)} = ,449$; $p = ,001$) e positivamente correlacionado com a Necessidade Total ($r_{(50)} = ,358$; $p = ,005$).

O Risco Passado do Próprio(a) está positiva e estatisticamente associado com o Apoio Social Percebido, nas dimensões Necessidade Total ($r_{(50)} = ,383$; $p = ,033$), Necessidade Material ($r_{(48)} = ,355$; $p = ,007$), Necessidade Informativa ($r_{(49)} = ,296$; $p = ,019$) e Satisfação Emocional ($r_{(43)} = ,263$; $p = ,044$). Porém, estas associações apresentam uma magnitude fraca, em virtude do valor reduzido do r de *Pearson* ($r < ,40$).

O Risco Passado do Ambiente Próximo está positiva e moderadamente correlacionado com a Necessidade Material ($r_{(48)} = ,440$; $p = ,001$) e positivamente correlacionado com a Necessidade Total ($r_{(50)} = ,233$; $p = ,051$).

Quanto à existência de associações estatisticamente significativas entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente) e as dimensões Apoio Emocional, Material e Informativo (ASSIS), verificamos que o Risco Atual Total está positiva e estatisticamente associado à Necessidade Total ($r_{(50)} = ,280$; $p = ,025$) e à Necessidade Material ($r_{(48)} = ,393$; $p = ,003$). Contudo, estas associações são fracas ($r < ,40$). O Risco Atual do Próprio(a) está positivamente correlacionado com a Necessidade Total ($r_{(50)} = ,361$; $p = ,005$), a Necessidade Emocional ($r_{(49)} = ,297$; $p = ,019$), a Necessidade Material ($r_{(48)} = ,340$; $p = ,009$) e a Necessidade Informativa ($r_{(49)} = ,266$; $p = ,032$). Porém, estas associações apresentam uma magnitude fraca, já que têm um valor r de *Pearson* inferior a 0,40. O Risco Atual do Ambiente Próximo está positiva e significativamente associado à Necessidade Material ($r_{(48)} = ,338$; $p = ,009$). Contudo, esta associação é fraca ($r < ,40$).

No que diz respeito à afetação, observamos que a Afetação Atual Total está positiva e moderadamente associada à Necessidade de Ajuda Material ($r_{(48)} = ,442$; $p = ,001$) e positivamente associada à Necessidade Total ($r_{(50)} = ,296$; $p = ,018$).

A Afetação do Próprio está positivamente correlacionada com a Necessidade Total ($r_{(50)} = ,360$; $p = ,005$), a Necessidade Emocional ($r_{(49)} = ,291$; $p = ,021$) e a Necessidade Material ($r_{(48)} = ,365$; $p = ,005$). Porém, estas associações são fracas ($r < ,40$).

A Afetação do Ambiente Próximo está positiva e moderadamente associada à Necessidade Material ($r_{(48)} = ,405$; $p = ,002$).

No que concerne, à existência de correlações entre os respetivos totais dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados e as dimensões Apoio Emocional, Material e Informativo (ASSIS), verificamos que o Risco Total (Atual e Passado) está positiva e moderadamente correlacionado com a Necessidade Material ($r_{(48)} = ,450$; $p = ,001$) e positivamente correlacionado com a Necessidade Total ($r_{(50)} = ,336$; $p = ,009$).

O Risco Total do Próprio(a) está positivamente associado à Necessidade Total ($r_{(50)} = ,397$; $p = ,002$), à Necessidade Emocional ($r_{(49)} = ,289$; $p = ,022$), à Necessidade de Ajuda Material ($r_{(48)} = ,373$; $p = ,005$), à Necessidade Informativa ($r_{(49)} = ,298$; $p = ,019$) e à Satisfação Material ($r_{(32)} = ,311$; $p = ,042$). Porém, estas associações são fracas ($r < ,40$).

Por último, o Risco Total do Ambiente Próximo está positiva e moderadamente correlacionado com a Necessidade Material ($r_{(48)} = ,408$; $p = ,002$).

Na Tabela 32 (Anexo F), apresentamos em detalhe as correlações entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente) e Passados (ISER Passado), respetivos totais e as categorias do Apoio Social Percebido (i.e., Sentimentos Pessoais, Ajuda Material, Conselho, Feedback, Ajuda Física e Participação Social).

Tabela 33. Correlações entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente), Passados (ISER Passado), respetivos totais e as Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco (ASSIS)

		Rede de Conflitos	Rede de Risco	Necessidade Rede de Risco	Satisfação Rede de Risco
ISER Passado	Risco Passado Total	-,066	-,172	,329**	-,242*
	Risco Passado do Próprio(a)	,065	-,193#	,358**	-,128
	Risco Passado do Ambiente Próximo	-,199#	-,101	,207#	-,287*
ISER Presente	Risco Atual Total	,000	,127	,352**	-,052
	Risco Atual do Próprio(a)	,058	,183#	,381**	,075
	Risco Atual do Ambiente Próximo	-,031	,061	,230#	-,104
	Afetação Atual Total	,036	,178	,458***	-,012
	Afetação do Próprio(a)	,078	,203#	,469***	,102
	Afetação do Ambiente Próximo	-,007	,118	,351**	-,102
Risco Total (Atual e Passado)		-,017	,035	,371**	-,109
Risco Total do Próprio(a)		,066	,047	,402**	,002
Risco Total do Ambiente Próximo		-,090	,015	,248*	-,175

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $< ,10$

Como podemos verificar através da Tabela 33, o Risco Passado Total está positivamente e estatisticamente associado à Necessidade de Rede de Risco ($r_{(51)} = ,329$; $p = ,009$) e negativamente associado à Satisfação com a Rede de Risco ($r_{(50)} = -,242$; $p = ,045$). Porém, estas associações são fracas ($r < ,40$).

O Risco Passado do Próprio (a) está positiva e estatisticamente correlacionado com a Necessidade de Rede de Risco ($r_{(51)} = ,358$; $p = ,005$). Contudo, esta associação apresenta uma magnitude fraca, em virtude do valor reduzido do r de *Pearson* ($r < ,40$).

O Risco Passado do Ambiente Próximo está negativamente associado à Satisfação com a Rede de Risco ($r_{(50)} = -,287$; $p = ,022$). Contudo, esta associação é fraca ($r < ,40$).

Constatamos também através da Tabela 33, a existência de correlações positivas e estatisticamente significativas entre todas as dimensões dos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente) e a Necessidade de Rede Risco, com exceção da dimensão do Risco Atual do Ambiente Próximo, que apesar de não atingir o nível de significância, apresenta uma associação positiva e residual ($r_{(51)} = ,230$; $p = ,052$). Porém, estas associações apresentam uma magnitude fraca, uma vez que têm um valor r de *Pearson* inferior a 0,40, com exceção das dimensões Afetação Atual Total ($r_{(51)} = ,458$; $p = ,000$) e Afetação do Próprio (a) ($r_{(51)} = ,469$; $p = ,000$), que apresentam associações moderadas.

No que diz respeito aos totais dos Acontecimentos de Vida Stressantes Atuais e Passados, verificamos que o Risco Total (Atual e Passado) está positivamente correlacionado com a Necessidade de Rede de Risco ($r_{(51)} = ,371$; $p = ,004$). Contudo, esta associação é fraca ($r < ,40$).

Por sua vez, o Risco Total do Próprio (a) está positiva e moderadamente associado à Necessidade de Rede de Risco ($r_{(51)} = ,402$; $p = ,002$).

Por último, verificamos também que o Risco Total do Ambiente Próximo está positivamente associado com a Necessidade de Rede de Risco ($r_{(51)} = ,248$; $p = ,040$). Porém, esta associação apresenta uma magnitude fraca, na medida em que tem um valor r de *Pearson* inferior a 0,40.

6.6. Níveis de Coesão e Adaptação Familiar e Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados em função das características sociodemográficas e familiares dos participantes

De seguida, apresentaremos as diferenças significativas apuradas na Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, em função do sexo, situação marital, nacionalidade, nível educativo, situação laboral, tipo de trabalho, tipo de família, estabilidade e tipo de rendimentos familiares dos participantes.

Com efeito, em virtude do tamanho reduzido dos grupos utilizámos testes de contraste não-paramétricos, teste de *Mann-Whitney*, para comparações entre dois grupos e teste de *Kruskal-Wallis*) para verificar se existiam diferenças entre mais do que dois grupos, cujos resultados obtidos apresentamos nas tabelas abaixo indicadas, com as respetivas médias, desvio-padrão, contrastes de médias, valores de significância (*p*) e tamanho do efeito (*r*) para cada teste não-paramétrico utilizado.

Tabela 34. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, em função do sexo dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Feminino (n = 33)	Masculino (n = 18)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
FACES	Coesão Familiar	36,18 (5,75)	36,22 (6,98)	293.50	,475	-,010
	Adaptação Familiar	26,45 (4,54)	26,94 (4,52)	294.50	,482	-,007
ISER Passado	Risco Passado Total	11,67 (2,03)	11,17 (3,35)	294.00	,478	-,008
	Risco Passado do Próprio(a)	5,36 (1,22)	5,28 (2,08)	293.50	,475	-,010
	Risco Passado do Ambiente Próximo	6,30 (1,21)	5,89 (1,60)	263.00	,249	-,097
ISER Presente	Risco Atual Total	16,97 (4,82)	16,44 (5,43)	293.00	,471	-,011
	Risco Atual do Próprio(a)	7,52 (2,46)	6,50 (2,85)	239.00	,127	-,161
	Risco Atual do Ambiente Próximo	9,45 (3,20)	9,78 (3,39)	278.00	,356	-,053
	Afetação Atual Total	43,73 (14,29)	38,61 (15,32)	244.50	,153	-,145
	Afetação do Próprio(a)	19,94 (7,04)	15,28 (7,84)	194.00	,021	-,285
	Afetação do Ambiente Próximo	23,79 (9,44)	23,33 (8,57)	287.00	,424	-,028
Risco Total		28,64 (6,06)	27,44 (8,535)	292.00	,463	-,014
Risco Total do Próprio(a)		12,88 (3,30)	11,78 (4,76)	259.50	,232	-,104
Risco Total do Ambiente Próximo		15,76 (3,87)	15,67 (4,73)	286.00	,417	-,030

Na Tabela 34, podemos verificar que as mães ($Mdn = 20,00$) apresentam valores significativamente mais elevados na afetação do que os pais ($Mdn = 14,50$) quanto aos acontecimentos de vida stressantes e de risco atuais do próprio(a) ($U = 194,00$; $z = -2,03$; $p = ,021$; $r = -,285$), apesar de se verificar um efeito pequeno (Field, 2009). Nas outras variáveis não encontramos diferenças significativas entre os sexos dos participantes.

Tabela 35. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, em função da situação marital dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Tem Companheiro(a) (n = 34)	Não Tem Companheiro(a) (n = 17)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
FACES	Coesão Familiar	36,71 (6,46)	35,18 (5,49)	255,50	,255	-,094
	Adaptação Familiar	26,79 (4,69)	26,29 (4,19)	271,50	,366	-,049
ISER Passado	Risco Passado Total	11,74 (2,45)	11,00 (2,74)	248,00	,207	-,116
	Risco Passado do Próprio(a)	5,62 (1,50)	4,76 (1,56)	201,50	,037	-,251
	Risco Passado do Ambiente Próximo	6,12 (1,34)	6,24 (1,44)	268,50	,339	-,059
ISER Presente	Risco Atual Total	16,94 (4,60)	16,47 (5,84)	284,00	,462	-,014
	Risco Atual do Próprio(a)	7,35 (2,44)	6,76 (3,01)	260,00	,283	-,082
	Risco Atual do Ambiente Próximo	9,50 (3,07)	9,71 (3,65)	274,50	,389	-,041
	Afetação Atual Total	42,29 (14,48)	41,18 (15,60)	281,50	,443	-,021
	Afetação do Próprio(a)	18,62 (7,45)	17,65 (8,05)	273,50	,381	-,043
	Afetação do Ambiente Próximo	23,68 (8,82)	23,53 (9,79)	285,50	,474	-,010
Risco Total		28,59 (6,47)	27,47 (8,04)	273,50	,381	-,043
Risco Total do Próprio(a)		12,97 (3,61)	11,53 (4,29)	233,50	,135	-,156
Risco Total do Ambiente Próximo		15,62 (3,95)	15,94 (4,63)	273,00	,377	-,045

Como podemos observar na Tabela 35, observamos diferenças estatisticamente significativas no Risco Passado do Próprio(a) ($U = 201,50$; $z = -1,79$; $p = ,037$; $r = -,251$), entre os participantes que têm companheiro ($Mdn = 6,00$) e os participantes que não têm companheiro ($Mdn = 5,00$), verificando-se um tamanho de efeito pequeno. Observamos que os participantes com companheiro(a) apresentam pontuações mais elevadas nos acontecimentos de vida stressantes e de risco passados do que os participantes sem companheiro(a). Não se verificaram diferenças significativas nas restantes dimensões avaliadas em função da situação marital dos participantes.

Tabela 36. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, segundo a nacionalidade dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Imigrante (n = 10)	Português (n = 41)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
FACES	Coesão Familiar	33,70 (6,50)	36,80 (5,97)	151,00	,102	-,180
	Adaptação Familiar	27,30 (3,65)	26,46 (4,70)	172,50	,224	-,108
ISER Passado	Risco Passado Total	11,90 (2,47)	11,39 (2,59)	184,50	,316	-,069
	Risco Passado do Próprio(a)	5,70 (1,70)	5,24 (1,53)	157,50	,126	-,162
	Risco Passado do Ambiente Próximo	6,20 (1,14)	6,15 (1,42)	202,50	,485	-,009
ISER Presente	Risco Atual Total	17,00 (5,27)	16,73 (4,99)	198,50	,442	-,022
	Risco Atual do Próprio(a)	7,10 (3,00)	7,17 (2,57)	199,50	,451	-,018
	Risco Atual do Ambiente Próximo	9,90 (3,41)	9,49 (3,23)	179,00	,273	-,087
	Afetação Atual Total	43,90 (15,33)	41,44 (14,72)	181,50	,293	-,078
	Afetação do Próprio(a)	19,10 (8,80)	18,10 (7,37)	194,00	,401	-,037
	Afetação do Ambiente Próximo	24,80 (9,84)	23,34 (8,96)	176,00	,250	-,096
Risco Total (Atual e Presente)		28,90 (6,92)	28,05 (7,06)	198,00	,437	-,023
Risco Total do Próprio(a)		12,80 (4,39)	12,41 (3,79)	194,00	,401	-,037
Risco Total do Ambiente Próximo		16,10 (3,73)	15,63 (4,28)	186,50	,334	-,062

Quanto à nacionalidade dos participantes (Tabela 36), não se observaram diferenças significativas nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar e Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados entre os diferentes grupos.

Tabela 37. Comparação das médias, desvios-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, em função do nível educativo dos participantes, teste *Kruskal-Wallis*

		Primários Incompletos (n = 27)	Primários Completos (n = 13)	Secundários ou Superior (n = 11)	H	p
		M (DP)	M (DP)	M (DP)		
FACES	Coesão Familiar	35,19 (5,88)	37,15 (7,23)	37,55 (5,45)	1,56	,458
	Adaptação Familiar	26,00 (4,24)	27,31 (5,11)	27,36 (4,54)	1,11	,574
ISER Passado	Risco Passado Total	11,96 (2,23)	11,31 (2,29)	10,55 (3,42)	1,41	,493
	Risco Passado do Próprio(a)	5,56 (1,45)	5,31 (0,95)	4,82 (2,27)	0,85	,654
	Risco Passado do Ambiente Próximo	6,41 (1,25)	6,00 (1,58)	5,73 (1,35)	1,91	,384
ISER Presente	Risco Atual Total	17,11 (4,24)	18,15 (5,34)	14,36 (5,89)	3,26	,196
	Risco Atual do Próprio(a)	6,85 (2,41)	8,08 (2,22)	6,82 (3,46)	2,06	,357
	Risco Atual do Ambiente Próximo	10,15 (2,74)	10,08 (3,45)	7,55 (3,59)	4,39	,112
	Afetação Atual Total	41,52 (11,99)	48,15 (17,30)	35,55 (15,95)	3,03	,220
	Afetação do Próprio(a)	16,85 (6,53)	21,77 (6,97)	17,73 (9,87)	3,88	,143
	Afetação do Ambiente Próximo	24,67 (7,10)	26,38 (11,02)	17,82 (9,14)	5,02	,081
Risco Total (Atual e Presente)		28,96 (6,04)	29,46 (6,84)	24,91 (8,73)	2,43	,297
Risco Total do Próprio(a)		12,41 (3,55)	13,38 (2,60)	11,64 (5,66)	0,63	,731
Risco Total do Ambiente Próximo		16,56 (3,59)	16,08 (4,48)	13,27 (4,45)	4,06	,132

Na Tabela 37, não observámos diferenças significativas nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar e nos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados e respetivos totais segundo o nível educativo dos participantes.

Tabela 38. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, segundo a situação laboral dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Trabalha (n = 26)	Não Trabalha (n = 23)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
FACES	Coesão Familiar	37,73 (5,80)	34,57 (6,10)	210,00	,037	-,255
	Adaptação Familiar	27,31 (4,89)	25,83 (4,18)	252,00	,175	-,135
ISER Passado	Risco Passado Total	11,23 (2,90)	11,70 (1,96)	294,50	,466	-,013
	Risco Passado do Próprio(a)	5,15 (1,69)	5,48 (1,34)	274,50	,309	-,072
	Risco Passado do Ambiente Próximo	6,08 (1,55)	6,22 (1,13)	297,00	,486	-,006
ISER Presente	Risco Atual Total	15,92 (5,62)	17,74 (4,26)	240,50	,122	-,168
	Risco Atual do Próprio(a)	7,08 (2,64)	7,22 (2,68)	290,00	,431	-,026
	Risco Atual do Ambiente Próximo	8,85 (3,67)	10,39 (2,68)	221,50	,060	-,223
	Afetação Atual Total	38,92 (15,08)	45,04 (14,45)	229,50	,083	-,199
	Afetação do Próprio(a)	17,73 (7,28)	18,87 (8,23)	287,50	,412	-,033
	Afetação do Ambiente Próximo	21,19 (9,68)	26,17 (8,09)	212,00	,041	-,249
Risco Total (Atual e Presente)		27,15 (7,91)	29,30 (5,72)	253,50	,184	-,130
Risco Total do Próprio(a)		12,23 (4,04)	12,70 (3,66)	287,00	,407	-,034
Risco Total do Ambiente Próximo		14,92 (4,80)	16,61 (3,31)	236,50	,106	-,179

Na Tabela 38, observamos diferenças estatisticamente significativas nas dimensões Coesão Familiar ($U = 210,00$; $z = -1,79$; $p = ,037$; $r = -,255$) e Afetação do Ambiente Próximo ($U = 212,00$; $z = -1,75$; $p = ,041$; $r = -,249$), segundo a situação laboral dos participantes, verificando-se tamanhos de efeito pequenos.

Verificamos que os participantes que trabalham ($Mdn = 38,50$) apresentam níveis mais elevados de Coesão Familiar do que os participantes que não trabalham ($Mdn = 35,00$).

Constatamos, ainda, que os participantes desempregados ($Mdn = 25,00$) sentem-se mais afetados do que os participantes que trabalham ($Mdn = 19,50$), quanto aos Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco do Ambiente Próximo. Nas restantes dimensões não observámos diferenças significativas em função situação laboral dos participantes.

Tabela 39. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, segundo do tipo de trabalho dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Baixa ou Nula Qualificação (n = 18)	Média Qualificação (n = 9)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
FACES	Coesão Familiar	36,33 (6,06)	40,33 (5,24)	58,00	,122	-,229
	Adaptação Familiar	26,22 (3,75)	30,11 (5,33)	40,00	,017	-,409
ISER Passado	Risco Passado Total	12,11 (2,52)	10,67 (2,40)	54,50	,088	-,265
	Risco Passado do Próprio(a)	5,56 (1,54)	5,11 (1,17)	65,50	,210	-,159
	Risco Passado do Ambiente Próximo	6,56 (1,25)	5,56 (1,67)	52,50	,069	-,290
ISER Presente	Risco Atual Total	16,89 (4,75)	15,44 (6,00)	64,50	,204	-,164
	Risco Atual do Próprio(a)	7,22 (2,18)	7,67 (2,55)	73,00	,342	-,080
	Risco Atual do Ambiente Próximo	9,67 (3,24)	7,78 (3,93)	53,50	,081	-,274
	Afetação Atual Total	41,06 (12,62)	39,00 (17,02)	76,50	,415	-,045
	Afetação do Próprio(a)	17,72 (5,63)	20,00 (7,73)	60,50	,151	-,204
	Afetação do Ambiente Próximo	23,33 (8,70)	19,00 (10,58)	60,50	,152	-,203
Risco Total (Atual e Presente)		29,00 (6,43)	26,11 (8,05)	62,00	,171	-,188
Risco Total do Próprio(a)		12,78 (3,35)	12,78 (3,60)	80,50	,495	-,005
Risco Total do Ambiente Próximo		16,22 (3,96)	13,33 (5,22)	51,00	,063	-,299

Na Tabela 39, constatamos diferenças significativas na dimensão Adaptação Familiar ($U = 40,00$; $z = -2,12$; $p = ,017$; $r = -,409$) segundo o tipo de qualificação profissional dos participantes, observando-se um efeito moderado.

Verificamos que os participantes com média qualificação profissional ($Mdn = 30,00$) apresentam níveis mais elevados de Adaptação Familiar do que os participantes com baixa ou nula qualificação profissional ($Mdn = 26,00$). Nas outras variáveis não encontramos diferenças significativas em função do tipo de trabalho dos participantes.

Tabela 40. Comparação das médias, desvios-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, em função do tipo de família dos participantes, teste *Kruskal-Wallis*

		Monoparental (n = 18)	Biparental (n = 12)	Reconstituída (n = 21)	H	p
		M (DP)	M (DP)	M (DP)		
FACES	Coesão Familiar	35,50 (5,50)	35,83 (6,97)	37,00 (6,37)	0,20	,906
	Adaptação Familiar	26,44 (4,12)	23,17 (3,76)	28,76 (4,04)	12,07	,002
ISER Passado	Risco Passado Total	10,94 (2,67)	11,83 (1,53)	11,76 (2,91)	1,20	,549
	Risco Passado do Próprio(a)	4,83 (1,54)	5,42 (1,16)	5,71 (1,71)	2,82	,244
	Risco Passado do Ambiente Próximo	6,11 (1,49)	6,42 (1,08)	6,05 (1,43)	0,41	,813
ISER Presente	Risco Atual Total	16,11 (5,87)	17,33 (4,96)	17,05 (4,34)	0,27	,872
	Risco Atual do Próprio(a)	6,83 (2,94)	7,08 (2,68)	7,48 (2,40)	0,48	,788
	Risco Atual do Ambiente Próximo	9,28 (3,98)	10,00 (3,16)	9,57 (2,66)	0,19	,909
	Afetação Atual Total	40,22 (15,67)	44,33 (15,66)	42,00 (13,85)	0,36	,837
	Afetação do Próprio(a)	17,78 (7,83)	18,75 (7,96)	18,48 (7,53)	0,06	,972
	Afetação do Ambiente Próximo	22,44 (10,55)	25,58 (8,71)	23,52 (8,07)	0,30	,861
Risco Total (Atual e Presente)		27,06 (8,00)	28,92 (5,85)	28,81 (6,81)	0,51	,774
Risco Total do Próprio(a)		11,67 (4,20)	12,50 (3,37)	13,19 (3,88)	1,30	,521
Risco Total do Ambiente Próximo		15,39 (5,07)	16,42 (3,53)	15,62 (3,73)	0,17	,919

Na Tabela 40, verificamos que existem diferenças significativas na dimensão Adaptação Familiar ($H(2) = 12,07$; $p = ,002$) em função do tipo de família dos participantes. No sentido de analisarmos as diferenças estatisticamente significativas existentes entre os grupos, recorreremos ao teste não-paramétrico de *Mann-Whitney* e aplicámos a correção de *Bonferroni*, tendo-se obtido um nível de significância de 0,0167.

Observamos diferenças estatisticamente significativas na dimensão Adaptação Familiar ($U = 35,00$; $z = -3,42$; $p = ,000$; $r = -,595$), entre os participantes de famílias reconstituídas e participantes de famílias biparentais nucleares, com tamanho de efeito grande.

Constatamos que os participantes cujas famílias são reconstituídas ($Mdn = 21,33$) apresentam níveis superiores de Adaptação Familiar do que os participantes de famílias biparentais nucleares ($Mdn = 9,42$).

Tabela 41. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, segundo o tipo de família dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Biparental (n = 33)	Monoparental (n = 18)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
FACES	Coesão Familiar	36,58 (6,51)	35,50 (5,50)	279,50	,368	-,048
	Adaptação Familiar	26,73 (4,75)	26,44 (4,12)	288,50	,436	-,024
ISER Passado	Risco Passado Total	11,79 (2,47)	10,94 (2,67)	242,50	,141	-,152
	Risco Passado do Próprio(a)	5,61 (1,52)	4,83 (1,54)	218,00	,056	-,224
	Risco Passado do Ambiente Próximo	6,18 (1,31)	6,11 (1,49)	296,00	,492	-,003
ISER Presente	Risco Atual Total	17,15 (4,50)	16,11 (5,87)	270,50	,304	-,073
	Risco Atual do Próprio(a)	7,33 (2,47)	6,83 (2,94)	272,00	,313	-,070
	Risco Atual do Ambiente Próximo	9,73 (2,81)	9,28 (3,98)	287,00	,424	-,028
	Afetação Atual Total	42,85 (14,33)	40,22 (15,67)	269,00	,294	-,077
	Afetação do Próprio(a)	18,58 (7,56)	17,78 (7,83)	285,00	,409	-,033
	Afetação do Ambiente Próximo	24,27 (8,24)	22,44 (10,55)	275,50	,339	-,059
Risco Total (Atual e Presente)		28,85 (6,38)	27,06 (8,00)	261,50	,245	-,098
Risco Total do Próprio(a)		12,94 (3,67)	11,67 (4,20)	247,50	,167	-,137
Risco Total do Ambiente Próximo		15,91 (3,63)	15,39 (5,07)	288,50	,436	-,024

No que diz respeito ao tipo de família (Tabela 41), não se observaram diferenças significativas nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar e Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados entre os participantes de famílias biparentais e monoparentais.

No Risco Passado do Próprio(a), apesar do valor p não atingir o nível de significância considerado ($p < ,05$), observamos um efeito de pequena magnitude ($U = 218,00$; $z = -1,60$; $p = ,056$; $r = -,224$), verificando-se que os participantes de famílias biparentais ($Mdn = 6,00$) apresentam índices mais elevados de acontecimentos de vida stressantes e de risco passados do que os participantes cujas famílias são monoparentais ($Mdn = 5,00$).

Tabela 42. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, segundo o tipo de família dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Extensa (n=10)	Não Extensa (n = 41)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
FACES	Coesão Familiar	37,00 (4,29)	36,00 (6,54)	184,50	,318	-,068
	Adaptação Familiar	26,90 (5,11)	26,56 (4,40)	197,00	,428	-,027
ISER Passado	Risco Passado Total	10,00 (3,40)	11,85 (2,20)	139,00	,058	-,222
	Risco Passado do Próprio(a)	4,10 (1,97)	5,63 (1,30)	113,50	,012	-,312
	Risco Passado do Ambiente Próximo	5,90 (1,66)	6,22 (1,29)	182,50	,297	-,077
ISER Presente	Risco Atual Total	15,30 (5,83)	17,15 (4,78)	166,00	,181	-,130
	Risco Atual do Próprio(a)	5,60 (3,34)	7,54 (2,31)	131,00	,039	-,248
	Risco Atual do Ambiente Próximo	9,40 (3,34)	9,61 (3,25)	193,00	,391	-,040
	Afetação Atual Total	37,30 (13,60)	43,05 (14,91)	166,00	,182	-,130
	Afetação do Próprio(a)	14,20 (8,05)	19,29 (7,23)	128,50	,035	-,254
	Afetação do Ambiente Próximo	23,10 (7,58)	23,76 (9,46)	197,00	,428	-,027
Risco Total (Atual e Presente)		25,00 (9,07)	29,00 (6,24)	143,00	,072	-,206
Risco Total do Próprio(a)		9,70 (5,14)	13,17 (3,22)	120,00	,021	-,283
Risco Total do Ambiente Próximo		15,30 (4,76)	15,83 (4,04)	189,50	,360	-,052

Na Tabela 42, verificamos diferenças significativas nas dimensões Risco Passado do Próprio(a) ($U = 113,50$; $z = -2,23$; $p = ,012$; $r = -,312$), Risco Atual do Próprio(a) ($U = 131,00$; $z = -1,77$; $p = ,039$; $r = -,248$), Afetação do Próprio(a) ($U = 128,50$; $z = -1,82$; $p = ,035$; $r = -,254$) e Risco Total do Próprio(a) ($U = 120,00$; $z = -2,02$; $p = ,021$; $r = -,283$) entre os participantes de famílias extensas e não extensas, com tamanhos do efeito pequenos e moderado.

Observamos que os participantes de famílias não extensas ($Mdn = 6,00$) apresentam índices superiores de acontecimentos de vida stressantes e de risco passados do que os participantes cujas famílias são extensas ($Mdn = 4,50$).

Verificamos que os participantes de famílias não extensas ($Mdn = 8,00$) apresentam também índices mais elevados de acontecimentos de vida stressantes e risco atuais do que os participantes de famílias extensas ($Mdn = 5,00$).

Os participantes cujas famílias são extensas ($Mdn = 13,50$) revelam índices mais baixos de afetação do que os participantes de famílias não extensas ($Mdn = 20,00$).

Por último, constatamos ainda que os participantes de famílias não extensas (*Mdn* = 13,00) evidenciam índices superiores de Risco Total do Próprio(a) do que os participantes de famílias extensas (*Mdn* = 10,00). Nas outras variáveis não encontramos diferenças significativas entre os participantes de famílias extensas e não extensas.

Tabela 43. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, segundo a estabilidade dos rendimentos familiares dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Estável (n = 24)	Instável (n = 27)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
FACES	Coesão Familiar	36,54 (6,37)	35,89 (6,03)	302,00	,342	-,058
	Adaptação Familiar	27,29 (4,83)	26,04 (4,17)	277,00	,190	-,125
ISER Passado	Risco Passado Total	11,00 (2,90)	11,93 (2,15)	271,50	,161	-,140
	Risco Passado do Próprio(a)	5,04 (1,71)	5,59 (1,39)	269,00	,146	-,149
	Risco Passado do Ambiente Próximo	5,96 (1,57)	6,33 (1,14)	286,50	,236	-,102
ISER Presente	Risco Atual Total	15,83 (5,35)	17,63 (4,58)	264,50	,132	-,158
	Risco Atual do Próprio(a)	6,83 (2,50)	7,44 (2,75)	283,50	,224	-,108
	Risco Atual do Ambiente Próximo	8,88 (3,85)	10,19 (2,50)	258,50	,109	-,174
	Afetação Atual Total	39,83 (14,44)	43,78 (14,98)	282,00	,217	-,111
	Afetação do Próprio(a)	17,33 (6,59)	19,15 (8,41)	292,50	,279	-,083
	Afetação do Ambiente Próximo	22,50 (10,12)	24,63 (8,06)	291,00	,270	-,087
Risco Total (Atual e Presente)		26,71 (7,75)	29,56 (6,02)	257,00	,104	-,177
Risco Total do Próprio(a)		11,88 (3,96)	13,04 (3,78)	280,50	,208	-,115
Risco Total do Ambiente Próximo		14,83 (5,00)	16,52 (3,09)	258,50	,109	-,174

No que se refere à estabilidade dos rendimentos familiares (Tabela 43), não observamos diferenças significativas nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar e Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados e respectivos totais entre os participantes com rendimentos estáveis e instáveis.

Tabela 44. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados segundo o tipo de rendimentos familiares dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Trabalho (n = 25)	Trabalho + Apoio Social (n = 22)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
FACES	Coesão Familiar	36,72 (6,35)	36,00 (6,47)	253,50	,326	-,064
	Adaptação Familiar	26,28 (4,58)	27,18 (4,47)	237,50	,215	-,112
ISER Passado	Risco Passado Total	11,20 (3,06)	11,86 (2,10)	247,50	,280	-,083
	Risco Passado do Próprio(a)	5,04 (1,77)	5,68 (1,39)	214,50	,097	-,185
	Risco Passado do Ambiente Próximo	6,16 (1,57)	6,18 (1,22)	264,00	,407	-,034
ISER Presente	Risco Atual Total	16,68 (5,53)	16,45 (4,80)	256,50	,350	-,055
	Risco Atual do Próprio(a)	7,04 (2,79)	7,18 (2,67)	271,50	,472	-,011
	Risco Atual do Ambiente Próximo	9,52 (3,51)	9,27 (3,09)	262,50	,397	-,037
	Afetação Atual Total	41,28 (15,12)	42,23 (15,67)	273,00	,485	-,006
	Afetação do Próprio(a)	17,88 (7,36)	18,77 (8,33)	268,00	,443	-,021
	Afetação do Ambiente Próximo	23,40 (9,39)	23,45 (9,51)	269,00	,452	-,018
Risco Total (Atual e Presente)		27,76 (8,02)	28,32 (6,35)	271,00	,468	-,012
Risco Total do Próprio(a)		12,08 (4,29)	12,86 (3,71)	255,00	,338	-,060
Risco Total do Ambiente Próximo		15,68 (4,64)	15,45 (3,83)	259,50	,373	-,046

No que diz respeito ao tipo de rendimentos familiares, como se pode observar na Tabela 44, não encontramos diferenças significativas nas dimensões Coesão e Adaptação Familiar e Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais e Passados e respetivos totais quanto à proveniência dos rendimentos familiares dos participantes.

No Risco Passado do Próprio (a), apesar de p não atingir o valor de significância considerado ($p < ,05$), observa-se um efeito de pequena magnitude ($U = 214,50$; $z = -1,32$; $p = ,097$; $r = -,185$), verificando-se que os participantes cujos rendimentos familiares provêm do trabalho e apoio social ($Mdn = 6,00$) apresentam índices mais elevados de acontecimentos de vida stressantes e de risco passados do que os participantes cujos rendimentos familiares são provenientes apenas do trabalho ($Mdn = 5,00$).

6.7. Diferenças nos Níveis de Apoio Social Percebido em função das características sociodemográficas

A seguir, apresentamos as diferenças existentes entre as dimensões do Apoio Social Percebido (i.e., Emocional, Material e Informativa), as Redes de Conflito e de Situações Stressantes, em função das características sociodemográficas e familiares dos participantes, nomeadamente, o sexo, a situação marital, a nacionalidade, o nível educativo, a situação laboral, o tipo de trabalho, o tipo de família, a estabilidade e o tipo de rendimentos familiares.

As tabelas respeitantes às categorias do Apoio Social Percebido (i.e., Sentimentos Pessoais, Ajuda Material, Conselho, Feedback, Ajuda Física e Participação Social), que apresentam diferenças significativas em função das diferentes variáveis sociodemográficas e familiares, encontram-se em anexo. No entanto, abordaremos ao longo desta secção as diferenças estatisticamente significativas relativamente às respetivas categorias.

Tabela 45. Comparação das médias, desvio-padrão dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo segundo o sexo dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Feminino (n = 33)	Masculino (n = 18)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede Total	7,00 (3,05)	7,78 (3,14)	243,50	,146	-,149
Rede Emocional	3,52 (1,77)	4,39 (1,91)	214,00	,048	-,233
Rede Material	3,30 (1,76)	3,22 (1,52)	296,00	,495	-,003
Rede Informativa	4,55 (2,66)	4,28 (2,47)	283,50	,397	-,038
Necessidade Total	6,48 (2,07)	5,86 (1,76)	231,50	,129	-,162
Necessidade Emocional	6,91 (2,52)	5,85 (2,14)	202,00	,071	-,211
Necessidade Material	6,42 (2,53)	5,44 (2,81)	209,00	,121	-,170
Necessidade Informativa	6,09 (2,68)	6,21 (2,24)	270,00	,485	-,006
Satisfação Total	6,22 (2,29)	5,24 (2,27)	202,50	,096	-,190
Satisfação Emocional	5,89 (2,64)	5,67 (2,45)	195,00	,354	-,059
Satisfação Material	5,86 (2,94)	4,45 (2,42)	77,00	,091	-,239
Satisfação Informativa	6,32 (3,00)	5,57 (3,18)	142,00	,242	-,118

Na Tabela 45, verificamos diferenças significativas na Rede Emocional ($U = 214,00$; $z = -1,67$; $p = ,048$; $r = -,233$) entre os participantes do sexo masculino e feminino, apesar de se verificar um efeito pequeno. Observamos que os pais ($Mdn = 4,00$) apresentam uma rede

emocional mais ampla do que as mães ($Mdn = 3,00$). Nas restantes dimensões não observámos diferenças significativas entre os sexos dos participantes.

Na Tabela 46 (Anexo G), apresentamos as categorias do Apoio Social Percebido (i.e., Sentimentos Pessoais, Ajuda Material, Conselho, Feedback, Ajuda Física e Participação Social) em função do sexo dos participantes.

Verificamos que existem diferenças significativas na Satisfação com a Ajuda Material ($U = 105,50$; $z = -1,97$; $p = ,024$; $r = -,320$) entre homens e mulheres, observando-se um efeito moderado. Constatamos que as mães ($Mdn = 6,00$) sentem-se mais satisfeitas com a ajuda material do que os pais ($Mdn = 1,00$).

Tabela 47. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função do sexo dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Feminino (n = 33)	Masculino (n = 18)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede Conflitos	2,03 (0,81)	1,94 (1,70)	228,00	,075	-,202
Rede de Risco	3,03 (2,46)	2,28 (1,56)	240,50	,127	-,161
Necessidade Rede de Risco	8,91 (1,77)	8,11 (2,47)	227,00	,066	-,213
Satisfação Rede de Risco	6,79 (3,00)	5,24 (3,78)	218,50	,100	-,183

Como se pode verificar na Tabela 47, não se observaram diferenças significativas nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco entre os participantes do sexo feminino e masculino.

Na Rede de Conflito, apesar de p não atingir o valor de significância considerado ($p < ,05$), observamos um efeito de pequena magnitude, ($U = 228,00$; $z = -1,44$; $p = ,075$; $r = -,202$), verificando-se que as mães apresentam uma rede de conflito mais elevada do que os pais.

Constatamos também que na dimensão Necessidade de Rede de Risco, apesar de p não atingir o valor de significância considerado ($p < ,05$), existe um efeito de pequena magnitude ($U = 227,00$; $z = -1,52$; $p = ,066$; $r = -,213$), observando-se que as mães evidenciaram uma necessidade de rede social de apoio nas situações stressantes e de risco superior aos pais.

Tabela 48. Comparação das médias, desvio-padrão dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo segundo a situação marital dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Tem	Não Tem	U	p	r
	Companheiro(a) (n = 34)	Companheiro(a) (n = 17)			
	M (DP)	M (DP)			
Rede Total	7,00 (2,96)	7,82 (3,30)	247,00	,202	-,119
Rede Emocional	3,91 (1,99)	3,65 (1,58)	262,00	,295	-,077
Rede Material	3,18 (1,71)	3,47 (1,59)	252,50	,232	-,104
Rede Informativa	4,15 (2,45)	5,06 (2,77)	226,00	,103	-,179
Necessidade Total	6,42 (1,85)	5,95 (2,21)	254,50	,301	-,075
Necessidade Emocional	6,63 (2,23)	6,38 (2,82)	263,50	,432	-,026
Necessidade Material	6,30 (2,47)	5,63 (2,99)	231,00	,295	-,079
Necessidade Informativa	6,16 (2,57)	6,09 (2,46)	266,50	,456	-,017
Satisfação Total	5,96 (2,26)	5,67 (2,47)	219,00	,267	-,092
Satisfação Emocional	5,93 (2,85)	5,54 (1,71)	173,00	,284	-,089
Satisfação Material	5,46 (2,54)	5,33 (3,64)	101,50	,471	-,015
Satisfação Informativa	5,92 (3,07)	6,21 (3,14)	142,50	,408	-,040

No que diz respeito à situação marital (Tabela 48), não se observaram diferenças significativas nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo entre os participantes com ou sem companheiro(a).

Na Tabela 49 (Anexo H), verificamos que não existem diferenças estatisticamente significativas nas categorias Sentimentos Pessoais, Ajuda Material, Conselho, Feedback, Ajuda Física e Participação Social (ASSIS) segundo a situação marital dos participantes.

Na Rede de Conselho, apesar do valor p não atingir o valor de significância ($p < ,05$), observa-se um efeito de pequena magnitude ($U = 215,50$; $z = -1,61$; $p = ,056$; $r = -,225$), entre os participantes com e sem companheiro, verificando-se que os participantes que não têm companheiro apresentam uma rede de conselho mais ampla do que os participantes que têm companheiro.

Na Necessidade de Conselho, apesar do valor p não atingir o valor de significância ($p < ,05$), observa-se também um efeito de pequena magnitude ($U = 210,50$; $z = -1,31$; $p = ,097$; $r = -,187$), entre os participantes que têm companheiro e os que não têm companheiro, constatando-se que os participantes com companheiro relataram uma necessidade de conselhos superior do que os participantes sem companheiro.

Tabela 50. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função da situação marital dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Tem Companheiro(a) (n = 34)	Não Tem Companheiro(a) (n = 17)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede de Conflitos	1,85 (0,82)	2,29 (1,69)	255,00	,244	-,101
Rede de Risco	2,65 (2,50)	3,00 (1,46)	211,50	,056	-,224
Necessidade Rede de Risco	9,09 (2,57)	7,71 (2,57)	187,00	,013	-,314
Satisfação Rede de Risco	3,91 (1,99)	6,63 (2,92)	257,00	,379	-,045

Na Tabela 50, observamos que existem diferenças significativas na Necessidade de Rede de Risco ($U = 187,00$; $z = -2,24$; $p = ,013$; $r = -,314$), entre os participantes com e sem companheiro, com um tamanho de efeito moderado.

Constatamos que os participantes que têm companheiro(a) ($Mdn = 10,00$) relataram mais necessidade de rede social de apoio nas situações stressantes e de risco do que os participantes não têm companheiro(a) ($Mdn = 8,00$).

Na Rede de Risco, apesar do valor p não atingir a significância ($p < ,05$), observamos um efeito de pequena magnitude ($U = 211,50$; $z = -1,60$; $p = ,056$; $r = -,224$), verificando-se que os participantes que não têm companheiro(a) ($Mdn = 3,00$) apresentam uma rede social de apoio mais elevada do que os participantes que têm companheiro(a) ($Mdn = 2,00$) nas situações stressantes e de risco.

Tabela 51. Comparação das médias, desvio-padrão dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo em função da nacionalidade dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Imigrante (n = 10)	Português (n = 41)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede Total	6,90 (2,38)	7,37 (3,24)	202,50	,479	-,008
Rede Emocional	3,40 (1,51)	3,93 (1,93)	170,50	,206	-,117
Rede Material	3,00 (1,70)	3,34 (1,67)	179,00	,270	-,088
Rede Informativa	4,10 (1,97)	4,54 (2,71)	193,50	,396	-,039
Necessidade Total	6,29 (2,95)	6,25 (1,70)	191,00	,417	-,031
Necessidade Emocional	6,40 (3,51)	6,58 (2,12)	193,50	,488	-,005
Necessidade Material	6,61 (2,32)	5,95 (2,72)	156,50	,312	-,073
Necessidade Informativa	6,40 (3,26)	6,06 (2,33)	176,00	,323	-,068
Satisfação Total	7,38 (2,61)	5,53 (2,12)	103,00	,027	-,277
Satisfação Emocional	8,00 (2,67)	5,24 (2,21)	58,00	,002	-,435
Satisfação Material	5,86 (3,25)	5,30 (2,76)	78,50	,347	-,073
Satisfação Informativa	7,57 (3,14)	5,65 (2,97)	64,00	,056	-,263

Na Tabela 51, observamos diferenças significativas na Satisfação Total ($U = 103,00$; $z = -1,92$; $p = ,027$; $r = -,277$) e na Satisfação Emocional ($U = 58,00$; $z = -2,85$; $p = ,002$; $r = -,435$) entre os participantes imigrantes e os de nacionalidade portuguesa, com tamanhos de efeito pequeno e moderado.

Verificamos que os participantes imigrantes apresentam níveis mais elevados de Satisfação Total e Satisfação Emocional do que os participantes de nacionalidade portuguesa.

Na Satisfação Informativa, apesar do valor p não atingir a significância ($p < ,05$), observamos um efeito de pequena magnitude ($U = 64,00$; $z = -1,60$; $p = ,056$; $r = -,262$), constatando-se que os participantes imigrantes ($Mdn = 8,00$) apresentam níveis superiores de satisfação informativa do que os participantes de nacionalidade portuguesa ($Mdn = 5,50$).

Na Tabela 52 (Anexo I), apresentamos as diferenças nas categorias do Apoio Social Percebido (i.e., Sentimentos Pessoais, Ajuda Material, Conselho, Feedback, Ajuda Física e Participação Social) em função da nacionalidade dos participantes. Observamos diferenças significativas nas categorias Satisfação com os Sentimentos Pessoais ($U = 103,00$; $z = -,334$; $p = ,040$; $r = -,262$), Satisfação com o Feedback ($U = 102,00$; $z = -1,76$; $p = ,038$; $r = -,262$) e Satisfação com a Participação Social ($U = 110,00$; $z = -2,02$; $p = ,021$; $r = -,294$) entre os participantes de nacionalidade portuguesa e os imigrantes, com tamanhos de efeito pequenos.

Deste modo, constatamos que os participantes imigrantes ($Mdn = 10,00$) sentem-se mais satisfeitos com os sentimentos pessoais do que os participantes de nacionalidade portuguesa ($Mdn = 5,00$).

Ainda na Tabela 52, verificamos que os imigrantes ($Mdn = 10,00$) revelam também níveis mais elevados de satisfação com o feedback do que os participantes de nacionalidade portuguesa ($Mdn = 8,00$). Por último, observamos que os participantes de nacionalidade portuguesa ($Mdn = 6,00$) estão menos satisfeitos com a participação social do que os imigrantes ($Mdn = 10,00$).

Tabela 53. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função da nacionalidade dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Imigrante (n = 10)	Português (n = 41)	U	P	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede de Conflitos	2,30 (0,82)	1,93 (1,25)	143,00	,059	-,219
Rede de Risco	3,10 (2,18)	2,68 (2,22)	173,00	,223	-,110
Necessidade Rede de Risco	8,50 (2,27)	7,37 (3,24)	204,50	,507	-,002
Satisfação Rede de Risco	7,70 (2,98)	3,93 (1,93)	140,50	,073	-,208

Como se pode verificar através da Tabela 53, não observámos diferenças significativas nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função da nacionalidade dos participantes.

Na Rede de Conflitos, apesar de p não atingir o valor de significância considerado ($p < ,05$), observa-se um efeito de pequena magnitude ($U = 143,00$; $z = -1,56$; $p = ,059$; $r = -,219$), verificando-se que os participantes imigrantes ($Mdn = 3,00$) apresentam uma rede de conflito superior aos participantes de nacionalidade portuguesa ($Mdn = 2,00$).

Na Satisfação com a Rede de Risco, apesar de p não atingir o valor de significância considerado ($p < ,05$), observa-se um efeito de pequena magnitude ($U = 140,50$; $z = -1,47$; $p = ,073$; $r = -,208$), constatando-se os participantes imigrantes ($Mdn = 9,00$) estão mais satisfeitos com a rede social de apoio nas situações stressantes e de risco ($Mdn = 7,00$) do que os participantes de nacionalidade portuguesa.

Tabela 54. Comparação das médias, desvios-padrão nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo segundo o nível educativo dos participantes, teste *Kruskal-Wallis*

	Primários Incompletos (n = 27)	Primários Completos (n = 13)	Secundários ou Superior (n = 11)	H	p
	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Rede Total	6,67 (2,66)	8,69 (4,21)	7,09 (1,97)	1,89	,389
Rede Emocional	3,52 (1,70)	4,62 (2,36)	3,64 (1,36)	1,56	,458
Rede Material	2,96 (1,45)	4,23 (1,88)	2,91 (1,58)	4,75	,093
Rede Informativa	3,78 (2,26)	5,31 (3,43)	5,09 (1,76)	4,56	,102
Necessidade Total	6,25 (1,96)	6,27 (1,81)	6,26 (2,35)	0,09	,955
Necessidade Emocional	6,24 (2,51)	6,85 (2,36)	6,86 (2,44)	0,63	,730
Necessidade Material	6,48 (2,18)	5,92 (3,30)	5,36 (2,80)	1,01	,604
Necessidade Informativa	6,00 (2,37)	6,04 (2,58)	6,55 (2,93)	0,27	,874
Satisfação Total	4,83 (2,25)	6,93 (1,39)	7,10 (2,32)	11,84	,003
Satisfação Emocional	5,02 (2,44)	5,85 (2,11)	7,60 (2,48)	5,96	,051
Satisfação Material	4,72 (2,50)	7,50 (2,59)	4,75 (3,11)	5,23	,073
Satisfação Informativa	4,36 (2,73)	8,11 (1,58)	8,29 (2,34)	14,51	,001

Na Tabela 54, verificamos que existem diferenças significativas na Satisfação Total ($H(3) = 11,84$; $p = ,003$) e na Satisfação Informativa ($H(3) = 14,51$; $p = ,001$), segundo o nível educativo dos participantes. No sentido de averiguarmos as diferenças estatisticamente significativas existentes entre os grupos recorreremos ao teste não-paramétrico de *Mann-Whitney* e aplicámos a correção de *Bonferroni*, obtendo-se um nível de significância igual a 0,0167.

Observamos diferenças estatisticamente significativas na dimensão Satisfação Total, entre os participantes com estudos primários incompletos ($Mdn = 4,00$) e os participantes com estudos primários completos ($Mdn = 7,33$) ($U = 67,50$; $z = -2,93$; $p = ,001$; $r = -,474$), e ainda entre os participantes com estudos primários incompletos ($Mdn = 4,00$) e os participantes com estudos secundários ou superiores ($Mdn = 6,59$) ($U = 53,50$; $z = -2,62$; $p = ,004$; $r = -,441$), com tamanhos de efeito moderados. Concluimos que os participantes com estudos primários incompletos sentem-se menos satisfeitos com a rede social de apoio do que os participantes com estudos primários completos e secundários ou superiores.

Na Dimensão Satisfação Informativa observamos diferenças estatisticamente significativas entre os participantes com estudos primários incompletos ($Mdn = 3,50$) e primários completos ($Mdn = 8,50$) ($U = 24,50$; $z = -3,18$; $p = ,000$; $r = -,580$), e também entre os participantes com estudos primários incompletos ($Mdn = 3,50$) e os participantes com estudos

secundários ou superiores ($Mdn = 9,00$) ($U = 20,00$; $z = -2,85$; $p = ,001$; ; $r = -,538$), verificando-se tamanhos de efeito grandes. Constatamos que os participantes com um nível educativo mais elevado (primários completos e secundários ou superiores) revelam níveis de Satisfação Informativa superiores aos participantes com níveis educativos mais baixos (primários incompletos).

Na Tabela 55 (Anexo J), relativa às diferenças nas categorias do Apoio Social Percebido, em função do nível educativo, constatamos que existem diferenças significativas na Satisfação com os Sentimentos Pessoais ($H(3) = 6,71$; $p = ,035$) e na Satisfação com o Conselho ($H(3) = 13,65$; $p = ,001$) entre os diferentes grupos. No sentido de apurarmos as diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, recorreremos ao teste não-paramétrico de *Mann-Whitney* e aplicámos a correção de *Bonferroni*, verificando-se um nível de significância igual a 0,0167.

Observamos diferenças significativas na Satisfação com os Sentimentos Pessoais ($U = 80,00$; $z = -2,17$; $p = ,015$; $r = -,360$), entre os participantes com estudos primários incompletos e os participantes com estudos primários completos, com efeito moderado. Constatamos que os participantes que concluíram os estudos primários ($Mdn = 6,50$) sentem-se mais satisfeitos com os sentimentos pessoais do que os participantes com estudos primários incompletos ($Mdn = 4,00$).

Verificamos diferenças significativas na Satisfação com o Conselho ($U = 52,50$; $z = -2,71$; $p = ,003$; $r = -,471$) entre os participantes com estudos primários incompletos e os participantes com estudos primários completos, com efeito moderado. Verificamos que os participantes com estudos primários completos ($Mdn = 8,00$) sentem-se mais satisfeitos com os conselhos do que os participantes com estudos primários incompletos ($Mdn = 1,00$).

Observamos também diferenças significativas na Satisfação com o Conselho ($U = 22,00$; $z = -3,21$; $p = ,000$; $r = -,585$) entre os participantes com estudos primários incompletos ($Mdn = 1,00$) e os participantes com estudos secundários ou superiores ($Mdn = 8,00$), observando-se um tamanho de efeito grande. Constatamos que os participantes com estudos primários incompletos sentem-se menos satisfeitos com os conselhos do que os participantes com estudos secundários ou superiores. Nas restantes categorias não encontramos diferenças significativas entre o nível educativo dos participantes.

Tabela 56. Comparação das médias, desvios-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco segundo o nível educativo dos participantes, teste *Kruskal-Wallis*

	Primários Incompletos (n = 27)	Primários Completos (n = 13)	Secundários ou Superior (n = 11)	H	p
	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Rede Conflitos	1,96 (1,51)	2,15 (0,69)	1,91 (0,70)	2,33	,313
Rede de Risco Total	2,07 (1,30)	3,69 (3,15)	3,36 (2,25)	6,01	,050
Necessidade Rede de Risco	8,48 (1,99)	9,31 (1,25)	8,18 (2,86)	1,82	,403
Satisfação Rede de Risco	5,59 (3,32)	7,15 (3,69)	6,90 (2,73)	2,64	,267

Na Tabela 56, observamos que existem diferenças significativas na Rede de Risco Total ($H(3) = 6,01$; $p = ,050$), segundo o nível educativo dos participantes. Para percebermos as diferenças significativas existentes entre os grupos, recorremos ao teste não-paramétrico de *Mann-Whitney* e aplicámos a correção de *Bonferroni*, obtendo-se um nível de significância de 0,0167.

De acordo com o nível de significância considerado não foram detetadas diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes grupos.

Tabela 57. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo em função da situação laboral dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Trabalha (n = 26)	Não trabalha (n = 23)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede Total	7,77 (3,17)	6,74 (3,06)	239,00	,115	-,173
Rede Emocional	3,92 (1,70)	3,78 (2,09)	281,00	,360	-,052
Rede Material	3,27 (1,64)	3,22 (1,76)	284,00	,383	-,044
Rede Informativa	4,58 (2,69)	4,30 (2,57)	267,00	,261	-,093
Necessidade Total	6,03 (2,07)	6,51 (1,94)	263,00	,310	-,073
Necessidade Emocional	6,32 (2,44)	6,86 (2,50)	238,00	,218	-,115
Necessidade Material	5,48 (2,75)	6,57 (2,52)	212,00	,128	-,169
Necessidade Informativa	6,33 (2,63)	6,00 (2,50)	258,00	,354	-,056
Satisfação Total	6,41 (2,29)	5,32 (2,22)	187,00	,045	-,251
Satisfação Emocional	6,00 (2,52)	5,50 (2,64)	197,50	,375	-,051
Satisfação Material	5,65 (3,10)	5,29 (2,59)	110,50	,504	,000
Satisfação Informativa	7,56 (2,47)	4,58 (2,97)	68,50	,002	-,474

Na Tabela 57, verificamos diferenças significativas na Satisfação Total ($U = 187,00$; $z = -1,71$; $p = ,045$; $r = -,251$) e na Satisfação Informativa ($U = 68,50$; $z = -2,80$; $p = ,002$; $r = -,474$) em função da situação laboral dos participantes, com tamanhos de efeitos pequeno e moderado, respetivamente. Observamos que os participantes que trabalham ($Mdn = 6,00$) apresentam níveis mais elevados de Satisfação Total do que os participantes que não trabalham ($Mdn = 5,25$). Constatamos também que os participantes que trabalham ($Mdn = 8,00$) apresentam níveis mais altos de Satisfação Informativa dos que os participantes desempregados ($Mdn = 3,75$). Nas outras variáveis não encontramos diferenças significativas entre a situação laboral dos participantes.

Na Tabela 58 (Anexo L), apresentamos as diferenças nas categorias do Apoio Social Percebido em função da situação laboral dos participantes. Com efeito, observamos diferenças significativas nas categorias Necessidade de Ajuda Física ($U = 190,00$; $z = -1,83$; $p = ,033$; $r = -,268$), Satisfação com o Conselho ($U = 115,00$; $z = -2,15$; $p = ,016$; $r = -,344$), e Satisfação com o Feedback ($U = 151,00$; $z = -2,02$; $p = ,022$; $r = -,308$) entre os participantes que trabalham e os que não trabalham, observando-se tamanhos de efeito pequeno a moderados. Verificamos que os participantes que não trabalham ($Mdn = 7,00$) relatam maior necessidade de ajuda física do que os participantes que trabalham ($Mdn = 5,00$). Observamos que os participantes que trabalham ($Mdn = 7,00$) estão mais satisfeitos face aos conselhos do que os desempregados ($Mdn = 2,50$). Constatamos ainda que os sujeitos que trabalham ($Mdn = 9,50$) apresentam também pontuações mais elevadas na satisfação com o feedback do que os sujeitos desempregados ($Mdn = 6,00$).

Tabela 59. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função da situação laboral dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Trabalha	Não trabalha	U	p	r
	(n = 26)	(n = 23)			
	M (DP)	M (DP)			
Rede Conflitos	1,77 (0,71)	2,26 (1,54)	250,00	,153	-,149
Rede de Risco	2,73 (1,80)	2,87 (2,67)	283,00	,373	-,047
Necessidade Rede de Risco	7,96 (2,47)	9,35 (1,23)	198,00	,013	-,319
Satisfação Rede de Risco	6,32 (2,97)	6,30 (3,76)	282,50	,461	-,015

Na Tabela 59, verificamos diferenças significativas na Necessidade de Rede de Risco ($U = 198,00$; $z = -2,23$; $p = ,013$; $r = -,319$), em função da situação laboral dos participantes, observando-se um efeito moderado. Constatamos que os participantes desempregados ($Mdn = 10,00$) apresentam maior necessidade de rede social de apoio face às situações stressantes e de risco do que os participantes que trabalham ($Mdn = 8,50$).

Não se verificaram diferenças significativas nas restantes dimensões avaliadas em função da situação laboral dos participantes.

Tabela 60. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo em função do tipo de trabalho dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Baixa ou Nula Qualificação (n = 18)	Média Qualificação (n = 9)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede Total	7,50 (2,43)	8,44 (4,19)	75,00	,385	-,060
Rede Emocional	3,67 (1,33)	4,33 (2,29)	71,00	,310	-,101
Rede Material	3,28 (1,41)	3,67 (1,94)	79,00	,466	-,020
Rede Informativa	4,17 (2,36)	5,44 (3,17)	61,50	,159	-,196
Necessidade Total	6,05 (1,94)	6,44 (1,93)	71,50	,401	-,053
Necessidade Emocional	6,00 (2,56)	7,11 (1,82)	57,50	,158	-,202
Necessidade Material	6,44 (2,21)	4,78 (3,02)	47,50	,085	-,279
Necessidade Informativa	5,81 (2,49)	7,44 (2,28)	44,00	,058	-,319
Satisfação Total	6,37 (2,79)	6,41 (1,19)	70,00	,461	-,023
Satisfação Emocional	6,07 (2,62)	6,19 (2,40)	53,50	,440	-,037
Satisfação Material	5,80 (3,35)	5,10 (3,07)	22,00	,366	-,095
Satisfação Informativa	6,75 (2,84)	8,43 (1,43)	28,00	,124	-,275

Na Tabela 60, não observámos diferenças estatisticamente significativas nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo entre os participantes em função do tipo de trabalho.

Na Tabela 61 (Anexo M), apresentamos as diferenças nas categorias do Apoio Social Percebido em função do tipo de trabalho. Constatamos que existem diferenças significativas na Necessidade de Sentimentos pessoais ($U = 34,50$; $z = -2,29$; $p = ,010$; $r = -,450$), Necessidade de Ajuda Material ($U = 40,00$; $z = -1,85$; $p = ,034$; $r = -,370$) e Necessidade de Feedback ($U = 39,50$;

$z = -2,03$; $p = ,020$; $r = -,399$), entre os participantes com baixa ou nula qualificação e os participantes com média qualificação, com tamanhos de efeito moderados.

Constatamos que os participantes com média qualificação profissional ($Mdn = 8,00$) apresentam pontuações mais elevadas na Necessidade de Sentimentos Pessoais do que os participantes com baixa ou nula qualificação ($Mdn = 5,00$).

Verificamos que os participantes que possuem média qualificação ($Mdn = 10,00$) evidenciam uma Necessidade de Feedback superior aos participantes com baixa ou nula qualificação profissional ($Mdn = 6,00$).

Observamos ainda que os participantes com baixa ou nula qualificação profissional ($Mdn = 8,00$) relataram maior Necessidade de Ajuda Material do que os participantes com média qualificação ($Mdn = 4,00$). Nas outras categorias não encontramos diferenças significativas em função do tipo de trabalho.

Tabela 62. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função do tipo de trabalho dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Baixa ou Nula Qualificação (n = 18)	Média Qualificação (n = 9)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede Conflitos	1,78 (0,73)	1,89 (0,78)	74,50	,431	-,070
Rede de Risco	2,61 (2,00)	3,00 (1,22)	58,00	,120	-,233
Necessidade Risco	8,00 (2,22)	8,89 (1,45)	64,00	,195	-,178
Satisfação Risco	6,33 (3,07)	6,00 (3,00)	75,00	,385	-,060

Na Tabela 62, não encontramos diferenças significativas nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco, entre os participantes com baixa ou nula qualificação profissional e os que possuem média ou alta qualificação.

Tabela 63. Comparação das médias, desvios-padrão nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo segundo o tipo de família dos participantes, teste *Kruskal-Wallis*

	Monoparental	Biparental	Reconstituída	H	p
	(n = 18)	(n = 12)	(n = 21)		
	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Rede Total	7,78 (3,21)	6,67 (3,11)	7,19 (3,01)	1,25	,536
Rede Emocional	3,67 (1,53)	3,33 (2,53)	4,24 (1,64)	3,68	,159
Rede Material	3,50 (1,54)	3,42 (1,83)	3,00 (1,70)	1,15	,562
Rede Informativa	5,11 (2,70)	4,00 (2,80)	4,14 (2,33)	2,69	,260
Necessidade Total	5,89 (2,16)	6,05 (1,62)	6,71 (1,99)	1,56	,459
Necessidade Emocional	6,39 (2,74)	6,64 (2,30)	6,63 (2,30)	0,04	,982
Necessidade Material	5,50 (2,94)	6,29 (1,89)	6,45 (2,80)	0,92	,631
Necessidade Informativa	6,03 (2,40)	5,00 (2,55)	6,95 (2,41)	4,00	,135
Satisfação Total	5,66 (2,38)	5,81 (1,92)	6,08 (2,54)	0,60	,741
Satisfação Emocional	5,61 (1,67)	5,90 (2,74)	5,92 (3,06)	0,14	,931
Satisfação Material	5,33 (3,64)	5,89 (2,46)	5,18 (2,64)	0,91	,633
Satisfação Informativa	6,21 (3,14)	4,86 (3,28)	6,33 (2,98)	1,25	,535

Na Tabela 63, não observámos diferenças significativas nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo, entre os participantes de famílias monoparentais, biparentais nucleares e reconstituídas.

Na Tabela 64, não encontramos diferenças significativas nas categorias do Apoio Social Percebido, segundo o tipo de família dos participantes, embora na categoria Rede de Conselho a diferença esteja muito próxima do nível de significância considerado ($p < ,05$) (ver anexo N).

Tabela 65. Comparação das médias, desvios-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco segundo o tipo de família dos participantes, teste *Kruskal-Wallis*

	Monoparental	Biparental	Reconstituída	H	p
	(n = 18)	(n = 12)	(n = 21)		
	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Rede Conflitos	2,33 (1,64)	1,75 (0,97)	1,86 (0,73)	1,54	,463
Rede de Risco Total	3,00 (1,41)	3,00 (3,38)	2,43 (1,96)	3,01	,222
Necessidade Rede de Risco	7,72 (2,49)	9,58 (0,79)	8,86 (1,90)	6,94	,031
Satisfação Rede de Risco	6,65 (2,83)	6,67 (3,65)	5,71 (3,59)	0,59	,536

Na Tabela 65, verificamos que existem diferenças significativas na Necessidade de Rede de Risco ($H(3) = 6,94$; $p = ,031$), entre os participantes de famílias monoparentais, biparentais nucleares e reconstituídas. No sentido de percebermos as diferenças significativas entre os grupos recorreremos ao teste não-paramétrico de *Mann-Whitney* e aplicamos a correção de *Bonferroni*, verificando-se um nível de significância $p < ,0167$.

Constatamos que existem diferenças significativas na Necessidade Rede de Risco ($U = 53,50$; $z = -2,49$; $p = ,007$; $r = - ,455$) entre as famílias biparentais nucleares e monoparentais, observando-se um efeito moderado.

Verificamos que os participantes de famílias biparentais nucleares ($Mdn = 20,04$) apresentam pontuações mais elevadas na necessidade de rede de apoio social face às situações stressantes e de risco do que os participantes de famílias monoparentais ($Mdn = 12,47$). Nas restantes dimensões não observámos diferenças significativas em função do tipo de família.

Tabela 66. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo segundo o tipo de família dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Biparental (n = 33)	Monoparental (n = 18)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede Total	7,00 (3,01)	7,78 (3,21)	252,50	,191	-,124
Rede Emocional	3,91 (2,02)	3,67 (1,53)	275,50	,337	-,060
Rede Material	3,15 (1,73)	3,50 (1,54)	251,00	,181	-,129
Rede Informativa	4,09 (2,47)	5,11 (2,70)	220,00	,063	-,216
Necessidade Total	6,46 (1,86)	5,89 (2,16)	251,50	,234	-,104
Necessidade Emocional	6,63 (2,27)	6,39 (2,74)	270,00	,428	-,027
Necessidade Material	6,39 (2,46)	5,50 (2,94)	223,00	,194	-,127
Necessidade Informativa	6,19 (2,61)	6,03 (2,40)	268,00	,412	-,033
Satisfação Total	5,98 (2,30)	5,66 (2,38)	225,50	,256	-,096
Satisfação Emocional	5,91 (2,90)	5,61 (1,67)	188,50	,357	-,058
Satisfação Material	5,46 (2,54)	5,33 (3,64)	101,50	,471	-,015
Satisfação Informativa	5,92 (3,07)	6,21 (3,14)	142,50	,408	-,040

Na Tabela 66, não observámos diferenças significativas nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo entre os participantes de famílias biparentais e monoparentais.

Na Rede Informativa, apesar do valor p não atingir o nível de significância considerado ($p < ,05$), observou-se um efeito de pequena magnitude ($U = 220,00$; $z = -1,54$; $p = ,063$; $r = -,216$), verificando-se que os participantes cujas famílias são monoparentais ($Mdn = 4,50$) apresentam uma rede informativa superior aos participantes de famílias biparentais ($Mdn = 4,00$).

Na Tabela 67, relativa às diferenças nas categorias do Apoio Social Percebido, em função do tipo de família observamos diferenças significativas na Rede de Conselho ($U = 213,50$; $z = -1,80$; $p = ,037$; $r = -,252$) entre os participantes de famílias biparentais e monoparentais. Contudo, o tamanho do efeito é pequeno. Verificamos que os participantes de famílias monoparentais ($Mdn = 2,00$) apresentam uma rede de conselho mais elevada do que os participantes de famílias biparentais ($Mdn = 1,00$). Não se verificaram diferenças significativas nas restantes categorias avaliadas segundo o tipo de família (ver anexo O).

Tabela 68. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função do tipo de família dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Biparental (n = 33)	Monoparental (n = 18)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede de Conflitos	1,82 (0,81)	2,33 (1,64)	245,00	,146	-,152
Rede de Risco	2,64 (2,53)	3,00 (1,41)	212,50	,044	-,241
Necessidade Risco	9,12 (1,62)	7,72 (2,49)	183,00	,007	-,347
Satisfação Risco	6,06 (3,59)	6,65 (2,83)	265,00	,377	-,046

Na Tabela 68, constatamos diferenças significativas nas Dimensões Rede de Risco ($U = 212,50$; $z = -1,72$; $p = ,044$; $r = -,241$) e Necessidade de Rede de Risco ($U = 183,00$; $z = -2,48$; $p = ,007$; $r = -,347$), entre os participantes de famílias biparentais e monoparentais, observando-se tamanhos de efeito pequeno e moderado. Verificamos que os participantes de famílias monoparentais ($Mdn = 3,00$) apresentam uma rede social de apoio mais ampla nas situações stressantes e de risco do que os participantes de famílias biparentais ($Mdn = 2,00$).

Observamos que os participantes cujas famílias são biparentais ($Mdn = 10,00$) apresentam pontuações mais elevadas na necessidade de rede social de apoio face às situações stressantes e de risco do que os participantes de famílias monoparentais ($Mdn = 8,00$). Nas restantes variáveis não encontramos diferenças significativas entre o tipo de família dos participantes.

Tabela 69. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo em função do tipo de família dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Extensa	Não Extensa	U	p	r
	(n = 10)	(n = 41)			
	M (DP)	M (DP)			
Rede Total	6,20 (1,99)	7,54 (3,25)	156,50	,126	-,162
Rede Emocional	3,30 (1,70)	3,95 (1,88)	151,50	,100	-,181
Rede Material	3,00 (1,63)	3,34 (1,68)	179,50	,276	-,086
Rede Informativa	3,40 (1,58)	4,71 (2,71)	142,00	,066	-,212
Necessidade Total	5,72 (1,91)	6,39 (1,99)	175,00	,277	-,086
Necessidade Emocional	6,05 (2,15)	6,67 (2,50)	163,00	,218	-,114
Necessidade Material	4,95 (2,78)	6,37 (2,56)	137,00	,091	-,195
Necessidade Informativa	6,15 (2,38)	6,13 (2,57)	194,00	,493	-,004
Satisfação Total	5,27 (2,28)	6,01 (2,32)	134,50	,143	-,157
Satisfação Emocional	5,33 (2,45)	5,94 (2,60)	139,00	,342	-,064
Satisfação Material	5,10 (2,88)	5,48 (2,87)	59,50	,350	-,074
Satisfação Informativa	4,25 (2,25)	6,50 (3,09)	65,50	,031	-,308

Na Tabela 69, verificamos diferenças significativas na Satisfação Informativa ($U = 65,50$; $z = -1,87$; $p = ,031$; $r = -,308$), em função do tipo de família (extensa e não extensa), observando-se um efeito moderado. Constatamos que os participantes cujas famílias são não extensas ($Mdn = 7,50$) apresentam-se mais satisfeitos ao nível informativo do que os participantes de famílias extensas ($Mdn = 3,75$).

Na Tabela 70, respeitante às diferenças nas categorias do Apoio Social Percebido em função do tipo de família (extensa e não extensa) (ver Anexo P). Constatamos diferenças significativas na Rede de Participação Social ($U = 136,00$; $z = -1,67$; $p = ,048$; $r = -,234$) e na Satisfação com os Conselhos ($U = 86,00$; $z = -1,87$; $p = ,030$; $r = -,292$), entre os participantes de famílias extensas e não extensas. Contudo, o tamanho dos efeitos é pequeno. Verificou-se que os participantes de famílias não extensas ($Mdn = 3,00$) apresentam pontuações mais elevadas na Rede de Participação Social do que os participantes cujas famílias são extensas ($Mdn = 1,00$). Observou-se também que os participantes de famílias não extensas ($Mdn = 7,00$) estão mais satisfeitos com os conselhos do que os participantes de famílias extensas ($Mdn = 1,00$).

Tabela 71. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função do tipo de família dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Extensa (n = 10)	Não Extensa (n = 41)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede de Conflitos	2,30 (2,11)	1,93 (0,85)	196,00	,438	-,032
Rede de Risco	3,00 (2,54)	2,71 (2,14)	200,50	,460	-,015
Necessidade Risco	6,20 (1,99)	8,83 (1,80)	160,50	,126	-,163
Satisfação Risco	3,30 (1,70)	6,10 (3,46)	165,00	,315	-,071

Na Tabela 71, não observámos diferenças estatisticamente significativas nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco segundo o tipo de famílias extensas ou não extensas.

Tabela 72. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões do Apoio Emocional, Material e Informativo segundo a estabilidade dos rendimentos familiares dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Estável (n = 24)	Instável (n = 27)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede Total	7,63 (3,63)	6,96 (2,50)	314,50	,431	-,025
Rede Emocional	3,88 (1,90)	3,78 (1,85)	316,00	,441	-,022
Rede Material	3,29 (1,76)	3,26 (1,61)	319,00	,464	-,013
Rede Informativa	4,50 (2,90)	4,41 (2,29)	299,50	,323	-,066
Necessidade Total	5,94 (1,75)	6,55 (2,15)	257,00	,145	-,151
Necessidade Emocional	6,70 (2,19)	6,40 (2,65)	284,00	,384	-,043
Necessidade Material	5,33 (2,67)	6,81 (2,44)	201,00	,036	-,260
Necessidade Informativa	5,80 (2,34)	6,42 (2,66)	257,50	,205	-,119
Satisfação Total	6,18 (2,27)	5,59 (2,35)	238,50	,158	-,146
Satisfação Emocional	6,05 (2,71)	5,59 (2,43)	206,00	,274	-,093
Satisfação Material	5,89 (3,22)	5,06 (2,52)	115,50	,349	-,071
Satisfação Informativa	6,76 (2,70)	5,38 (3,25)	124,00	,082	-,232

Na Tabela 72, verificamos diferenças significativas na Necessidade Material ($U = 201,00$; $z = -1,80$; $p = ,036$; $r = -,260$), com efeito pequeno, observando-se que os participantes cujos rendimentos familiares são instáveis ($Mdn = 8,00$) apresentam níveis mais elevados de necessidade material do que os participantes com rendimentos familiares estáveis ($Mdn = 6,50$).

Na Tabela 73 (Anexo Q), não encontramos diferenças significativas nas categorias do Apoio Social Percebido em função da estabilidade dos rendimentos familiares dos participantes.

Tabela 74. Comparação das médias, desvio-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco segundo a estabilidade dos rendimentos familiares dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Estável (n = 24)	Instável (n = 27)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede de Conflitos	1,71 (0,75)	2,26 (1,43)	247,00	,065	-,216
Rede de Risco	2,42 (1,82)	3,07 (2,48)	265,00	,127	-,161
Necessidade Risco	8,13 (2,44)	9,07 (1,57)	254,00	,075	-,204
Satisfação Risco	5,91 (3,32)	6,56 (3,38)	276,00	,250	-,097

Na Tabela 74, não observamos diferenças significativas nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco segundo a estabilidade dos rendimentos familiares dos participantes.

Tabela 75. Comparação das médias, desvios-padrão nas dimensões Apoio Emocional, Material e Informativo segundo o tipo de rendimentos familiares dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Trabalho (n = 25)	Trabalho + Apoio Social (n = 22)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede Total	6,88 (3,05)	7,91 (3,29)	211,50	,088	-,199
Rede Emocional	3,68 (1,80)	4,00 (2,09)	239,50	,224	-,112
Rede Material	3,12 (1,48)	3,45 (1,99)	253,00	,321	-,069
Rede Informativa	3,92 (2,50)	5,14 (2,77)	192,00	,037	-,262
Necessidade Total	5,81 (2,08)	6,41 (1,56)	220,50	,180	-,137
Necessidade Emocional	6,54 (2,40)	6,10 (2,37)	219,50	,233	-,111
Necessidade Material	5,54 (2,81)	6,23 (2,16)	213,00	,265	-,096
Necessidade Informativa	5,52 (2,66)	6,65 (2,16)	183,50	,065	-,227
Satisfação Total	6,08 (2,30)	6,06 (2,30)	238,50	,474	-,011
Satisfação Emocional	5,85 (2,64)	6,42 (2,19)	157,50	,182	-,147
Satisfação Material	5,54 (3,12)	5,50 (2,97)	97,50	,497	-,004
Satisfação Informativa	6,56 (2,61)	5,97 (3,43)	132,50	,350	-,068

Na Tabela 75, verificamos diferenças significativas na Rede Informativa ($U = 192,00$; $z = -1,80$; $p = ,037$; $r = -,262$) em função do tipo de rendimentos familiares dos participantes. Porém, o tamanho do efeito é pequeno. Constatamos que os participantes cujos rendimentos familiares provêm do trabalho e apoio social ($Mdn = 5,00$) apresentam uma rede informativa mais ampla do que os participantes cujos rendimentos familiares são provenientes apenas do trabalho ($Mdn = 3,00$).

Na Tabela 76, apresentamos as diferenças nas categorias do Apoio Social Percebido segundo o tipo de rendimentos familiares (ver anexo R). Observamos diferenças significativas na Rede de Ajuda Material ($U = 160,00$; $z = -2,59$; $p = ,005$; $r = -,377$) e na Rede de Feedback ($U = 173,00$; $z = -2,21$; $p = ,013$; $r = -,322$), entre os participantes cujos rendimentos familiares são provenientes apenas do trabalho e os participantes cujos rendimentos são provenientes do trabalho e apoio social em simultâneo, observando-se tamanhos de efeito moderados.

Verificamos que os participantes cujos rendimentos familiares são provenientes do trabalho e apoio social ($Mdn = 2,00$) apresentam uma Rede de Ajuda Material superior aos participantes cujos rendimentos familiares são provenientes apenas do trabalho ($Mdn = 1,00$). Constatamos também que os participantes com rendimentos familiares do trabalho e apoio social ($Mdn = 4,00$) evidenciam uma Rede de Feedback mais ampla do que os participantes que possuem como única fonte de rendimento familiar o trabalho ($Mdn = 2,00$).

Tabela 77. Comparação das médias, desvios-padrão nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco segundo o tipo de rendimentos familiares dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Trabalho (n = 25)	Trabalho + Apoio Social (n = 22)	H	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Rede Conflitos	1,72 (0,74)	2,23 (1,57)	229,00	,156	-,152
Rede de Risco	2,44 (1,78)	3,18 (2,65)	223,50	,131	-,165
Necessidade Rede de Risco	8,12 (2,52)	9,18 (1,14)	222,50	,112	-,179
Satisfação Rede de Risco	6,58 (3,23)	6,18 (3,49)	248,50	,367	-,051

Na Tabela 77, não encontramos diferenças significativas nas Redes de Conflito e de Situações Stressantes e de Risco em função do tipo de rendimentos familiares dos participantes.

Capítulo 7. Discussão dos Resultados

Capítulo 7. Discussão dos Resultados

7.1. Perfil Psicossocial das Famílias

O presente capítulo dedicar-se-á à discussão dos resultados obtidos, que iniciará com uma análise das características sociodemográficas dos participantes e das suas famílias.

Um dos objetivos delineados no nosso estudo consistia em descrever o perfil sociodemográfico das famílias com menores em risco psicossocial. Os resultados obtidos na presente investigação mostraram que se trata de um grupo especialmente vulnerável, na medida em que vivem circunstâncias que dificultam as suas trajetórias de vida, caracterizadas por um baixo nível educativo, precaridade económica e profissional. Estes resultados coincidem com várias investigações desenvolvidas com famílias em situação de risco psicossocial (Garrido & Grimaldi, 2010; Menéndez et al., 2010; Menéndez et al., 2012; Nunes et al., 2011; Rodríguez et al., 2006; Sousa & Rodrigues, 2009).

Para além da elevada taxa de desemprego, e da maioria dos seus trabalhos serem de baixa qualificação (62,1%), a maioria dos participantes refere que são irregulares (52,9%) e sem vinculação a um contrato de trabalho (54,9%), como também tem vindo a ser demonstrado noutros estudos empíricos (Menéndez et al., 2010; Menéndez et al., 2012; Nunes et al., 2011). No nosso estudo, observámos uma associação positiva entre o nível educativo e o tipo de trabalho dos participantes, que coloca em evidência o facto de a sua maioria não ter concluído os estudos primários (52,9%), apenas uma minoria possuir estudos universitários (7,8%), e os tipos de trabalho serem maioritariamente de baixa qualificação (62,1%). Este resultado coincide com aquele observado por Nunes e colaboradores (2011), numa amostra de famílias em risco, embora com valores superiores, observando uma elevada percentagem de baixas qualificações profissionais (77%) e reduzido nível educativo (70%) das participantes que não tinha concluído os estudos primários.

No nosso estudo verificámos uma associação positiva entre o nível educativo e os rendimentos familiares e dos participantes. Da análise efetuada à situação económica das famílias, os resultados indicaram uma média de rendimentos familiares mensais de 817,22€, qualificados como instáveis (52,9%), e obtidos sobretudo através do trabalho (49%). Para além destes, as famílias evidenciaram uma significativa dependência económica de ajudas sociais (51%), sendo que nalguns casos das famílias (8%) constituía a sua única fonte de rendimento. Estes resultados coincidem com alguns estudos empíricos prévios (Garrido & Grimaldi, 2010; Hidalgo, Lorence et al., 2009; Menéndez et al., 2012; Nunes et al., 2011). Hidalgo, Lorence e

colaboradores (2009) e Menéndez e colaboradores (2012) obtiveram resultados muito semelhantes ao nosso estudo, observando baixo nível educativo, precaridade económica e profissional das famílias, que apresentavam uma média mensal de rendimentos (900€ vs 945,44€), instáveis (40% vs 45,3%) e recebiam ajudas sociais (49% vs 62%), sugerindo deste modo a elevada dependência económica destas famílias em relação aos serviços sociais. Menéndez e colaboradores (2012), também verificaram na sua amostra que (14%) das famílias tinha como única fonte de rendimento as ajudas sociais. Por sua vez, Garrido e Grimaldi (2010) e Menéndez e colaboradores (2012) concluíram a elevada precaridade económica e laboral, na qual vivem as famílias em situação de risco psicossocial, atendendo a fatores associados a rendimentos reduzidos, instáveis em aproximadamente metade das ocasiões, o que não surpreende que mais de metade (62%) das famílias fossem beneficiárias de ajudas sociais, circunstância que contribuía para aliviar a sua difícil situação económica, como também aumentava a dependência destas famílias de ajudas externas.

Quanto à estrutura familiar verificámos que a maioria das famílias era do tipo biparental (64,7%) e monoparental (35,3%). Parece-nos particularmente relevante, a elevada presença de famílias do tipo monoparental com menores em risco psicossocial. Estes resultados são coerentes com outros estudos desenvolvidos com famílias de risco em Portugal (Nunes et al., 2011; Sousa & Rodrigues 2009) e em Espanha (Arruabarrena & De Paúl, 2002; Hidalgo, Menéndez et al., 2009; Menéndez et al., 2012; Martín et al., 2004; Menéndez et al., 2010; Moreno, 2002; Rodrigo et al., 2006; Rodríguez et al., 2006), no último caso, acompanhadas pelos serviços sociais, por razões de preservação familiar.

De facto, a monoparentalidade por si só não constitui um fator de risco. Porém, é um fator que, associado a outros fatores de risco, aumenta a vulnerabilidade destas famílias, e por consequência, pode constituir uma maior probabilidade de risco para o adequado desenvolvimento dos menores (Rodríguez et al., 2006). A este propósito, Hidalgo, Lorence e colaboradores (2009), no estudo realizado com famílias monoparentais femininas em risco psicossocial, observaram que estas famílias lidam diariamente com circunstâncias de vida particularmente difíceis associadas a um baixo nível educativo, elevada precaridade económica e laboral, com uma expressão mais desfavorável a nível económico comparativamente com as famílias de risco do tipo biparental. Por sua vez, Menéndez e colaboradores (2012), apesar de não analisarem em particular o perfil psicossocial das famílias do tipo monoparental, observaram no seu estudo o modesto papel dos pais do ponto de vista económico em relação aos filhos nas famílias monoparentais, uma vez que apenas 36,4% dos pais contribuía com a pensão de alimentos devida aos filhos. Também Hidalgo, Lorence e colaboradores (2009), na sua amostra

com famílias em risco psicossocial constataram uma significativa presença de famílias monoparentais (40%), e concluíram que (90%) dos pais não contribuía economicamente no sentido de apoiar os seus filhos.

Para além destes fatores, verificámos algumas características positivas destas famílias que coincidem com alguns estudos empíricos prévios (Menéndez et al., 2010; Menéndez et al., 2012; Nunes et al., 2011), que podem funcionar como fatores protetores, nomeadamente, o tamanho normativo das famílias ($M = 3,76$; $DP = 1,35$), com menores a seu cargo ($M = 2,22$; $DP = 1,45$), e o facto da maioria dos participantes (92,2%) considerar viver num ambiente familiar estável, sem mudanças recentes na composição do seu agregado familiar, que consubstanciam condições favoráveis. É de salientar, que no nosso estudo não observámos sobrelotação dos lares dos analisados.

Os resultados descritos são corroborados por diversos estudos empíricos desenvolvidos com famílias em situação de risco psicossocial, cujas evidências empíricas têm salientado a importância da necessidade em diferenciar pobreza e exclusão social, assinalando que o que define as famílias em situação de risco, não é tanto ou apenas a sua condição económica, que deriva de uma conceção mais clássica e tradicional, de carácter assistencial, ligada exclusivamente à precaridade económica, mas sobretudo, a exclusão social entendida pelo facto destas famílias viverem circunstâncias de precaridade muito diversa (económica, educativa e profissional), que dificultam ou impedem o acesso a direitos sociais que garantam a participação plena na sociedade (Subirats et al., 2004; Raya, 2004).

Neste sentido, para além dos fatores de risco torna-se fundamental ter em consideração os fatores de proteção que podem coexistir, como a coesão familiar e a rede social de apoio (Cecconello, 2003), que uma vez presentes, podem mitigar o efeito negativo dos fatores de risco e apoiar as famílias a lidar e a ultrapassar as circunstâncias de vida adversas, aliadas a uma grande complexidade e diversidade nas quais se veem implicadas.

A seguir, passaremos à discussão dos resultados que observámos nas dimensões estudadas, nomeadamente, acontecimentos de vida stressantes, coesão e adaptação familiar e apoio social percebido associados às famílias com menores em risco psicossocial.

7.2. Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco

No que diz respeito aos acontecimentos de vida stressantes e de risco, os resultados obtidos no nosso estudo coincidem com algumas investigações que têm centrado o seu estudo em determinar a incidência dos acontecimentos de vida negativos em famílias em situação de risco psicossocial (Gracia et al., 1991; Lorence et al., 2009; Moreno, 2002; Menéndez et al., 2010; Nunes et al., 2011; Rodrigo et al., 2008; Trigo, 1998).

Na presente investigação, verificámos um elevado número de acontecimentos de vida stressantes e de risco nas circunstâncias atuais dos participantes e do seu ambiente próximo ($M = 7,16$; $M = 9,57$), e ainda, uma elevada incidência de acontecimentos de vida negativos passados ($M = 5,33$; $M = 6,16$), respetivamente. Os níveis de acontecimentos de vida stressantes e de risco dos nossos participantes foram superiores àqueles observados por Nunes e colaboradores (2011), que pode ser justificado pelo facto da nossa amostra, à data da investigação, ser objeto de intervenção e acompanhamento por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, inerente a situações declaradas de perigo efetivo para os menores, consubstanciada pela aplicação de uma medida de promoção e proteção de apoio junto dos pais, a favor das crianças e dos jovens. Por sua vez, Hidalgo, Lorence e colaboradores (2009), no estudo desenvolvido com uma população de risco, com características semelhantes à nossa amostra, observaram a existência de três grupos distintos em função do número de acontecimentos stressantes e de risco, obtendo os seguintes resultados: baixo (25%, até 6), médio (50%, 6-15), e alto risco (25%, mais de 15), sugerindo percursos e condições de vida complicadas das famílias, com elevada vulnerabilidade.

No nosso estudo, observámos que o risco atual dos participantes estava positivamente associado ao risco atual do seu ambiente próximo. Verificámos, igualmente, que as dimensões dos acontecimentos de vida stressantes e de risco atuais (risco e afetação) dos participantes e da sua família estavam positiva e significativamente associadas aos acontecimentos de vida stressantes e de risco passados. Assim, para além do perfil sociodemográfico descrito (baixo nível educativo, precaridade económica e profissional), estes dados refletem as trajetórias de vida e as circunstâncias atuais dos pais e das famílias com menores em risco, caracterizadas pela acumulação de acontecimentos de vida stressantes e de risco associados a um elevado impacto emocional e aumento da sua vulnerabilidade. Estes resultados vão ao encontro àqueles observados por Nunes e colaboradores (2011), que observaram a complexidade e diversidade de problemáticas que afetam as mães e o seu meio familiar, com relevante impacto emocional e aumento da sua vulnerabilidade. Estes resultados coincidem com diversas investigações

desenvolvidas com famílias de risco (Arruabarrena & De Paúl, 2002; Gómez et al., 2009; Gracia et al., 1991; Menéndez et al., 2010; Moreno, 2002; Nunes et al., 2011; Rodrigo et al., 2008; Rodrigo, Camacho et al., 2009; Rodríguez et al., 2006; Trigo, 1998), que demonstram que as trajetórias de vida e as circunstâncias atuais destas famílias caracterizam-se por uma notável acumulação de experiências e situações stressantes e elevado impacto emocional. Por exemplo, Trigo (1998) procedeu à análise de 296 casos de famílias em situação de risco psicossocial acompanhadas pelos serviços sociais de Sevilha, e concluiu que as famílias estavam submetidas a uma sucessão incessante e imprevisível de acontecimentos de vida stressantes e de risco.

Diversos estudos empíricos têm evidenciado a diversidade do tipo de problemas que afetam as famílias com menores em risco psicossocial (Lorence et al., 2009; Menéndez et al., 2010; Nunes et al., 2011; Pons-Salvador et al., 2005; Rodrigo et al., 2008; Rodríguez et al., 2006). Os nossos resultados indicam que o tipo de problemas que mais afetaram os participantes e o seu ambiente próximo é de alguma forma semelhante quanto à sua natureza, diversidade e intensidade. A natureza dos problemas mais evidenciados quer ao nível das trajetórias de vida quer ao nível das circunstâncias atuais dos participantes e das famílias referem-se a problemas económicos, psicológicos, profissionais, judiciais e conjugais, sugerindo a diversidade e interação dos mesmos, com importantes repercussões na dinâmica familiar e no desenvolvimento das crianças e dos jovens. É de salientar, que o ambiente próximo obteve pontuações mais elevadas, como à semelhança do estudo desenvolvido por Nunes e colaboradores (2011), no que refere a problemas judiciais (84% vs 88,2%), conduta violenta (84% vs 74,5%) e consumo de drogas (63% vs 58,8%). Por sua vez, Nunes e colaboradores (2011) observaram na sua amostra que os acontecimentos de vida stressantes e de risco que mais afetaram as mães relacionavam-se com problemas económicos e profissionais.

Rodríguez e colaboradores (2006) analisaram o perfil de risco psicossocial das famílias acompanhadas pelos serviços sociais em Espanha, em termos de perigosidade (baixo, médio e alto risco), para o desenvolvimento dos menores. Os resultados obtidos neste estudo, com base em pareceres técnicos e de acordo com a análise estatística de dados, indicaram a existência de um perfil de risco comum, embora com maior desvantagem psicossocial das famílias com médio e alto risco, nomeadamente, ao nível da estrutura familiar, com elevada presença de monoparentalidade feminina, insuficiência de recursos, instabilidade profissional, história pessoal de abandono, mal-estar psicológico, privação sociocultural, e ainda, relação instável e conflituosa com o cônjuge.

Observámos que o risco total (atual e passado) dos participantes e do seu ambiente próximo estava negativamente associado aos rendimentos familiares. Verificámos, igualmente, que o risco passado (total) dos participantes e da família estava negativamente relacionado com os rendimentos dos próprios e com os rendimentos familiares. Por sua vez, o risco total (atual e passado) da família estava negativamente associado aos rendimentos familiares, ao nível educativo e ao tipo de trabalho. Estes resultados são corroborados por diversos estudos empíricos (Menéndez et al, 2010; Menéndez et al., 2012; Nunes et al., 2011), que realçam a precaridade (económica, educativa e profissional) presente nas circunstâncias de vida atuais e trajetórias de vida destas famílias. Na dimensão risco passado do próprio, observámos que os participantes cujos rendimentos familiares eram obtidos através do trabalho e apoio social em conjunto, apresentavam níveis mais elevados de risco passado do que os participantes cujos rendimentos familiares eram provenientes apenas do seu trabalho, o que de algum modo traduz as trajetórias de vida marcadas pela precaridade e adversidade, sugerindo ainda que os recursos financeiros limitados tornam os pais dependentes de apoios económicos provenientes dos serviços. Estes dados são consistentes com os de outros estudos (Matos & Sousa, 2004; Rodrigo et al., 2008; Rodrigo & Byrne, 2011), que encontraram uma associação positiva entre a presença de redes formais de apoio e os níveis de risco familiar. Ribeiro e colaboradores (2004), num estudo realizado com famílias multiproblemáticas concluíram que o recurso às instituições constitui um aspeto central na vida destas famílias que conduz a uma certa dependência.

Alguns autores têm sugerido que a acumulação das circunstâncias de risco na trajetória de vida das pessoas relaciona-se diretamente com o seu bem-estar psicológico (Lerver, 2008; Lin & Ensel, 1989; Gracia, Musitu & Garcia, 1991; Trigo, 1998). Observámos que os participantes desempregados se sentiam mais afetados quanto aos acontecimentos de vida stressantes e de risco atuais do ambiente próximo. O estudo realizado por Lever (2008) demonstrou que os sujeitos com níveis socioeconómicos mais baixos tendiam a relatar as situações e os acontecimentos de vida negativos como mais stressantes. Também, num estudo efetuado sobre as necessidades junto da população residente em Portugal (Tese - Associação para o Desenvolvimento, 2009) concluiu que os entrevistados consideram o trabalho como um fator de realização e bem-estar pessoal, sendo que quanto maior o índice de privação dos indivíduos (possuir algum tipo de limitação física ou psíquica, grau de confiança interpessoal e tipos de precarização no tempo), mais estes tenderão a desenvolver sentimentos negativos, como irritação, ansiedade, depressão ou isolamento, sendo a média mais baixa entre os indivíduos ativos do que aqueles que não exercem qualquer profissão.

Neste sentido, existe um consenso geral em considerar que as pessoas expostas a um importante número de acontecimentos de vida stressantes e problemáticas tendem a ser mais vulneráveis emocionalmente (Lin & Ensel, 1989; Gracia, Mutisu & Garcia, 1991). Por isso, parece-nos especialmente relevante, o facto da maioria dos participantes no nosso estudo reportarem problemas, sobretudo ao nível psicológico, que deve merecer a nossa especial atenção, uma vez que muitos destes casos não são objeto de deteção, avaliação, diagnóstico e tratamento. Menéndez e colaboradores (2010) observaram no seu estudo que as mães que apresentavam uma baixa autoestima vivenciavam as situações stressantes e de risco com um maior impacto emocional.

Na investigação realizada verificámos que as mães se sentiam mais afetadas, quanto aos acontecimentos de vida stressantes e de risco atuais do que os pais, que poderá estar associado ao facto da sobrecarga de tarefas ou de funções relacionadas com um maior número de responsabilidades a seu cargo, nomeadamente, as tarefas educativas relacionadas com os filhos, a economia familiar, variáveis acrescidas às diferentes problemáticas nas quais se veem implicadas (Trigo, 1998), ao reduzido apoio e envolvimento dos pais e relações conjugais instáveis e conflituosas (Menéndez et al., 2010; Rodríguez et al., 2006). Este resultado vai ao encontro das conclusões do estudo sobre as necessidades da população portuguesa (Tese - Associação para o Desenvolvimento, 2009), que constatou que a média dos sentimentos negativos (e.g., irritação, ansiedade e depressão) é maior entre as mulheres do que entre os homens. De Antoni e colaboradores (2009) evidenciam o facto das mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, que conduziram a novas configurações familiares, nas quais a mulher tem vindo a assumir um papel de destaque, no que diz respeito à evidência dos papéis de controlo e de decisão assumidos no microssistema familiar, verificando-se muitas vezes a sobrecarga e a sobreposição destes, podendo levar a uma supervisão educacional dos filhos stressante e a um maior desgaste emocional. Rubilar e Halpern (2012) analisaram os riscos psicossociais para os filhos de pessoas com diagnóstico de doença mental, e concluíram que a maioria dos participantes com doença mental têm filhos, podendo apresentar de forma transitória ou permanente dificuldades em satisfazer as necessidades emocionais, de proteção e estabelecimento de limites necessários para o normal desenvolvimento dos filhos.

Gómez e colaboradores (2009), num estudo realizado com famílias de risco chilenas, verificaram que três em cada quatro cuidadores evidenciavam indicadores de elevado risco, especialmente, ao nível da sua saúde mental, associados à probabilidade de ocorrência de maus tratos infantis e negligência parental, com maior prevalência nas mulheres do que nos homens (64% vs 40,5%), no entanto, a gravidade dos problemas mostrou-se superior nos homens (7,1%

vs 5,5% nas mulheres), sugerindo a importância de atender a fatores de risco associados à saúde mental dos cuidadores, que muitas vezes não são detetados e objeto de avaliação clínica e de acompanhamento por parte dos serviços competentes. Estes resultados salientam a importância de intervenções psicossociais específicas com as famílias e os menores, que deverão incluir uma adequada e efetiva articulação com os serviços de saúde.

No nosso estudo constatámos também que os participantes de famílias não extensas apresentaram níveis superiores de risco atual e passado, bem como índices mais elevados de afetação do que os participantes que integram famílias extensas. Estes resultados sugerem a necessidade de apoio emocional dos participantes, ao nível das redes de apoio formal e informal, bem como a relevância de intervir junto da família, no sentido de reativar e fomentar as suas redes de apoio informal, que permitam apoiar estes pais a ter um desempenho mais adequado e satisfatório das suas tarefas, e ainda a otimizar o seu funcionamento como contexto de desenvolvimento e de educação para todos os seus membros (Menéndez, 2010).

7.3. Coesão e Adaptação Familiar

De acordo com Olson (2000), e em conformidade com a análise da FACES III, pontuações elevadas nas subescalas de Coesão e Adaptação Familiar são reveladoras de sistemas familiares equilibrados. Por sua vez, pontuações baixas nas mesmas subescalas, refletem um sistema familiar desequilibrado. De acordo com o modelo circumplexo tridimensional familiar proposto pelo autor, a utilização deste instrumento pretende demonstrar que as famílias com pontuações mais elevadas (tipo equilibradas) são mais funcionais, em comparação com as famílias com pontuações mais baixas (tipo extremas).

No presente estudo, os níveis de coesão familiar ($M = 36,20$; $DP = 6,14$) foram superiores aos níveis de adaptação familiar ($M = 26,63$; $DP = 4,49$). Estes resultados coincidem com os observados por outros autores (Hidalgo, Lorence et al., 2009; Pérez, Nunes, Nunes, & Hidalgo, 2012) em amostras com mães de famílias em risco psicossocial, com características sociodemográficas e familiares semelhantes à nossa. Pérez e colaboradores (2012) num estudo desenvolvido com mães de nacionalidade portuguesa e espanhola em situação de risco psicossocial obtiveram valores, muito idênticos à nossa amostra, verificando níveis de coesão ($M = 37,01$; $DP = 7,57$) e de adaptação familiar ($M = 27,28$; $DP = 5,23$). Por sua vez, Hidalgo, Lorence e colaboradores (2009) observaram que a adaptação familiar se apresentava mais reduzida do que o seu nível de coesão familiar, e constataram a reduzida capacidade de adaptação e flexibilidade nos seus papéis e no seu funcionamento como grupo e bons níveis de

coesão emocional entre si, concluindo que a capacidade das famílias face às exigências situacionais foi mais reduzida do que o seu nível de união emocional. Ribeiro e colaboradores (2004), num estudo com famílias multiproblemáticas pobres e não pobres encontraram valores de coesão e de adaptação familiar que apontam para uma maior funcionalidade das famílias não problemáticas pobres, que se percecionavam como mais coesas e adaptadas. Porém, as autoras observaram igualmente, que as famílias multiproblemáticas pobres evidenciaram valores de coesão superiores à adaptação familiar, e salientaram aspetos positivos das famílias relativamente às suas competências, nomeadamente a evidência ainda que de uma forma ténue de coesão familiar sobretudo patente nos laços emocionais entre pais e filhos, bem como entre outros membros da família (e.g., os casais), e intensidade do vínculo filial (ver os filhos crescer bem). Assim, parece que as famílias com menores em risco psicossocial tendem a ser mais coesas do que adaptadas. Contudo, parece-nos relevante alargar o âmbito de aplicação da escala, e ter alguma precaução ao interpretar estes dados, uma vez que não existem estudos de aferição em Portugal do instrumento FACES III, para populações de risco.

Na investigação realizada observámos uma associação positiva entre coesão e adaptação familiar, o que indica uma relação linear entre coesão e adaptação familiar. Estes resultados têm sido observados noutros estudos (Curren et al., 1999; Martinez-Pampliega et al., 2011; Noller & Shum, 1990; Rolim et al., 2006). Hidalgo, Lorence e colaboradores (2009) referem que as famílias mais coesas são também as mais adaptadas, funcionando como contextos de desenvolvimento mais estimulantes para os menores.

Por outro lado, verificámos que a coesão mostrou maior consistência interna do que a adaptação familiar. Estes resultados são congruentes com outros estudos, nacionais e internacionais, onde se observa que o alfa de *Cronbach* é superior para a dimensão coesão familiar (Cumsille & Epstein, 1994; Curren et al., 1999; Falceto et al., 2000; Rolim et al., 2006). O facto do alfa de *Cronbach* ser relativamente baixo para a adaptação familiar, poderá refletir a complexidade do conceito e a multiplicidade de aspetos que o mesmo envolve (Rolim et al., 2006), podendo os conteúdos dos itens das situações explicar os dados destas análises estatísticas (Curren et al., 1999). Por exemplo, no estudo desenvolvido por Curren e colaboradores (1999), com o objetivo de proceder à validação do instrumento para a população portuguesa, com três grupos diferenciados, observaram uma boa consistência interna, quer na subescala de coesão ($\alpha = 0,80$), quer na subescala de adaptação familiar ($\alpha = 0,62$), embora o coeficiente alfa desta última subescala seja inferior, sugerindo uma maior interligação dos itens na dimensão coesão e maior dispersão dos itens da subescala de adaptação familiar. Neste

sentido, como já mencionámos parece-nos importante prosseguir com o seu trabalho de validação.

No nosso estudo observámos que a coesão familiar estava positivamente associada aos rendimentos dos participantes e aos rendimentos familiares, que de algum modo conferem à família maiores recursos económicos, permitindo desta forma satisfazer mais as necessidades dos seus filhos, podendo também proporcionar outros contextos (educativos, culturais, entre outros) mais estimulantes e gratificantes para o desenvolvimento dos seus membros, sobretudo o dos menores. Verificámos que os participantes que trabalhavam apresentaram níveis mais elevados de coesão familiar. Neste sentido, os benefícios socio-emocionais que os progenitores podem obter através do exercício de uma atividade profissional, podem conduzir a um maior bem-estar, e por sua vez, melhorar as práticas parentais e as relações familiares (Desai, Chase-Lansdale, & Michael, 1989). Constatámos que os participantes com média qualificação profissional evidenciaram níveis mais elevados de adaptação familiar. No estudo anteriormente mencionado, sobre as necessidades junto da população residente em Portugal (Tese - Associação para o Desenvolvimento, 2009), salientam que ter mais dinheiro, mais saúde e arranjar trabalho constituem ingredientes, no contexto atual da sociedade portuguesa, que potenciam o aumento da qualidade de vida, constituindo fatores intimamente relacionados com necessidades físicas e de recursos cuja não satisfação compromete seriamente as condições e a qualidade de vida.

Por sua vez, os participantes de famílias reconstituídas apresentaram níveis mais elevados de adaptação familiar. Constatámos também que a adaptação familiar estava negativamente associada ao número de anos de relação entre os cônjuges. As famílias em situação de risco psicossocial apresentam disfunções ao nível da sua estrutura e funcionamento familiar, refletidas em padrões de organização que não funcionam, mas que por serem habituais conferem algum sentido de segurança à família (Sousa, 2005). Os pais dispõem de um reduzido conjunto de estratégias eficazes para lidar adequadamente com as situações de stresse com que se deparam (Trigo, 1998). Nas famílias de risco parecem não existir objetivos familiares, sendo as energias gastas em conflitos imediatos, conjunturas de emergência e sobrevivência (Weizman, 1985). Daqui resulta um funcionamento familiar pouco satisfatório, tanto nos aspetos mais organizativos (proteção dos filhos e organização doméstica), como nos mais relacionais (gestão de conflitos, estabilidade afetiva) (Alarcão, 2000). Verificámos também que a adaptação familiar estava associada positivamente ao número de filhos (menores de 18 anos), o que poderá relacionar-se com o facto de se tratar de uma fase de reajustamento no que se refere à

dinâmica familiar, caracterizada por um período de mudança nas regras familiares e nos papéis que cada membro desempenha no sistema familiar.

Assim, parece-nos fundamental considerar os diferentes modelos de família, já não por comparação, oposição ou défice face a uma família normativa, mas todos eles firmados na sensibilidade e conhecimento ponderado das suas regularidades e singularidades. Neste sentido, intervir com as famílias com menores em risco psicossocial recorrendo às suas competências constitui inevitavelmente uma nova abordagem familiar (Ribeiro et al., 2004; Sousa & Ribeiro, 2005), cujos recursos e competências importa utilizar e ativar (Alarcão, 2000), de forma a otimizar as relações interpessoais e funcionamento da dinâmica familiar como contextos de desenvolvimento de todos os seus membros familiares, sobretudo o dos menores.

7.4. Apoio Social Percebido

O apoio social é um constructo de grande complexidade conceptual, pelo seu carácter multidimensional e pela necessidade de análise de distintos aspetos e componentes. Desta forma, a ASSIS é um instrumento bastante complexo que permite obter informação dos diferentes aspetos englobados no apoio social (López et al., 2006), pelo que nos debruçaremos sobre os resultados mais relevantes obtidos na investigação.

Alguns estudos empíricos têm sugerido o isolamento como uma importante característica das famílias com menores em risco (Arruabarrena & De Paúl, 2002; Gracia et al, 1994; Gracia & Musitu, 2003; Moreno, 2002). Contudo, os resultados obtidos no nosso estudo não evidenciaram o isolamento das famílias, uma vez que a sua rede de apoio variou de 3 a 16 pessoas ($M = 7,27$; $DP = 3,07$), o que nos permite afirmar que a nossa amostra não dispõe de uma rede social especialmente reduzida. Este resultado coincide com outras investigações (López, 2006; López et al., 2007; Menéndez et al., 2010; Nunes et al., 2011; Rodrigo et al., 2007; Rodrigo et al., 2008), que têm evidenciado uma dimensão normativa da rede social de apoio das famílias em situação de risco psicossocial. Por exemplo, Nunes e colaboradores (2011) e López e colaboradores (2007) observaram numa amostra de famílias de risco, uma dimensão das redes de apoio social de ($M = 6,00$ vs $M = 6,12$), respetivamente. De facto, como temos vindo a constatar, o perfil sociodemográfico das famílias de risco tem vindo a ser amplamente analisado noutros estudos empíricos. Porém, dispomos de menos evidências sobre o perfil psicossocial das famílias em situação de risco (Menéndez et al., 2010).

Na presente investigação, verificámos que a composição da rede social de apoio das famílias é constituída principalmente por familiares (51%), e ainda, por familiares e amigos

(27,5%), como tem sido demonstrado por outros estudos empíricos com famílias de risco (López, 2006; López et al., 2007; Menéndez et al., 2010; Nunes et al., 2011; Rodrigo et al., 2008; Rodrigo & Byrne, 2011). As pessoas tendem, em primeiro lugar, a recorrer a fontes informais de apoio, cujo recurso aumenta os seus sentimentos de competência, compromisso, reciprocidade e controlo sobre as suas próprias vidas (Rodrigo et al., 2009). Os nossos resultados coincidem também com aqueles observados por Nunes e colaboradores (2011), que indicam a presença dos filhos (66,7% vs 46%), do cônjuge (64,7% vs 76%), e ainda uma reduzida presença de profissionais (31,4% vs 26%), na composição da rede social de apoio dos participantes. Parece-nos especialmente relevante, o facto de uma elevada percentagem dos nossos participantes incluírem os filhos na sua rede de apoio.

Vários estudos desenvolvidos com famílias de risco têm observado que os filhos constituem uma fonte de apoio para os pais (López, 2006; López et al., 2007; Menéndez et al., 2010; Nunes et al., 2011; Rodrigo et al., 2008). Este resultado sugere a disfuncionalidade da composição da rede social de apoio das famílias, que deve merecer a nossa atenção, pelo facto de procurarem apoio emocional junto dos seus filhos, constituindo um indicador de desajustamento, uma vez que as crianças devem receber o apoio emocional e informativo dos pais, e não constituírem a sua fonte de apoio (Menéndez et al., 2010; Nunes et al., 2011; Rodrigo et al., 2008). É de notar, que a maioria dos nossos participantes (68,6%), não incluiu nenhum tipo de apoio proveniente por parte de profissionais (e.g., emocional, material ou informativo), na sua rede social de apoio, sugerindo a necessidade de incluir o apoio social ao nível das intervenções psicossociais com as famílias de risco (Nunes et al., 2011). A presença de profissionais na rede social de apoio dos nossos participantes foi inferior à observada por López (2006), designadamente, a nível informativo (11,8% vs 16,9%), emocional (5,9% vs 14,9%) e material (3,9% vs 6,1%).

Quanto à dimensão e composição das redes de apoio social analisadas (e.g., emocional, material e informativa), observámos que os participantes do nosso estudo apresentaram uma rede de apoio social mais ampla ao nível da rede informativa ($M = 4,45$; $DP = 2,27$), seguida da rede emocional ($M = 3,82$; $DP = 1,85$), e da rede material ($M = 3,27$; $DP = 1,66$), constituídas sobretudo por familiares e não familiares.

No nosso estudo, verificámos que os participantes apresentaram níveis mais elevados de necessidade emocional ($M = 6,54$), seguida da necessidade Informativa ($M = 6,13$) e necessidade material ($M = 6,07$). No que diz respeito à satisfação com o apoio social percebido, os nossos participantes sentiram-se mais satisfeitos com o apoio informativo ($M = 6,01$), do que com o apoio emocional ($M = 5,81$) e material ($M = 5,42$). Como no nosso estudo, estudos

anteriores realizados em Espanha (López et al., 2007; Menéndez et al., 2010), com mães em situação de risco psicossocial, verificaram níveis mais elevados de necessidade e menor satisfação com o apoio social percebido, ao nível emocional e informativo face ao apoio material. Hidalgo, Lorence e colaboradores (2009), num estudo desenvolvido com mães de famílias do tipo monoparental de risco, acompanhadas pelos serviços sociais por razões de preservação familiar, observaram que a necessidade das mães ao nível do apoio emocional foi mais elevada em relação às restantes dimensões analisadas (e.g., material, informativa e situações stressantes e de risco), e constataram que a necessidade emocional foi idêntica em famílias do tipo monoparental e do tipo biparental.

Os resultados obtidos realçam que para além da precaridade económica que caracteriza as famílias em situação de risco psicossocial, sendo importante, não constitui a principal necessidade de intervenção e de apoio destas famílias (Menéndez et al., 2010). Sousa (2005), num estudo desenvolvido com famílias multiproblemáticas portuguesas sublinha que as famílias acumulam apoios provenientes de várias instituições, porém as ajudas raramente ultrapassam os aspetos instrumentais e dirigem a intervenção à interação familiar. Por isso, parece-nos fundamental ter em consideração, que para além das necessidades demonstradas pelas famílias a nível económico, os pais evidenciam necessidades de grande relevância ao nível emocional (López et al., 2007), sugerindo a importância das intervenções psicossociais com as famílias de risco (Nunes et al., 2011).

Na presente investigação, verificámos que os participantes apresentaram uma rede social de apoio mais reduzida face à vivência de acontecimentos de vida stressantes e de risco ($M = 2,76$) comparativamente com a rede social de apoio que dispõem em acontecimentos de vida mais normativos ($M = 7,27$), cuja composição foi na sua maioria constituída por familiares (45,1%). Este resultado foi idêntico ao observado por Nunes e colaboradores (2011), que também observaram uma diminuição da rede social de apoio das famílias nos acontecimentos de vida stressantes e de risco em relação aos acontecimentos de vida mais normativos ($M = 2,5$ vs $M = 6,00$), verificando que estas circunstâncias particularmente negativas não modificavam a prevalência familiar na rede social de apoio das mães de famílias multiproblemáticas.

Parece-nos relevante, a estabilidade da composição das redes sociais de apoio dos nossos participantes, constituída sobretudo por familiares, quer em situações mais normativas quer em acontecimentos de vida stressantes, como também a diminuição e reduzido apoio de profissionais (31,4% vs 19,6%), nos acontecimentos de vida stressantes e de risco, que deve ser tido em consideração nas intervenções a desenvolver com as famílias em situação de risco psicossocial.

Por sua vez, Menéndez e colaboradores (2010) obtiveram pontuações mais elevadas ao nível do apoio social providenciado às famílias por parte de profissionais (34,6%), nos acontecimentos de vida stressantes e de risco. Por isso, a intervenção dos profissionais revela-se fundamental junto das famílias de risco, uma vez que poderão disponibilizar uma maior segurança e confiança para lidar com situações especialmente difíceis (López et al., 2007). Vários estudos têm observado que as redes de apoio em acontecimentos de vida stressantes das famílias em situação de risco psicossocial tendem a ser significativamente mais reduzidas do que as suas redes sociais de apoio em situações mais normalizadas (Hidalgo, Lorence et al., 2009; López et al., 2007; Menéndez et al., 2010; Nunes et al., 2011).

Constatámos que a rede de conflito dos participantes era constituída sobretudo pelo (ex)cônjuge (76,4%) e filhos (13,7%), com uma média de 2 pessoas (DP = 1,18). Estes resultados são consistentes com outros estudos empíricos prévios (López et al., 2007; Menéndez et al., 2010; Nunes et al., 2011; Rodríguez et al., 2006). Diversos autores têm evidenciado por um lado o facto das mães de famílias em risco incluírem o cônjuge como fonte de apoio nas suas redes de apoio, por outro lado este também assume um papel de destaque nas redes de conflito em famílias do tipo biparental (López, 2006; López et al., 2007; Menéndez et al., 2010). Normalmente, as relações conjugais das famílias em situação de risco psicossocial tendem a ser instáveis e conflituosas (Rodríguez et al., 2006), verificando-se o aparecimento de conflitos mais intensos e relações menos positivas ou de não-reciprocidade (e.g., se no casal existe afastamento) (Sousa, 2005). O desentendimento dos pais e o divórcio representam fatores de morbilidade e de vulnerabilidade geral. Porém, o desentendimento dos pais, sobretudo quando inclui crianças, constitui um fator de morbilidade nitidamente superior ao divórcio (Marcelli, 2005).

Observámos que as mães demonstraram uma rede emocional mais reduzida e uma necessidade de apoio mais elevada face aos acontecimentos de vida stressantes e de risco do que os pais. As mães de famílias de risco evidenciam importantes necessidades relacionadas com as suas redes sociais de apoio, na sua composição e funções que cumprem, destacando-se a necessidade de normalizar e fortalecer as suas redes de apoio, que adquirem especial relevância, sobretudo pela diminuição da sua rede social de apoio face aos acontecimentos de vida stressantes e de risco, que se mostrou mais reduzida (Menéndez et al., 2010), quer pela elevada acumulação de acontecimentos de vida negativos e ausência de recursos para lidar adequadamente com os mesmos (López, 2006). A pressão do meio e a sequência de acontecimentos de vida negativos têm como profundo impacto, a diminuição da esperança, reforçando crises depressivas, sobretudo, nas mulheres (Sousa, 2005).

Verificámos que as mães se sentiam mais satisfeitas com a ajuda material do que os pais. As famílias em situação de risco psicossocial tendem a acumular frequentemente apoios concedidos por diversos organismos (governamentais ou de instituições da sociedade civil, como as Instituições Particulares de Solidariedade Social) (Matos & Sousa, 2004; Nunes et al., 2011; Sousa, 2005). Este resultado pode explicado pelo facto das mulheres assumirem maioritariamente o contato com os diversos serviços de apoio social. As mulheres apresentam-se como o elo de ligação por excelência dos serviços e o mesmo sucede ao nível das relações informais de entreajuda, onde a mulher se destaca por assegurar na maioria dos casos esse papel, quer na relação com as instituições de proteção social, quer ao nível do apoio informal prestado pelas redes de apoio da sociedade civil (Sousa, 2005).

No que diz respeito à situação marital, constatámos que os participantes com companheiro(a) relataram mais necessidade de apoio para lidar com os acontecimentos de vida stressantes e de risco do que os participantes sem companheiro(a), o que sugere a falta de apoio percebido relativamente aos seus companheiros. Por sua vez, Nunes e colaboradores (2011) observaram que as mães de famílias em risco não incluíram o cônjuge nas suas redes de apoio face aos acontecimentos de vida stressantes e de risco. Por outro lado, Menéndez e colaboradores (2010) verificaram que as mães com uma relação conjugal mais satisfatória mantinham com os seus companheiros relações sólidas e de apoio recíproco.

Na investigação realizada, observámos que os participantes com níveis educativos mais elevados (primários completos, secundários ou superiores) sentiam-se mais satisfeitos no geral, e apresentaram níveis mais elevados de satisfação total, informativa, sentimentos pessoais e conselho do que os participantes com níveis educativos mais baixos (primários incompletos). Por sua vez, os participantes que exerciam uma atividade profissional sentiam-se mais satisfeitos com a sua rede social de apoio, na dimensão informativa e nas categorias de conselho e feedback do que os participantes que não trabalhavam. De facto, as pessoas que trabalham tendem a alargar as suas redes de apoio informal, e a sua integração em redes de apoio social amplas, permitindo satisfazer necessidades de pertença, respeito, afeto e reconhecimento social (Gracia et al., 1991). Garrido e Grimaldi (2010) afirmam que os pais que dispõem de mais recursos educativos e económicos respondem de um modo mais efetivo às necessidades dos seus filhos. Verificámos também que os participantes desempregados relataram uma necessidade mais elevada de rede social de apoio face aos acontecimentos de vida stressantes e de risco do que os participantes que exerciam uma atividade profissional. A integração comunitária tem um efeito positivo no bem-estar psicológico, e as pessoas mais integradas na

comunidade tendem a perceber mais apoio psicológico, que se repercute positivamente na sua saúde mental (López e Sanchez, 2001).

Observámos que os participantes de famílias extensas sentiam-se menos satisfeitos com os conselhos, informação e rede de participação social do que os participantes de famílias não extensas. As relações com a família alargada em contextos familiares de risco caracterizam-se por ser instáveis (Moreno, 2002), conflituosas e distantes ao nível das funções que desempenham e do seu envolvimento na resolução dos problemas (Sousa, 2005), acompanhadas de críticas e desqualificações frequentes, que não proporcionam o tipo de ajuda que os pais necessitam no exercício da sua parentalidade (Moncher, 1995, citado Gómez et al., 2007), e apresentam baixas competências sociais, fator que tem um impacto negativo na manutenção das relações (Sousa et al., 2007). Moreno (2002) analisou as variáveis que intervêm no abandono físico e negligência infantil com famílias em risco, e observou que as relações mantidas com a família extensa caracterizam-se por ser inadequadas, atravessando importantes períodos de conflito, constituindo habitualmente fontes de tensão na unidade familiar.

Verificámos, igualmente, que os participantes com rendimentos familiares instáveis apresentaram pontuações mais elevadas de necessidade material do que os participantes com rendimentos familiares estáveis. As famílias tendem a acumular apoios concedidos por diversos organismos (governamentais ou de instituições da sociedade civil, como as Instituições Particulares de Solidariedade Social), no sentido de serem apoiadas a suprir algumas das suas necessidades, que podem traduzir-se em bens, como apoio alimentar, medicamentos, apoio financeiro direto (pagamento de rendas em atraso, necessidades urgentes), ou indireto (e.g., pagamento de consultas médicas, creches, entre outros) (Sousa, 2005). Os participantes que apresentaram rendimentos familiares provenientes do trabalho e apoio social em simultâneo apresentaram redes mais amplas na dimensão informativa e nas categorias de ajuda material e de feedback, que de algum modo reflete a necessidade dos apoios sociais concedidos às famílias. As famílias em situação de risco psicossocial normalmente constituem famílias multiassistidas (Matos & Sousa, 2004), expressa na ligação com vários serviços (centros de emprego, segurança social, instituições particulares de solidariedade social, entre outros) e distintos profissionais (Sousa, 2005).

Constatámos ainda que os participantes da nossa investigação demonstraram níveis mais elevados de necessidade ($M = 6,26$; $DP = 1,97$) do que satisfação ($M = 5,87$; $DP = 2,31$), com o apoio social percebido em situações mais normativas e nos acontecimentos de vida stressantes e de risco, que indica a necessidade de apoio das famílias face aos recursos que dispõem para lidar com as diversas dificuldades e problemáticas nas quais se veem envolvidas.

As famílias em situação de risco psicossocial demonstram uma elevada vulnerabilidade e os problemas tendem a existir em permanência e diversidade, daí que reúnam condições e demonstrem necessidade de apoio dos serviços da comunidade (Sousa, 2005), sobretudo em situações mais difíceis, com as quais se vão deparando ao longo das suas trajetórias de vida, uma vez que tendem a evidenciar menos apoio nestas circunstâncias (Menéndez et al., 2010; Nunes et al., 2011). Neste contexto, consideramos fundamental que sejam desenvolvidos esforços, no sentido de ampliar e fomentar as suas redes de apoio informal combinando-as com os apoios da rede formal, que constitui um desafio na intervenção com as famílias em situação de risco psicossocial.

7.5. Relação entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, a Coesão e Adaptação Familiar e o Apoio Social Percebido

No presente estudo, não observámos diferenças estatisticamente significativas entre as dimensões coesão e adaptação familiar e os acontecimentos de vida stressantes e de risco atuais e passados dos participantes. Todavia, verificámos que a coesão familiar estava positivamente associada com o apoio social percebido ao nível das redes material, sentimentos pessoais, conselho e à necessidade de feedback dos participantes, sugerindo a importância do apoio social na dinâmica do funcionamento familiar. Observámos, igualmente, que a coesão familiar estava positivamente associada à rede social de apoio face aos acontecimentos de vida stressantes e de risco. O apoio social constitui um fator de proteção face aos acontecimentos de vida negativos e tem um efeito benéfico no bem-estar psicológico (López & Sánchez, 2001).

Por sua vez, a adaptação familiar estava relacionada com a necessidade de feedback, necessidade informativa, rede de ajuda material e satisfação com o feedback. A importância da adaptação pessoal e social resulta de uma boa capacidade para utilizar os recursos internos e externos que vão permitir lidar com êxito perante as adversidades (Rodrigo et al., 2008). Ribeiro e colaboradores (2004), num estudo realizado com famílias multiproblemáticas constataram que as famílias preocupadas com questões relacionadas com a sobrevivência mostravam-se menos recetivas para aspetos relacionados com a dinâmica familiar.

Relativamente às associações entre os acontecimentos de vida stressantes e de risco atuais e passados (ISER Presente e Passado) e as dimensões apoio emocional, material e informativo (ASSIS), observámos que o risco total (participantes e família) estava positivamente relacionado com a sua necessidade total e material. Sousa e Ribeiro (2005) demonstraram no seu estudo que as famílias multiproblemáticas pobres percecionavam o contexto como uma

dimensão frágil nas suas vidas. Constatámos ainda que os acontecimentos stressantes e de risco atuais dos participantes estavam positivamente associados à necessidade emocional e informativa. Verificámos que a afetação total dos participantes e da família estava positivamente associada à necessidade total e material. Observámos ainda que a afetação dos participantes estava relacionada com a necessidade emocional. Estes resultados evidenciam as dificuldades dos contextos familiares e a necessidade de receber apoio para lidar com diversas problemáticas e exigências de forma adequada.

Apesar das famílias em situação de risco possuírem algumas características e recursos que podem mitigar o efeito adverso do risco que enfrentam, é de salientar que se trata de uma população especialmente vulnerável e com uma elevada necessidade de apoio económico e emocional (Menéndez et al., 2010). De facto, os processos de apoio social efetivo ajudam a proporcionar o bem-estar das famílias, das crianças e dos jovens, especialmente aquelas que se encontram em situação de risco psicossocial (Arenas et al., 2009). Constatámos também que o risco total (atual e passado) e a afetação dos participantes e das famílias estavam positivamente associados à necessidade de rede de apoio face às situações stressantes e de risco.

Na verdade, destacamos a necessidade reportada pelos participantes e famílias que carecem de apoios específicos e especializados indispensáveis para o seu adequado funcionamento, que garanta o bem-estar de todos os seus membros, em particular, o das crianças e dos jovens, e consideramos que este apoio deva assumir um carácter formal, na medida em que nos deparamos com famílias, nas quais a ajuda proveniente das suas redes de apoio informal se mostra insuficiente e ineficaz (López, 2006).

Capítulo 8. Conclusões e Limitações do Estudo

Capítulo 8. Conclusões e Limitações do Estudo

O presente estudo permitiu-nos delinear o perfil psicossocial das famílias com menores em risco psicossocial, e aprofundar os conhecimentos acerca da realidade destas famílias, nas quais se desenrola o desenvolvimento das crianças e dos jovens que vivem em contextos familiares de elevada vulnerabilidade. As famílias em situação de risco psicossocial não constituem um coletivo homogéneo e são caracterizadas pela diversidade (Hidalgo, Lorence et al., 2009; Menéndez et al., 2010). Todavia, apesar desta diversidade podemos identificar algumas características sociodemográficas, que são comuns às famílias em situação de risco psicossocial (Menéndez et al., 2010). Neste sentido, apresentamos as principais conclusões da nossa investigação.

As famílias em situação de risco psicossocial caracterizam-se por elevada precaridade económica, profissional e baixo nível educativo, tratando-se de um grupo especialmente vulnerável. A maioria dos participantes integra famílias do tipo biparental e monoparental e apresentam estabilidade familiar. Estes resultados são corroborados por outros estudos desenvolvidos com famílias de risco (Garrido & Grimaldi; Hidalgo, Lorence et al., 2009; Menéndez et al., 2012; Nunes et al., 2011).

Para além das características sociodemográficas mencionadas, os nossos dados mostraram que as trajetórias de vida e as circunstâncias atuais dos pais e das suas famílias são marcadas pela presença e acumulação de acontecimentos de vida negativos associados a elevado impacto emocional e um aumento de vulnerabilidade. Na verdade, a presença de acontecimentos de vida stressantes e de risco dificulta a adequada realização da tarefa dos pais (Rodrigo, 2009), e a acumulação de fatores de risco tem um efeito negativo no desenvolvimento e adaptação psicossocial das crianças e dos jovens (Rodríguez et al., 2006), o que confirma a necessidade de realizar intervenções psicossociais, junto das famílias e dos menores em risco psicossocial.

Parece-nos relevante salientar que a análise dos acontecimentos de vida negativos e de conflitos dos nossos participantes (problemas conjugais, problemas com os filhos, família extensa) estão relacionados com circunstâncias stressantes próprias da dinâmica familiar, assinalando a sua precaridade, cuja complexidade das trajetórias de vida parece ter repercussões de especial relevância no âmbito da dinâmica familiar, o que evidencia a necessidade de incluir as relações familiares nas intervenções dirigidas às populações em risco.

Por outro lado, os resultados obtidos na investigação refletem uma significativa tendência para que o impacto emocional, com que se vive e lida com cada circunstância stressante, seja progressivamente maior quanto mais problemas ocorrerem na vida dos sujeitos, o que evidencia que a acumulação de circunstâncias stressantes tende a aumentar a vulnerabilidade pessoal e social das famílias em situação de risco psicossocial.

Quanto aos níveis de coesão e adaptação familiar, os entrevistados apresentaram níveis mais elevados de coesão do que adaptação familiar. Os nossos resultados vão ao encontro daqueles observados por outros estudos com famílias de risco (Hidalgo, Lorence et al., 2009; Pérez et al., 2012; Ribeiro et al., 2004), que deverão ser tidos em consideração no âmbito do planeamento e implementação de intervenções em contextos familiares de risco.

Apesar de dispormos de menos evidências sobre o apoio social percebido em famílias de risco, os nossos resultados não demonstraram o isolamento dos participantes, que apresentaram redes de apoio social normativas constituídas principalmente por familiares e amigos, como tem sido observado noutros estudos empíricos (López, 2006; López et al., 2007; Menéndez et al., 2010; Nunes et al., 2011; Rodrigo et al., 2008). Porém, os participantes reportaram uma reduzida presença de apoio social proveniente por parte de profissionais e uma diminuição na rede social de apoio face aos acontecimentos de vida stressantes e de risco. Estes resultados foram idênticos àqueles observados por Nunes e colaboradores (2011). No nosso estudo verificámos também que os participantes apresentaram níveis mais elevados de necessidade emocional do que informativa ou material, que deve ser tido em conta em futuras intervenções com famílias em situação de risco psicossocial. Assim, o apoio social efetivo em famílias de risco, cuja trajetória de vida é marcada pela complexa interação de inúmeros acontecimentos de vida stressantes, repercutindo-se no aumento da sua vulnerabilidade, revela-se fundamental sem o qual dificilmente as famílias serão bem-sucedidas (Nunes et al., 2011).

De uma intervenção marcada por um carácter assistencial, baseada numa perspetiva deficitária e individualista (Rodrigo et al., 2008), na descrição de problemas, modos de disfuncionamento familiar (Sousa & Ribeiro, 2005), características sociodemográficas (Hidalgo, Menéndez et al., 2009), negligenciando-se os recursos e as competências das famílias (Sousa, 2005), assistimos que nas últimas décadas, a intervenção com as famílias em situação de risco, tem vindo a alterar-se, evoluindo para formas de atuação muito mais positivas, preventivas e direcionadas para a preservação e fortalecimento familiar (Hidalgo et. al., 2009), inerente a um trabalho capacitador, reeducativo e preventivo (Rodrigo et al., 2008). O passado influi na criação da organização e funcionamento atual das famílias, por isso manifesta-se no presente e poderá modificar-se através de intervenções que o possam alterar (Minuchin, 2005). As intervenções

psicossociais têm sido evidenciadas como um bom recurso para trabalhar com estas famílias (Menéndez et al., 2010). Assim, a compreensão, investigação e utilização das competências das famílias com menores em risco psicossocial, constitui um importante instrumento de trabalho ao nível da intervenção e preparação de programas de apoio destinados a estas famílias (Ribeiro et al., 2004).

Deste modo, concluímos que para além dos fatores de risco, as famílias apresentam também fatores de proteção, em diferentes níveis de apreciação que se relacionam entre si, cuja análise precisa revela-se crucial no planeamento das intervenções a desenvolver com as famílias, bem como na avaliação da eficácia das mesmas (Hidalgo, Lorence et al., 2009). Assim, as dificuldades e as oportunidades de adaptação e de interação recíproca que existe entre o sistema familiar e o meio envolvente, onde desenvolve as suas atividades, permitem conceptualizar intervenções mais eficazes e concertadas, sobre as quais deverá assentar a prática profissional com as famílias em situação de risco psicossocial (Rodrigo et al., 2008).

Em relação às limitações do nosso estudo, salientamos a reduzida dimensão da amostra, que não nos permite generalizar os resultados obtidos à restante população em risco psicossocial. Consideramos que um futuro estudo possa ser alargado o número de participantes, e incluir uma maior participação dos sujeitos do sexo masculino. Por outro lado, a inexistência de estudos de aferição dos instrumentos utilizados (ISER e ASSIS) dificultou a comparação dos resultados obtidos, pelo que consideramos fundamental prosseguir com o seu trabalho de validação para a população portuguesa.

Face à complexidade das famílias, das suas funções e práticas, em contextos familiares de risco e fatores que afetam o seu quotidiano, exige-se cada vez mais o desenvolvimento de intervenções psicossociais sistematizadas, rigorosas e cientificamente sustentadas que promovam a eficácia desejada, com vista à promoção e proteção efetiva da infância.

Capítulo 9. Referências Bibliográficas

Capítulo 9. Referências Bibliográficas

- Almeida, L., & Freire, T. (2003). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Educação* (3.^a ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Alarcão, M. (2000). *(des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Arenas, A. R., Hidalgo, M. V., & Menéndez, S. (2009). Cohesión social percebida en familias usuarias de los servicios sociales comunitarios. *Portularia* 9(2), 17-34.
- Arruabarrena, I., & De Paúl, J. (2002). Evaluación de un programa de tratamiento para familias maltratantes y negligentes y familias de alto-riesgo. *Intervención Psicosocial*, 11(2), 213-227.
- Azevedo, M., & Maia, A. (2006). *Maus-tratos à Criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Baptista, M. N. (2005). Desenvolvimento do inventário de percepção de suporte familiar (IPSF): Estudos psicométricos preliminares. *Psico-USF*, 10(1), 11-19.
- Barrera, M. (1980). A method for the assessment of social support networks in community survey research. *Connections*, (3), 8-13.
- Barrera, M. (1986). Distinctions between social support concepts, measures, and models. *American Journal of Community Psychology*, 14(4), 413-445.
- Belsky, J. (1980). Child Maltreatment. An Ecological Integration. *American Psychologist*, 35(4), 320-335.
- Ben-David, A., & Sprenkle, D. H. (1993). How do they (participants) understand our (researchers) intentions? A Qualitative test of the curvilinear assumptions of the adaptability items of the FACES III. *The American Journal of Family Therapy*, 21(1), 17-26.
- Böing, E., Crepaldi, M. A., & Moré, C. L. (2008). Pesquisa com famílias: Aspectos teórico-metodológicos. *Paidéia*, 18 (40), 251-266. Máiquez, Rodríguez, & Rodrigo, 2004

- Borges, B. (2007). *Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*. Comentários e anotações à Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro. Coimbra: Almedina.
- Braz, M. P., Dessen, M. A., & Silva, N. L. (2005) Relações conjugais e parentais: Uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 151-161.
- Brito, R. C., & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. M. Carvalho (Org.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação* (pp. 115-129). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22 (6), 723-742.
- Camacho, P. P., León, N. C., & Silva M. I. (2009). Funcionamiento familiar según el modelo circunplejo de Olson en adolescentes. *Rev enferm Herediana*, 2(2), 80-85.
- Cava, M. J. (2003). Comunicación familiar y bienestar psicosocial en adolescentes. *Actas del VIII Congreso Nacional de Psicología Social*, 1(1), 23-27.
- Cecconello, A. M., (2003). Resiliência e Vulnerabilidade em famílias em situação de risco. Tese de Doutorado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (3), 515-524.
- Cicchetti, D., & Rizley, R. (1981). Developmental perspectives on the etiology, intergenerational transmission and sequels of child maltreatment. *New Directions for Child Development*, 11, 31-55.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.

- Cumsille, P. E., & Epstein, N. (1994). Family cohesion, family adaptability, social support, and adolescent depressive symptoms in outpatient clinic families. *Journal of Family Psychology, 8*(2), 202-214.
- Curral, R., Durado, F., Torres, A., Barros, H., Palha, A., & Almeida, E. (1999). Coesão e adaptabilidade familiares numa amostra portuguesa: Estudo com o FACES III. *Psiquiatria Clínica, 20*(3), 213-217.
- De Antoni, C., Martins-Teodoro, M. L., & Koller, S. H. (2009). Coesão e hierarquia em famílias fisicamente abusivas. *Universitas Psychologica, 8*(2), 399-412.
- Decreto-Lei n.º 12/2008. Diário da República Portuguesa, I Série, n.º 12, de 17 de Janeiro de 2008.
- Deković, M., (1999). Risk and protective factors in the development of problem behavior during adolescent. *Journal of Youth and Adolescence, 28*(6), 667-685.
- Desai, S., Chase-Lansdale, P. L., & Michael, R. T. (1989). Mother or market? Effects of maternal employment on intellectual ability of 4-year-old children. *Demography, 26*, 545-561.
- Direcção-Geral da Saúde (2011). *Maus tratos em crianças e jovens*. Guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção. Lisboa: Divisão de Comunicação e Promoção da Saúde no Ciclo de Vida.
- Falceto, O. (1997). *Famílias com desenvolvimento funcional e disfuncional: Validação das escalas diagnósticas FACES III, Beavers-Timberlawn e Avaliação Global (GARF)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Falceto, O. G., Busnello, E. D., & Bozzetti, M. C. (2000). Validação de escalas diagnósticas do funcionamento familiar para utilização em serviços de atenção primária à saúde. *Rev Panam Salud Publica, Public Health, 7*(4), 255- 263.

- Fernandez, E. (2007). Supporting children and responding to their families: Capturing the evidence on family support. *Children and Youth Services Review*, 29, 1368-1394.
- Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS* (3ª ed.). London: Sage.
- Garrido, M. F., & Grimaldi, V. P. (2010). *Evaluación del riesgo psicosocial en familias usuarias del sistema público de servicios sociales de Andalucía*. Junta de Andalucía: Consejería para la Igualdad y Bienestar Social.
- Gómez, E., Cifuentes, B., & Ross, M. I. (2009). Previniendo el maltrato infantil: descripción psicosocial de usuarios de programas de intervención breve en Chile. *Universitas Psychologica*, 9(3), 823-839.
- Gómez, E., & Kotliarenco, M. (2010). Resiliencia familiar: Un enfoque de investigación e intervención con familias multiproblemáticas. *Revista de Psicología*, 19(2), 103-131.
- Gómez, E., Muñoz, M., & Haz, A. M. (2007). Familias Multiproblemáticas y en Riesgo Social: Características en Intervención. En *Psykhé*, 16(2), 43-54.
- González-Pienda, J. A., Núñez, J.C., Álvarez, L., Roces, C., González-Pumariiega, S., González, P., Muñiz, R., Valle, A., Cabanach, R. G., Rodríguez, S., & Bernardo, A. (2003). Adaptabilidad y cohesión familiar, implicación parental en conductas autorregulatorias, autoconcepto del estudiante y rendimiento académico. *Psicothema*, 15(3), 471-477.
- Gracia, E., Lila, M., & Musitu, G. (2004). Rechazo parental y ajuste psicológico y social de los hijos. *Salud Mental*, 28(2), 73-81.
- Gracia, E., & Musitu, G. (2003). Social isolation from communities and child maltreatment: A cross-cultural comparison. *Child Abuse & Neglect*, 27, 153-168.
- Gracia, E., Musitu, G., & García, F. (1991). Sucesos y cambios estresantes y ajuste psicológico: Un análisis del apoyo social como variable moduladora en padres normales y padres que maltratan a sus hijos. *Revista de Investigación y Estudios Sociales*, 3, 81-94.

- Gracia, E., Musitu, G., & García, F. (1994). Estrés, apoyo social y ajuste psicológico en padres que maltratan a sus hijos. *Revista de Psicología Social*, 9(2), 193-203.
- Green, R., Harris, R., Forte, J., & Robinson, M. (1991). Evaluating FACES III and the circumplex model: 2,440 families. *Family Process*, 30, 55-73.
- Haber, M. G., Cohen, J. L., Lucas, T., & Baltes, B. B. (2007). The relationship between self-reported received and perceived social support: A meta-analytic review. *American Journal of Community Psychology*, 39, 133-144.
- Herrera, P. M. (2009). La familia funcional y disfuncional, un indicador de salud. *Revista Cubana de Medicina General Integral*, 13(6), 591-595.
- Hidalgo, M. V. (1998). Transición a la maternidad y la paternidad. In M. J. Rodrigo & J. Palacios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 161-180). Madrid: Alianza Editorial.
- Hidalgo, M. V., Lorence, L., Pérez, J., Menéndez, S., Sánchez, J., Jiménez, L., & Arenas, A. (2009). *El apoyo social de mujeres solas con responsabilidad familiar*. Espanha: Instituto Andaluz de la Mujer.
- Hidalgo, M. V., Menéndez, S., Sánchez, J., López, I., Jiménez, L., & Lorence, B. (2005). *Inventario de Situaciones Vitales Estresantes (ISER)*. Universidad de Sevilla: documento no publicado, Universidade de Sevilha, Sevilha, Espanha.
- Hidalgo, M., Menéndez, S., Sánchez, J. Lorence, B., & Jiménez, L. (2009). La intervención con familias en situación de riesgo psicosocial. Aportaciones desde un enfoque psicoeducativo. *Apuntes de Psicología*, 27(2-3), 413-426.
- Jiménez, L., Menéndez, S., & Hidalgo, M. V. (2008). Un análisis de los acontecimientos vitales estresantes durante la adolescencia. *Apuntes de Psicología*, 26(3), 427-440.

- Jiménez, L., Dekovic, M., & Hidalgo, V. (2009). Adjustment of school-aged children and adolescents growing up in at-risk families: Relationships between family variables and individual, relational and school adjustment. *Children and Youth Services Review, 31*(6), 654-661.
- Kunce, J.T., & Priesmeyer, M. L. (1985). Measuring family dynamics. *Journal of Counseling Psychology, 32*(1), 40-46.
- Lei n.º 147/99. “Lei de proteção de crianças e jovens em perigo”. Diário da República Portuguesa, I Série, n.º 204, de 1 de Setembro de 1999.
- Libório, R. M., & Ungar, M. (2010). Resiliência oculta: A construção social do conceito e suas implicações para práticas profissionais junto a adolescentes em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 23*(3), 476-484.
- Lin, N., & Ensel, W. M. (1989). Life stress and health: Stressors and resources. *American Sociological Review, 54*, 382-399.
- López, I. V. (2006) El apoyo social de familias en situación de riesgo. (Documento nº 04/06), Espanha: Fundación Acción Familiar.
- López, A. B., & Sánchez, E. M. (2001). Estructura social, apoyo social y salud mental. *Psicothema, 13*(1), 17-23.
- López, I., Menéndez, S., Lorence, B., Jiménez, L., Hidalgo, V., & Sánchez, J. (2007). Evaluación del apoyo social mediante la escala ASSIS: descripción y resultados en una muestra de madres en situación de riesgo psicosocial. *Intervención Psicosocial, 16*(3), 323-337.
- Lorence, B. (2008). *Procesos de socialización parental con adolescentes de familias en situación de riesgo psicosocial*. V Premio Joven de Investigación de Familia (Documento nº 04/08), Madrid, Espanha: Fundación Acción Familiar.

- Lorence, B., Jiménez, L., & Sánchez, J. (2009). Un análisis de los sucesos vitales estresantes experimentados por adolescentes que crecen en familias usuarias de los servicios sociales comunitarios. *Portularia*, 9(1), 115-126.
- Magalhães, T. (2005). *Maus tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto.
- Máiquez, M. L., Rodríguez, G., & Rodrigo, M. J. (2004). Intervención psicopedagógica en el ámbito familiar: los programas de educación para padres. *Infancia y Aprendizaje*, 27(4), 403-406.
- Marcelli, D. (2005). *Infância e psicopatologia*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Martín, J. C., Máiquez, M. L., Rodrigo, M. J., Correa, A. D., & Rodríguez, G. (2004). Evaluación del programa "Apoyo personal y familiar" para madres y padres en situación de riesgo psicosocial. *Infancia y Aprendizaje*, 27(4), 437-445.
- Martínez-Pampliega, A., Iraurgi, I.C., Galíndez, E., & Sanz, V. M. (2005). Family adaptability and cohesion evaluation scale (FACES): Desarrollo de una versión de 20 ítems en español. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 6(2), 317-338.
- Martínez-Pampliega, A., Iraurgi, I. C., & Sanz, V. M. (2011). Validez estructural del FACES-20 Esp: Versión española de 20 ítems de la Escala de Evaluación de la Cohesión y Adaptabilidad Familiar. *Ridep*, 29(1), 147-165.
- Matos, A. R., & Sousa, L. M. (2004). How multiproblem families try to find support in social services. *Journal of Social Work Practice*, 18(1), 65-80.
- McClanahan, M. T. (1998). A concise and practical guide to family assessment. *Information Analyses*, 70, 1-19.
- Menéndez, S., Arenas, Á. V., Pérez, J. P., & Lorence, B. L. (2012). Madres usuarias de servicios de preservación familiar: perfil sociodemográfico y evolución. *Cuadernos de Trabajo Social*, 25(1), 193-203.

- Menéndez, S., Hidalgo, M. V., Jiménez, L., Lorence, B., & Sánchez, J. (2010). Perfil psicosocial de familias en situación de riesgo. Un estudio de necesidades con usuarias de los Servicios Sociales Comunitarios por razones de preservación familiar. *Anales de Psicología*, 26 (2), 378-389.
- Minuchin, S. (2005). Familias y terapia familiar. Colección Terapia Familiar. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Moreno, J.M. (2002). Estudio sobre las variables que intervienen en el abandono físico o negligencia infantil. *Anales de Psicología*, 18(1), 135-150.
- Musitu, G., & Cava, M. J. (2003). El rol del apoyo social en el ajuste de los adolescentes. *Intervención Psicosocial*, 12 (2), 179-192.
- Noller, P., & Shum, D. (1990). The couple version of FACES III: Validity and reliability. *Journal of Family Psychology*, 3(4), 440-451.
- Nunes, C., & Lemos, I. (2010a). *Inventário de Situações Stressantes e de Risco. Versão portuguesa do Inventario de Situaciones Estresantes y de Riesgo de Hidalgo, Menéndez, Sánchez, López, Jiménez e Lorence (2005)*. Documento não publicado, Universidade do Algarve, Faro, Portugal.
- Nunes, C., & Lemos, I. (2010b). *Entrevista de Apoio Social. Versão portuguesa para investigação do Arizona Social Support Interview Schedule (ASSIS) de Barrera (1980)*. Documento não publicado, Universidade do Algarve, Faro, Portugal.
- Nunes, C., & Lemos, I. (2010c). *Escala de Avaliação da Coesão e Adaptação Familiar. Versão portuguesa para investigação da Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale de Olson, Portner e Lavee (1985)*. Documento não publicado, Universidade do Algarve, Faro, Portugal.

- Nunes, C., Lemos, I., Costa, D., Nunes, L., & Almeida, A. (2011). Social support and stressful life events in portuguese multi-problem families. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 5 (1), 497-505.
- Nunes, C., Martins, A. T., Almeida, A. S., & Martins, C. (2009). Os contextos de socialização dos adolescentes. In C. Nunes e S. N. Jesus (Coords). *Temas Actuais em Psicologia* (pp.63). Faro: Universidade do Algarve.
- Oliva, A., Jiménez, J. M., & Parra, A. (2009). Protective effect of supportive family relationships and the influence of stressful life events on adolescent adjustment. *Anxiety, Stress & Coping*, 22(2), 137-152.
- Oliva, A., Jiménez J. M., Parra, A., & Sánchez-Queija, I. (2008). Acontecimientos vitales estresantes, resiliencia y ajuste adolescente. *Revista de Psicopatología y Psicología Clínica*, 13 (1), 53-62.
- Ornelas, J. (1994). Suporte social: origens, conceitos e áreas de investigação. *Análise Psicológica*, 12 (2-3), 333-339.
- Olson, D. (1986). Circumplex model VII: Validation studies and FACES III. *Family Process*, 25, 337-351.
- Olson, D. H. (2000). Circumplex model of marital and family systems. *Journal of Family Therapy*, 22, 144-167.
- Olson D. H., & Gorall, D. M. (2003). Circumplex model of marital and family systems. In F. Walsh (Ed.), *Normal Family Processes* (3.^aEd. pp. 514-547). New York: Guilford.
- Olson, D. H., Portner, J., & Lavee, Y. (1985). *FACES III*. St. Paul, Minnesota: University of Minnesota.
- Palacios, J., Jiménez, J., Oliva, A., & Saldaña, D. (1998). Malos tratos a los niños en la familia. In M. J. Rodrigo e J. Palacios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 400-421). Madrid: Alianza Editorial.

- Palacios, J., & Rodrigo, M. J. (1998). La familia como contexto de desarrollo humano. In M. J. Rodrigo e J. Palacios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 25-44). Madrid: Alianza Editorial.
- Palomar, J. (2008). Poverty, stressful life events, and coping strategies. *The Spanish Journal of Psychology*, 11(1), 228-249.
- Pereira, D., & Alarcão, M. (2010). Avaliação da parentalidade no quadro da proteção à infância. *Temas em psicologia*, 18(2), 499-517.
- Pérez, J., Nunes, L., Nunes, C., & Hidalgo, V. (2012). Estrés parental, cohesión y adaptación familiar en familias con menores en riesgo psicosocial: Un estudio comparativo entre Andalucía Occidental y el Algarve. *Libro de actas del XI Congreso internacional de infancia maltratada: Construyendo puentes entre investigación y práctica*. Oviedo: FAPMI & ASACI, 740-745.
- Place, M., Hulsmeier, J. Brownrigg, A., & Soulsby, A. (2005). The family adaptability and cohesion evaluation scale (FACES): An instrument worthy of rehabilitation? *Psychiatric Bulletin*, 29, 215-218.
- Pons-Salvador, G., Cerezo, A., & Bernabé, G. (2005). Cambio y estabilidad en los factores que afectan negativamente a la parentalidad. *Psicothema*, 17(1), 31-36.
- Raya, E. (2004). Exclusión social y ciudadanía: claroscuros de un concepto. *Aposta: Revista de Ciencias Sociales*, 9, 1-18. Consultado em Setembro de 2012, em <http://www.apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/raya1.pdf>
- Relvas, A., & Alarcão, M. (2002). *Novas formas de família*. Coimbra: Quarteto.
- Reyes, W. G., & Miranda, N. T. (2001). Intento suicida y funcionamiento familiar. *Revista Cubana de Medicina General Integral*, 17(5), 452-460.
- Ribeiro, J. L. (1994). A importância da família como suporte social na saúde. In Almeida L. & Ribeiro, I. (Org.), *Família e desenvolvimento*. Portalegre: APPORT.

- Ribeiro, J. L. (1999). Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS). *Análise Psicológica*, 17 (3), 547-558.
- Ribeiro, C., Pires, S., & Sousa, L. (2004). Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências e recursos. *Observatório Permanente de Desenvolvimento Social. Horizontes Sociais*, 4, 9-22.
- Rodick, J. D., Henggeler, S. W., & Hanson, C. L. (1986). An evaluation of the family adaptability and cohesion evaluation scales and the circumplex model. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 14(1), 77-87.
- Rodrigo, M. J. (2009). Una mirada integradora de la resiliencia parental: Desde el contexto hasta la mente de las madres y los padres en riesgo psicosocial. *Psicología da Educação*, 28, 51-71.
- Rodrigo, M. J., & Byrne, S. (2011). Social support and personal agency in at-risk mothers. *Psychosocial Intervention*, 20(1), 13-24.
- Rodrigo, M. J., Camacho, J., Máiquez, M. L., Byrne, S., & Benito, J. M. (2009). Factores que influyen en el pronóstico de recuperación de las familias en riesgo psicosocial: El papel de la resiliencia del menor. *Psicothema*, 21 (1), 90-96.
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Correa, A. D., Martín, J. C., & Rodríguez, G. (2006). Outcome evaluation of a community centre-based program for mothers at high psychosocial risk. *Child Abuse and Neglect*, 30(9), 1049-1064.
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Martín, J. C., & Byrne, S. (2008). *Preservación familiar. Un enfoque positivo para la intervención con familias*. Madrid: Pirámide.
- Rodrigo, M. J., Martín, J.C., Cabrera, E., & Máiquez, M. L. (2009). Las competencias parentales en contextos de riesgo psicosocial. *Intervención Psicosocial*, 18(2), 113-120.

- Rodrigo, M. J., Martín, J.C., Máiquez, M. L., & Rodríguez, G. (2007). Informal and formal supports and maternal child-rearing practices in at-risk and non at-risk psychosocial contexts. *Children and Youth Services Review, 29* (3), 329-347.
- Rodrigo, M. J., & Palacios, J. (1998). Conceptos y dimensiones en el análisis evolutivo-educativo de la familia. In M. J. Rodrigo e J. Palacios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 45-69). Madrid: Alianza Editorial.
- Rodríguez, G., Camacho, J., Rodrigo, M. J., Martín, J. C., & Máiquez, M. L. (2006). Evaluación del riesgo psicosocial en familias usuarias de servicios sociales municipales. *Psicothema, 18*(2), 200-206.
- Rolim, L., Lopes, A., Rodrigues, C., & Coelho, T. (2006). Aplicação da escala de avaliação da coesão e da adaptabilidade familiares – III (FACESIII) a uma amostra portuguesa de doentes com polineuropatia amiloidótica familiar. In I. Leal, J. P. Ribeiro, & S. N. Jesus, (Org. Ed.), *Actas do 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde* (pp. 429-436). Faro: Universidade do Algarve.
- Rubilar, K., & Halpern, M. (2012). Riesgos psicosociales en los hijos de personas con trastornos de salud mental psychosocial risk in the offspring of mental health patients. *Revista Chilena de Psiquiatria y Neurologia de la Infancia y Adolescencia, 23*(1), 31-41.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry, 57*, 316-331.
- Rutter, M. (2006). The promotion of resilience in the face of adversity. In C.S. Alison e J. Dunn (Eds), *Families count: Effects on child and adolescent development* (pp. 26-47). NY: Cambridge University Press.
- Palacios, J., & Rodrigo, M. J. (1998). La familia como contexto de desarrollo humano. In M. J. Rodrigo e J. Palacios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 25-44). Madrid: Alianza Editorial.

- Sanz, L. J., Gómez, M., Almendro, M. T., Rodríguez, C., Izquierdo, A. M., & Sánchez, P. (2009). Estructura familiar, acontecimientos vitales estresantes y psicopatología en la adolescencia. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, 29(104), 501-521.
- Sarason, R. B. (1999). Familia, apoyo social y salud. In J. Buendía (Ed.), *Familia y psicología de la salud* (pp. 19-42). Madrid: Pirámide.
- Schmidt, V., Barreyro, J. P., & Maglio, A. L. (2009). Escala de evaluación del funcionamiento familiar FACES III: Modelo de dos o tres factores? *Escritos de Psicología*, 3(2), 30-36.
- Serra, V. (1999). *O stress na vida de todos os dias* (3ª Ed.). Coimbra.
- Sousa, L. (2005). *Famílias multiproblemáticas*, Coimbra: Quarteto.
- Sousa, L., & Ribeiro, C. (2005). Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências. *Psicologia*, 29(1-2), 169-191.
- Sousa, L., Ribeiro, C., & Rodrigues, S. (2007). Are Practitioners Incorporating a Strengths-Focused Approach when Working with Multi-Problem Poor Families? *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 17, 53-66.
- Sousa, L., & Rodrigues, S. (2009). Linking formal and informal support in multiproblem low-income families: The role of the family manager. *Journal of Community Psychology*, 37 (5), 649-662.
- Subirats, J., Riba, C., Giménez, L., Obradors, A., Giménez, M., Queralt, D., Bottons, P., & Rapport, A. (2004). *Pobreza y exclusión social. Un análisis de la realidad española y europea*. Barcelona: Fundación La Caixa. Consultado em Setembro de 2012, em <http://www.obrasocial.lacaixa.es>
- Tese – Associação para o Desenvolvimento (2009). *Necessidades em Portugal: Tradição e tendências emergentes*. Instituto da Segurança Social e Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- Triana, B., & Rodrigo, M. J. (1998). Familias con miembros adictos a las drogas y al alcohol. In M. J. Rodrigo e J. Palacios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 422-439). Madrid: Alianza Editorial.
- Trigo, J. (1998). Indicators of risk in families receiving attention from social services. *Psychology in Spain*, 2(1), 66-75.
- Vickers, H. S. (2001). Young children at risk: Differences in family functioning. *Journal of Educational Research*, 87(5), 262-270.
- Weizman, J. (1985). Engaging the severely dysfunctional family in treatment: basic considerations. *Family Process*, 24, 473-485.

ANEXOS

ANEXO A

Carta de Protocolo de Colaboração com a CPCJ de Faro



Universidade do Algarve
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Exma. Sr.ª Presidente da CPCJ de Faro
Dr.ª Conceição Rosa

Faro, 3 de Outubro de 2010

Assunto: Pedido de colaboração no estudo “Famílias em situação de risco psicossocial na Andaluzia Ocidental e no Algarve: Avaliação de necessidade de intervenção e apoio e adaptação de instrumentos de avaliação do contexto familiar”

Os sistemas de protecção da infância e da família nos países desenvolvidos sofreram nas últimas duas décadas mudanças muito substanciais. Uma das mais relevantes foi, provavelmente, a mudança de uma perspectiva assistencial e centrada quase exclusivamente nas situações mais graves (com medidas baseadas na separação do menor e sua família), para outra, em que o sistema de protecção é entendido como devendo ampliar as redes de suporte a que é necessário dar cobertura, deste modo, incorporando o conceito de *situações de risco na família*.

Nesta linha de pensamento, entende-se que existem situações com diversos níveis de risco para as crianças e adolescentes, as quais, embora sendo importantes, não atingem gravidade suficiente para que o Estado decrete o desamparo e separe o menor da sua família.

Nestas situações em que os progenitores vivem em circunstâncias pessoais e relacionais que tornam difícil ou impossível a tarefa de desempenhar adequadamente o seu papel parental, a intervenção sobre as circunstâncias de vida poderá contribuir para a melhoria dos recursos ou factores protectores do menor, evitando assim, a adopção de medidas legais drásticas.

A Universidade do Algarve, em colaboração com a Universidade de Sevilha e Huelva, está a desenvolver um projecto de investigação que pretende:

- Analisar em profundidade o perfil psicossocial de famílias de contextos familiares em situação de risco da região do Algarve.
- Delimitar quais as principais necessidades de apoio e de intervenção destas famílias a serem tomadas em consideração pelos profissionais que com elas trabalham.
- Validar e adaptar diversos instrumentos de avaliação do contexto familiar para que possam ser utilizados pelos profissionais que trabalham com estas famílias.

Vimos assim solicitar a vossa colaboração para a realização deste estudo, nomeadamente o apoio dos vossos técnicos no estabelecimento dos contactos com famílias para efectuarmos a recolha de dados no domicílio familiar ou na sede da CPCJ de Faro, de acordo com o parecer dos técnicos.

Os dados serão recolhidos pela mestranda de Psicologia Clínica e da Saúde da universidade do Algarve e vossa colaboradora Carmen Suzel que receberá formação especializada e serão garantidas:

- A preservação de confidencialidade dos dados recolhidos;
- A não utilização dos dados pessoais obtidos para fins diversos dos que determinaram o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos da lei.

A equipa compromete-se ainda a, no final do estudo, entregar um relatório escrito à CPCJ de Faro com a análise dos dados e as principais conclusões do estudo e a ceder os instrumentos utilizados após a sua adaptação para a população portuguesa para que possam ser utilizados pelos seus técnicos.

Agradecendo desde já a sua disponibilidade e atenção, com os melhores cumprimentos,

Cristina Nunes



Coordenadora da equipa de Investigação

Departamento de Psicologia e Ciências da Educação

Universidade do Algarve

ANEXO B

Consentimento Informado dos Participantes

Consentimento Informado

Uma equipa de investigação do Departamento de Psicologia da Universidade do Algarve está a realizar um estudo que tem como objectivos conhecer os comportamentos em relação à saúde e bem-estar nas famílias, avaliar o apoio que têm de outras pessoas ou instituições e ainda perceber a forma como lidam com situações de stresse ou quaisquer problemas que possam ocorrer na família. Solicitamos assim a sua participação no estudo.

Agradecendo desde já a sua colaboração

Prof. Doutora Cristina Nunes

Coordenadora da equipa de investigação

Departamento de Psicologia da Universidade do Algarve

Compreendo que:

- A minha participação neste estudo é inteiramente voluntária;
- Colaborando nesta investigação estou a possibilitar o avanço do conhecimento nesta área, mas que não me podem ser dadas garantias de qualquer benefício directo ou indirecto pela minha participação no estudo;
- A minha participação implica aceitar responder a uma entrevista (cerca de 60 minutos);
- Posso recusar-me a colaborar nesta investigação, ou retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga quaisquer consequências negativas.

Compreendo ainda que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade e dados confidenciais jamais poderão ser revelados em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa.

Assinatura da mãe/pai: _____

Data: _____/_____/_____

ANEXO C

Tabela 20. Correlações entre o Apoio Social Percebido e as Respetivas Dimensões e
Categorias (N= 51)

ANEXO D

Tabela 25. Correlações entre as Categorias do Apoio Social Percebido (ASSIS) e as Variáveis Sociodemográficas

Tabela 25. Correlações entre as categorias do Apoio Social Percebido (ASSIS) e as variáveis sociodemográficas

	Sentimentos Pessoais			Ajuda Material			Conselho			Feedback			Ajuda Física			Participação Social		
	Rede	Necessidade	Satisfação	Rede	Necessidade	Satisfação	Rede	Necessidade	Satisfação	Rede	Necessidade	Satisfação	Rede	Necessidade	Satisfação	Rede	Necessidade	Satisfação
Idade ^(a)	,081	-,111	-,106	,080	,100	-,243 [#]	,087	-,238 [#]	-,176	,161	-,141	,065	,148	-,110	,017	,190 [#]	-,131	,139
Número de filhos ^(a)	,043	,036	-,084	-,081	-,070	-,065	,009	,013	,004	-,069	,083	,274*	,117	,081	,234 [#]	,021	-,057	,145
Anos de relação com o companheiro(a) ^(a)	,086	-,186	,027	,007	,021	-,062	,195	-,161	-,271 [#]	,319*	-,265 [#]	-,228	,645***	,173	,342*	,025	,044	,069
Nível educativo ^(b)	,244*	,119	,392**	,142	-,300*	,190	,267*	-,026	,602***	,319*	,188 [#]	,295*	,115	,017	,164	,080	,102	,263*
Tipo de trabalho ^(b)	,117	,277 [#]	,096	,218	-,402*	-,186	,051	,041	,205	,318*	,236	,107	-,082	-,116	-,249	,109	-,067	,007
Rendimentos próprio(a) ^(a)	-,059	,264 [#]	,196	,169	-,121	,171	,305 [#]	,280 [#]	,311 [#]	,313 [#]	,094	,294 [#]	-,041	-,203	,329 [#]	,521**	-,049	-,024
Rendimentos familiares ^(a)	,060	-,043	,281*	,126	-,320*	,300*	,146	-,008	,294*	,081	,265 [*]	,251*	,047	-,202 [#]	,048	,112	,002	,099
Número de pessoas no agregado ^(a)	-,037	,022	-,120	,117	,042	-,138	,059	-,078	-,191	-,103	,220 [#]	-,140	,228 [#]	,228 [#]	,175	,173	,124	-,153
Número de menores de 18 anos no agregado ^(a)	-,201 [#]	,131	-,070	,133	-,029	-,153	,003	-,029	,090	-,008	,234 [#]	,078	,062	,144	,147	,211 [#]	-,047	-,098
Número de menores de 14 anos no agregado ^(a)	-,213 [#]	,159	-,023	-,126	,123	,069	,001	,006	,210 [#]	-,072	,129	,056	-,182	,150	,061	,150	,045	-,131
Número de pessoas na família extensa ^(a)	,030	-,066	-,046	-,079	-,082	-,007	,016	,012	-,270*	-,256*	,007	-,152	-,073	-,147	-,041	-,157	-,005	-,202 [#]
Tamanho da habitação ^(a)	,115	-,103	-,020	,280*	-,100	-,159	,090	,003	,132	,313 [*]	,161	,185	,229 [#]	-,107	-,105	,358**	-,037	,067
Sobrelotação (m ² /número de pessoas) ^(a)	,088	-,010	,199 [#]	-,068	-,091	,086	-,039	-,067	,283*	,234 [#]	-,098	,274*	-,124	-,251*	-,169	-,031	-,083	,176

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$; # $p < .10$

(a) Correlação de Pearson; (b) Correlação de Spearman

ANEXO E

Tabela 29. Correlações entre a Coesão e Adaptação Familiar (FACES III) e as Categorias do Apoio Social Percebido (ASSIS)

Tabela 29. Correlações entre a Coesão e Adaptação Familiar (FACES III) e as categorias do Apoio Social Percebido (ASSIS)

		Coesão Familiar	Adaptação Familiar
Rede	Sentimentos Pessoais	,235*	,177
	Ajuda Material	,204#	,291*
	Conselho	,242*	,126
	Feedback	,128	,027
	Ajuda Física	,227#	,028
	Participação Social	,194#	,197#
Necessidade	Sentimentos Pessoais	-,097	,200#
	Ajuda Material	,102	-,043
	Conselho	,067	,161
	Feedback	,265*	,400**
	Ajuda Física	-,021	,002
	Participação Social	-,065	,121
Satisfação	Sentimentos Pessoais	-,133	-,099
	Ajuda Material	,051	-,190
	Conselho	-,042	,065
	Feedback	-,061	,288*
	Ajuda Física	-,246#	-,157
	Participação Social	-,182	-,044

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

ANEXO F

Tabela 32. Correlações entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente) e as Categorias do Apoio Social Percebido (ASSIS)

Tabela 32. Correlações entre os Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco Atuais (ISER Presente), e as categorias do Apoio Social Percebido (ASSIS)

		Risco Passado Total	Risco Passado do Próprio(a)	Risco Passado do Ambiente Próximo	Risco Atual Total	Risco Atual do Próprio(a)	Risco Atual do Ambiente Próximo	Afetação Total	Afetação do Próprio(a)	Afetação do Ambiente Próximo	Risco Total	Risco Total do Próprio(a)	Risco Total do Ambiente Próximo
Rede	Sentimentos Pessoais	-,200#	-,180	-,169	-,051	-,034	-,055	-,067	-,045	-,071	-,112	-,096	-,098
	Ajuda Material	-,001	,066	-,077	-,048	-,040	-,024	,001	-,028	,025	-,026	,000	-,044
	Conselho	,059	-,017	,130	,319*	,300*	,260*	,341**	,289*	,312*	,255*	,196#	,245*
	Feedback	-,080	-,110	-,024	,082	,130	,042	,196#	,177	,170	,039	,044	,025
	Ajuda Física	-,041	-,133	,076	,145	,130	,131	,200#	,153	,197#	,095	,035	,127
	Participação Social	-,013	,083	-,120	,034	,077	-,032	,095	,068	,098	,009	,086	-,065
Necessidade	Sentimentos Pessoais	,073	,146	-,028	,145	,270*	,022	,133	,278*	-,016	,137	,241*	,008
	Ajuda Material	,415**	,304*	,432**	,380**	,215#	,399**	,408**	,237#	,462***	,418**	,267*	,453**
	Conselho	,116	,188#	,003	,274*	,313*	,173	,248*	,297*	,153	,240*	,286*	,135
	Feedback	,221#	,285*	,088	-,071	,117	-,200#	-,083	,075	-,197#	,032	,193#	-,127
	Ajuda Física	,268*	,248*	,220#	,212#	,315*	,099	,256*	,322*	,145	,262*	,312*	,150
	Participação Social	,207#	,224#	,131	,161	,228#	,068	,160	,207#	,087	,193#	,245*	,096
Satisfação	Sentimentos Pessoais	-,143	-,064	-,184	-,006	,069	-,062	,000	,046	-,037	-,057	,022	-,108
	Ajuda Material	,208	,177	,173	,052	,150	-,018	,020	,086	-,044	,125	,177	,040
	Conselho	,038	,135	-,078	-,136	,054	-,236#	-,216#	-,050	-,328*	-,068	,090	-,206#
	Feedback	,020	,102	-,076	-,098	,082	-,207#	-,055	,046	-,126	-,064	,096	-,191
	Ajuda Física	,085	,033	,118	,073	,155	-,014	,114	,154	,052	,085	,119	,026
	Participação Social	,313*	,302*	,243#	-,001	,106	-,094	,071	,101	,030	,111	,193#	,007

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $< ,10$

ANEXO G

Tabela 46. Comparação das Médias, Desvio-Padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função do Sexo dos Participantes, Teste *Mann-Whitney*, Significância e Efeito

Tabela 46. Comparação das médias, desvio-padrão nas categorias do Apoio Social Percebido em função do sexo dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Feminino	Masculino	U	p	r
		(n = 33)	(n = 18)			
		M (DP)	M (DP)			
Rede	Sentimentos Pessoais	1,73 (1,01)	1,83 (1,38)	295,50	,491	-,004
	Ajuda Material	1,73 (0,94)	2,06 (0,80)	234,00	,102	-,183
	Conselho	1,79 (1,24)	1,67 (1,28)	286,00	,414	-,033
	Feedback	3,64 (2,45)	3,06 (1,39)	274,50	,329	-,063
	Ajuda Física	2,03 (1,36)	1,78 (1,06)	276,00	,336	-,061
	Participação Social	2,58 (1,70)	3,33 (1,94)	229,50	,089	-,190
Necessidade	Sentimentos Pessoais	6,88 (3,01)	5,59 (2,79)	200,00	,064	-,219
	Ajuda Material	6,48 (3,60)	5,83 (3,17)	240,50	,211	-,117
	Conselho	5,59 (3,34)	6,53 (2,55)	232,50	,204	-,120
	Feedback	6,59 (3,24)	5,83 (2,85)	246,00	,198	-,122
	Ajuda Física	6,25 (3,07)	4,94 (3,68)	206,50	,083	-,199
	Participação Social	6,94 (2,90)	6,17 (2,53)	232,00	,129	-,162
Satisfação	Sentimentos Pessoais	5,33 (3,62)	5,81 (2,74)	222,00	,340	-,062
	Ajuda Material	5,67 (3,96)	3,21 (3,17)	105,50	,024	-,320
	Conselho	5,21 (3,71)	4,94 (3,25)	192,00	,376	-,051
	Feedback	7,07 (3,58)	6,25 (3,51)	183,50	,120	-,177
	Ajuda Física	7,00 (3,77)	6,00 (3,52)	134,00	,176	-,149
	Participação Social	6,43 (3,79)	6,00 (3,67)	239,50	,364	-,052

ANEXO H

Tabela 49. Comparação das Médias, Desvio-Padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função da Situação Marital dos Participantes, Teste *Mann-Whitney*, Significância e Efeito

Tabela 49. Comparação das médias, desvio-padrão nas categorias do Apoio Social Percebido em função da situação marital dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Tem companheiro (n = 34)	Não tem companheiro (n = 17)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
Rede	Sentimentos Pessoais	1,85 (1,31)	1,59 (0,71)	274,50	,384	-,044
	Ajuda Material	1,85 (0,93)	1,82 (0,88)	287,50	,492	-,004
	Conselho	1,59 (1,18)	2,06 (1,34)	215,50	,056	-,225
	Feedback	3,32 (2,29)	3,65 (1,84)	247,00	,200	-,119
	Ajuda Física	1,88 (1,37)	2,06 (1,03)	244,50	,179	-,131
	Participação Social	3,00 (1,86)	2,53 (1,70)	243,50	,180	-,130
Necessidade	Sentimentos Pessoais	6,28 (2,82)	6,71 (3,31)	248,00	,308	-,073
	Ajuda Material	6,42 (3,24)	5,88 (3,86)	246,50	,354	-,055
	Conselho	5,53 (3,12)	6,65 (3,00)	210,50	,097	-,187
	Feedback	6,73 (2,92)	5,53 (3,37)	223,00	,118	-,169
	Ajuda Física	6,16 (3,29)	5,12 (3,35)	221,50	,144	-,153
	Participação Social	6,97 (2,46)	6,06 (3,29)	238,00	,193	-,124
Satisfação	Sentimentos Pessoais	5,52 (3,35)	5,47 (3,38)	226,50	,447	-,021
	Ajuda Material	4,63 (3,68)	5,09 (4,37)	136,50	,348	-,065
	Conselho	4,85 (3,57)	5,53 (3,40)	177,50	,318	-,076
	Feedback	6,63 (3,51)	7,15 (3,74)	188,50	,313	-,075
	Ajuda Física	6,75 (3,68)	6,69 (3,86)	170,00	,370	-,055
	Participação Social	6,47 (3,67)	5,87 (3,91)	219,50	,318	-,071

ANEXO I

Tabela 52. Comparação das Médias, Desvio-Padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função da Nacionalidade dos Participantes, Teste *Mann-Whitney*, Significância e Efeito

Tabela 52. Comparação das médias, desvio-padrão nas categorias do Apoio Social Percebido em função da nacionalidade dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Imigrante (n = 10)	Português (n = 41)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
Rede	Sentimentos Pessoais	1,60 (0,84)	1,80 (1,21)	192,00	,394	-,047
	Ajuda Material	1,60 (0,97)	1,90 (0,89)	170,00	,211	-,123
	Conselho	1,70 (1,25)	1,76 (1,26)	198,50	,444	-,024
	Feedback	3,40 (2,17)	3,44 (2,16)	201,50	,469	-,012
	Ajuda Física	1,90 (1,45)	1,95 (1,22)	185,50	,317	-,068
	Participação Social	2,30 (1,42)	2,98 (1,88)	164,50	,170	-,137
Necessidade	Sentimentos Pessoais	6,10 (4,18)	6,51 (2,64)	187,50	,428	-,027
	Ajuda Material	5,78 (3,49)	6,35 (3,45)	158,00	,284	-,083
	Conselho	6,00 (3,92)	5,90 (2,91)	185,00	,407	-,036
	Feedback	6,80 (3,43)	6,20 (3,05)	173,00	,259	-,094
	Ajuda Física	7,00 (2,87)	5,49 (3,39)	144,50	,105	-,181
	Participação Social	6,70 (3,13)	6,65 (2,71)	196,00	,465	-,014
Satisfação	Sentimentos Pessoais	7,11 (3,66)	5,11 (3,16)	103,00	,040	-,262
	Ajuda Material	5,29 (4,19)	4,65 (3,82)	104,00	,435	-,029
	Conselho	7,00 (3,65)	4,71 (3,37)	72,50	,052	-,257
	Feedback	8,56 (2,60)	6,33 (3,63)	102,00	,038	-,262
	Ajuda Física	7,30 (3,68)	6,55 (3,73)	138,50	,312	-,082
	Participação Social	8,10 (3,75)	5,78 (3,60)	110,00	,021	-,294

ANEXO J

Tabela 55. Comparação das Médias, Desvios-Padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido Segundo o Nível Educativo, Teste *Kruskal-Wallis*

Tabela 55. Comparação das médias, desvios-padrão nas categorias do Apoio Social Percebido segundo o nível educativo, teste *Kruskal-Wallis*

		Primários Incompletos (n = 27)	Primários Completos (n = 13)	Secundários ou Superior (n = 11)	H	p
		M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Rede	Sentimentos Pessoais	1,52 (0,98)	1,85 (1,07)	2,27 (1,49)	2,87	,238
	Ajuda Material	1,67 (0,92)	2,23 (0,93)	1,82 (0,75)	2,97	,227
	Conselho	1,33 (0,78)	2,31 (1,55)	2,09 (1,51)	5,70	,058
	Feedback	2,85 (1,94)	4,23 (2,62)	3,91 (1,70)	5,26	,072
	Ajuda Física	1,67 (1,04)	2,62 (1,39)	1,82 (1,40)	5,36	,069
	Participação Social	2,63 (1,74)	3,69 (2,21)	2,36 (1,12)	2,60	,273
Necessidade	Sentimentos Pessoais	6,04 (2,86)	7,15 (2,88)	6,45 (3,42)	1,33	,515
	Ajuda Material	6,96 (2,91)	6,31 (3,90)	4,55 (3,64)	3,38	,184
	Conselho	5,96 (2,94)	6,31 (3,17)	5,36 (3,56)	0,57	,752
	Feedback	6,00 (2,83)	5,77 (3,59)	7,73 (2,97)	3,08	,214
	Ajuda Física	5,76 (3,17)	5,54 (3,93)	6,18 (3,16)	0,27	,876
	Participação Social	6,46 (2,82)	6,54 (3,20)	7,27 (2,20)	0,51	,775
Satisfação	Sentimentos Pessoais	4,29 (3,14)	6,67 (2,74)	7,00 (3,53)	6,71	,035
	Ajuda Material	4,05 (3,48)	6,50 (4,53)	4,50 (3,56)	2,70	,259
	Conselho	3,23 (3,13)	6,64 (2,84)	8,13 (1,81)	13,65	,001
	Feedback	5,88 (3,66)	7,64 (3,44)	8,00 (3,02)	3,63	,163
	Ajuda Física	5,95 (3,71)	9,44 (0,88)	6,00 (4,27)	5,59	,061
	Participação Social	5,64 (3,70)	5,64 (4,01)	8,36 (2,91)	4,83	,090

ANEXO L

Tabela 58. Comparação das Médias, Desvio-Padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função da Situação Laboral dos Participantes, Teste *Mann-Whitney*, Significância e Efeito

Tabela 58. Comparação das médias, desvio-padrão nas categorias do Apoio Social Percebido em função da situação laboral dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Trabalha (n = 26)	Não trabalha (n = 23)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
Rede	Sentimentos Pessoais	1,85 (1,26)	1,70 (1,06)	281,00	,354	-,056
	Ajuda Material	1,77 (0,86)	1,96 (0,98)	277,50	,331	-,065
	Conselho	1,88 (1,40)	1,52 (1,08)	238,50	,092	-,191
	Feedback	3,42 (1,84)	3,52 (2,54)	278,50	,341	-,060
	Ajuda Física	1,88 (1,18)	1,91 (1,38)	290,50	,434	-,026
	Participação Social	2,81 (1,72)	2,91 (1,95)	293,00	,454	-,018
Necessidade	Sentimentos Pessoais	6,48 (3,06)	6,59 (2,97)	270,50	,464	-,014
	Ajuda Material	5,96 (3,69)	6,52 (3,31)	254,50	,324	-,068
	Conselho	5,83 (3,21)	6,04 (3,14)	274,50	,489	-,005
	Feedback	6,76 (3,13)	5,96 (3,18)	245,50	,194	-,127
	Ajuda Física	4,84 (3,22)	6,59 (3,25)	190,00	,033	-,268
	Participação Social	6,19 (2,80)	7,14 (2,78)	230,50	,125	-,168
Satisfação	Sentimentos Pessoais	5,61 (3,31)	5,14 (3,49)	218,00	,292	-,084
	Ajuda Material	5,94 (4,05)	3,79 (3,51)	113,50	,057	-,264
	Conselho	6,42 (3,22)	3,90 (3,34)	115,00	,016	-,344
	Feedback	7,91 (3,04)	5,57 (3,85)	151,00	,022	-,308
	Ajuda Física	6,44 (3,73)	7,05 (3,68)	167,50	,269	-,101
	Participação Social	6,48 (3,54)	6,05 (3,98)	246,00	,436	-,024

ANEXO M

Tabela 61. Comparação das Médias, Desvio-Padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função do Tipo de Trabalho, Teste *Mann-Whitney*, Significância e Efeito

Tabela 61. Comparação das médias, desvio-padrão nas categorias do Apoio Social Percebido em função do tipo de trabalho, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Baixa ou Nula Qualificação (n = 18)	Média Qualificação (n = 9)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
Rede	Sentimentos Pessoais	1,61 (0,98)	2,33 (1,58)	58,00	,113	-,242
	Ajuda Material	1,61 (0,85)	2,11 (0,78)	56,00	,112	-,266
	Conselho	1,89 (1,32)	2,11 (1,54)	76,50	,414	-,047
	Feedback	3,00 (1,75)	4,00 (1,87)	53,50	,078	-,277
	Ajuda Física	2,06 (1,21)	1,89 (1,17)	72,50	,342	-,088
	Participação Social	2,67 (1,68)	3,11 (1,90)	70,50	,303	-,106
Necessidade	Sentimentos Pessoais	5,59 (2,98)	8,22 (1,79)	34,50	,010	-,450
	Ajuda Material	7,19 (3,06)	4,44 (3,68)	40,00	,034	-,370
	Conselho	5,56 (3,01)	6,44 (3,50)	58,00	,217	-,161
	Feedback	6,00 (2,74)	8,44 (2,60)	39,50	,020	-,399
	Ajuda Física	5,41 (3,45)	5,11 (3,02)	71,50	,400	-,053
	Participação Social	6,44 (3,03)	6,00 (2,40)	68,50	,265	-,125
Satisfação	Sentimentos Pessoais	5,31 (3,66)	6,67 (2,24)	57,00	,203	-,172
	Ajuda Material	6,07 (4,12)	4,80 (3,90)	27,50	,273	-,166
	Conselho	5,46 (3,78)	7,43 (2,07)	34,00	,175	-,208
	Feedback	7,40 (3,22)	8,56 (2,35)	53,00	,197	-,187
	Ajuda Física	6,92 (3,48)	5,43 (4,35)	35,00	,210	-,191
	Participação Social	6,75 (3,32)	5,50 (4,04)	51,50	,228	-,160

ANEXO N

Tabela 64. Comparação das Médias, Desvios-Padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido Segundo o Tipo de Família, Teste *Kruskal-Wallis*

Tabela 64. Comparação das médias, desvios-padrão nas categorias do Apoio Social Percebido segundo o tipo de família, teste *Kruskal-Wallis*

		Monoparental	Biparental	Reconstituída	H	p
		(n = 18)	(n = 12)	(n = 21)		
		M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Rede	Sentimentos Pessoais	1,67 (0,77)	1,67 (1,15)	1,90 (1,41)	0,12	,942
	Ajuda Material	1,89 (0,90)	1,67 (0,89)	1,90 (0,94)	0,84	,658
	Conselho	2,06 (1,30)	1,25 (0,87)	1,76 (1,34)	5,64	,059
	Feedback	3,78 (1,86)	3,50 (2,84)	3,10 (1,95)	1,47	,480
	Ajuda Física	2,00 (1,03)	2,25 (1,54)	1,71 (1,27)	1,58	,453
	Participação Social	2,56 (1,65)	2,58 (1,98)	3,24 (1,84)	1,90	,388
Necessidade	Sentimentos Pessoais	6,78 (3,23)	6,00 (2,65)	6,35 (3,01)	0,60	,742
	Ajuda Material	5,59 (3,92)	6,67 (2,99)	6,55 (3,30)	0,62	,735
	Conselho	6,33 (3,20)	4,67 (3,45)	6,32 (2,69)	2,85	,241
	Feedback	5,72 (3,37)	5,33 (3,03)	7,45 (2,65)	4,37	,112
	Ajuda Física	5,17 (3,26)	5,92 (3,45)	6,32 (3,37)	1,22	,544
	Participação Social	6,00 (3,20)	7,27 (2,45)	6,90 (2,53)	1,30	,522
Satisfação	Sentimentos Pessoais	5,63 (3,32)	5,80 (3,29)	5,25 (3,48)	0,15	,926
	Ajuda Material	5,09 (4,37)	4,91 (3,83)	4,44 (3,69)	0,31	,857
	Conselho	5,53 (3,40)	3,75 (3,81)	5,33 (3,46)	1,55	,461
	Feedback	7,21 (3,60)	4,91 (3,53)	7,50 (3,30)	4,30	,116
	Ajuda Física	6,29 (4,01)	7,30 (3,68)	6,76 (3,60)	0,71	,700
	Participação Social	5,81 (3,78)	6,36 (3,61)	6,60 (3,87)	0,84	,658

ANEXO O

Tabela 67. Comparação das Médias, Desvio-Padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função do Tipo de Família, Teste *Mann-Whitney*, Significância e Efeito

Tabela 67. Comparação das médias, desvio-padrão nas categorias do Apoio Social Percebido em função do tipo de família, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Biparental (n = 33)	Monoparental (n = 18)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
Rede	Sentimentos Pessoais	1,82 (1,31)	1,67 (0,77)	294,00	,475	-,009
	Ajuda Material	1,82 (0,92)	1,89 (0,90)	277,00	,345	-,058
	Conselho	1,58 (1,20)	2,06 (1,30)	213,50	,037	-,252
	Feedback	3,24 (2,28)	3,78 (1,86)	236,50	,115	-,170
	Ajuda Física	1,91 (1,38)	2,00 (1,03)	265,00	,258	-,093
	Participação Social	3,00 (1,89)	2,56 (1,65)	256,00	,208	-,115
Necessidade	Sentimentos Pessoais	6,23 (2,85)	6,78 (3,23)	247,50	,257	-,095
	Ajuda Material	6,59 (3,14)	5,59 (3,92)	235,50	,220	-,112
	Conselho	5,68 (3,06)	6,33 (3,20)	238,00	,198	-,123
	Feedback	6,66 (2,94)	5,72 (3,37)	240,00	,166	-,139
	Ajuda Física	6,16 (3,35)	5,17 (3,26)	229,50	,152	-,148
	Participação Social	7,03 (2,47)	6,00 (3,20)	235,50	,144	-,152
Satisfação	Sentimentos Pessoais	5,43 (3,37)	5,63 (3,32)	237,50	,478	-,009
	Ajuda Material	4,63 (3,68)	5,09 (4,37)	136,50	,348	-,065
	Conselho	4,85 (3,57)	5,53 (3,40)	177,50	,318	-,076
	Feedback	6,58 (3,56)	7,21 (3,60)	198,00	,321	-,072
	Ajuda Física	6,96 (3,57)	6,29 (4,01)	160,50	,213	-,128
	Participação Social	6,52 (3,72)	5,81 (3,78)	221,00	,269	-,091

ANEXO P

Tabela 70. Comparação das Médias, Desvio-Padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função do Tipo de Família, Teste *Mann-Whitney*, Significância e Efeito

Tabela 70. Comparação das médias, desvio-padrão nas categorias do Apoio Social Percebido em função do tipo de família, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Extensa (n = 10)	Não Extensa (n = 41)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
Rede	Sentimentos Pessoais	1,90 (0,57)	1,73 (1,25)	156,00	,116	-,176
	Ajuda Material	1,70 (0,67)	1,88 (0,95)	183,00	,308	-,077
	Conselho	1,90 (1,29)	1,71 (1,25)	183,00	,293	-,080
	Feedback	2,60 (1,51)	3,63 (2,23)	146,00	,079	-,199
	Ajuda Física	2,00 (1,25)	1,93 (1,27)	195,50	,408	-,033
	Participação Social	2,10 (1,66)	3,02 (1,81)	136,00	,048	-,234
Necessidade	Sentimentos Pessoais	5,50 (2,84)	6,67 (2,99)	147,00	,117	-,173
	Ajuda Material	5,10 (3,90)	6,54 (3,28)	154,00	,152	-,149
	Conselho	6,00 (2,71)	5,90 (3,22)	194,50	,500	-,002
	Feedback	6,30 (2,75)	6,33 (3,21)	198,00	,484	-,007
	Ajuda Física	4,80 (2,70)	6,05 (3,44)	150,50	,136	-,160
	Participação Social	6,60 (2,01)	6,68 (2,95)	185,00	,360	-,052
Satisfação	Sentimentos Pessoais	5,78 (3,15)	5,43 (3,40)	157,50	,406	-,037
	Ajuda Material	4,50 (3,73)	4,81 (3,91)	94,50	,475	-,010
	Conselho	3,33 (2,92)	5,59 (3,51)	86,00	,030	-,292
	Feedback	6,22 (3,38)	6,92 (3,61)	130,00	,178	-,140
	Ajuda Física	6,50 (3,42)	6,79 (3,80)	111,00	,240	-,113
	Participação Social	5,40 (3,66)	6,51 (3,75)	147,50	,161	-,147

ANEXO Q

Tabela 73. Comparação das Médias, Desvio-Padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido em Função da Estabilidade dos Rendimentos Familiares, Teste *Mann-Whitney*, Significância e Efeito

Tabela 73. Comparação das médias, desvio-padrão nas categorias do Apoio Social Percebido em função da estabilidade dos rendimentos familiares, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Estável (n = 24)	Instável (n = 27)			
		M (DP)	M (DP)	U	p	r
Rede	Sentimentos Pessoais	1,58 (0,88)	1,93 (1,33)	288,00	,238	-,103
	Ajuda Material	1,92 (0,88)	1,78 (0,93)	305,50	,362	-,052
	Conselho	1,79 (1,38)	1,70 (1,14)	323,50	,500	-,001
	Feedback	3,50 (2,11)	3,37 (2,20)	314,00	,427	-,027
	Ajuda Física	1,88 (1,12)	2,00 (1,39)	311,50	,405	-,035
	Participação Social	3,08 (1,95)	2,63 (1,67)	288,50	,251	-,096
Necessidade	Sentimentos Pessoais	6,65 (2,96)	6,23 (3,02)	272,50	,298	-,077
	Ajuda Material	5,54 (3,46)	6,92 (3,32)	230,50	,079	-,203
	Conselho	5,39 (2,76)	6,38 (3,35)	249,50	,160	-,143
	Feedback	6,17 (2,97)	6,46 (3,26)	290,00	,335	-,061
	Ajuda Física	5,04 (3,16)	6,52 (3,37)	220,50	,054	-,230
	Participação Social	6,75 (2,36)	6,58 (3,14)	310,50	,490	-,004
Satisfação	Sentimentos Pessoais	5,73 (3,45)	5,29 (3,25)	244,00	,331	-,065
	Ajuda Material	5,29 (4,12)	4,33 (3,64)	153,50	,225	-,124
	Conselho	5,32 (3,64)	4,91 (3,42)	195,50	,362	-,056
	Feedback	7,64 (3,06)	5,96 (3,83)	190,50	,072	-,219
	Ajuda Física	6,61 (3,79)	6,83 (3,69)	197,00	,396	-,043
	Participação Social	6,65 (3,61)	5,92 (3,86)	251,50	,298	-,079

ANEXO R

Tabela 76. Comparação das Médias, Desvios-Padrão nas Categorias do Apoio Social Percebido Segundo o Tipo de Rendimentos Familiares, Teste *Mann-Whitney*, Significância e Efeito

Tabela 76. Comparação das médias, desvios-padrão nas categorias do Apoio Social Percebido segundo o tipo de rendimentos familiares, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

		Trabalho (n = 25)	Trabalho + Apoio Social (n = 22)	U	p	r
		M (DP)	M (DP)			
Rede	Sentimentos Pessoais	1,52 (0,77)	2,09 (1,44)	222,50	,118	-,175
	Ajuda Material	1,48 (0,71)	2,18 (1,01)	160,00	,005	-,377
	Conselho	1,88 (1,36)	1,64 (1,22)	250,00	,284	-,085
	Feedback	2,80 (1,61)	4,27 (2,55)	173,00	,013	-,322
	Ajuda Física	2,04 (1,10)	1,91 (1,51)	239,50	,217	-,116
	Participação Social	2,84 (1,77)	2,86 (1,98)	272,50	,481	-,008
Necessidade	Sentimentos Pessoais	6,63 (3,09)	5,62 (2,73)	204,00	,138	-,165
	Ajuda Material	6,00 (3,45)	6,00 (3,49)	251,00	,493	-,003
	Conselho	5,40 (3,06)	6,10 (3,09)	216,00	,220	-,117
	Feedback	5,64 (3,05)	7,10 (2,88)	194,50	,065	-,224
	Ajuda Física	4,92 (3,57)	6,45 (2,58)	180,50	,055	-,239
	Participação Social	6,48 (2,69)	6,57 (2,87)	257,00	,454	-,018
Satisfação	Sentimentos Pessoais	5,59 (3,30)	5,70 (3,45)	214,50	,448	-,022
	Ajuda Material	5,39 (4,02)	4,50 (3,79)	125,50	,259	-,114
	Conselho	5,45 (3,52)	5,06 (3,58)	165,00	,442	-,026
	Feedback	6,86 (3,21)	7,10 (3,67)	195,50	,266	-,098
	Ajuda Física	6,56 (4,00)	6,95 (3,44)	170,50	,501	-,003
	Participação Social	6,39 (3,60)	7,10 (3,57)	200,00	,229	-,116